

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ELIZÂNGELA MARIA COSTA PIMENTEL**

**PERCEPÇÃO DE CONTADORES DO IFSULDEMINAS SOBRE EDUCAÇÃO  
CONTÁBIL E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA**

**POUSO ALEGRE**  
**2020**

**ELIZÂNGELA MARIA COSTA PIMENTEL**

**PERCEPÇÃO DE CONTADORES DO IFSULDEMINAS SOBRE EDUCAÇÃO  
CONTÁBIL E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS, na Linha de Pesquisa “Práticas Educativas e Formação do Profissional Docente, Práticas Educativas e Gestão da Educação” como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Lambert de Andrade.

**POUSO ALEGRE  
2020**

PIMENTEL, Elizângela Maria Costa Pimentel.

Percepção de Contadores do IFSULDEMINAS sobre Educação Contábil e suas Aplicações na Gestão Pública; Orientação de Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Nelson Lambert de Andrade. – Pouso Alegre: 2020.  
150f.

Inclui bibliografias. f. 123

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí – (UNIVÁS).

1. Convergência. 2. Currículo. 3. Educação. I. Andrade, Nelson Lambert de (orient.). II. Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. III. Percepção de Contadores do IFSULDEMINAS sobre Educação Contábil e suas Aplicações na Gestão Pública.

CDD: 371.35

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

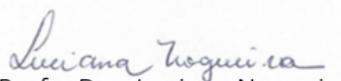
Certificamos que a dissertação intitulada **“PERCEPÇÃO DE CONTADORES DO IFSULDEMINAS SOBRE EDUCAÇÃO CONTÁBIL E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA”** foi defendida, em 24 de setembro de 2020, por **ELIZÂNGELA MARIA COSTA PIMENTEL**, aluna regularmente matriculada no Mestrado em Educação, sob o Registro Acadêmico nº 98014930, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Prof. Dr. Nelson Lambert de Andrade  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS  
Orientador



Prof. Dr. Fábio Luiz de Carvalho  
Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação - FAI  
Examinador



Profa. Dra. Luciana Nogueira  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS  
Examinadora

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais, Itamar e Regina, que me ofertaram todo o apoio necessário com toda dedicação e carinho para que eu pudesse trabalhar e estudar.*

*Ao meu amado marido, Rodrigo, por todo amor, apoio e compreensão, que foi grande incentivador e motivador para que eu iniciasse essa nova fase da minha vida e que trilhou comigo em cada momento.*

*Aos meus filhos João Ricardo, Igor e Iuri e a toda minha família, que sempre torceram pelas minhas conquistas. Sem apoio de vocês eu jamais conseguiria vencer essa empreitada.*

*Com eterna gratidão, a vocês dedico-lhes o título de Mestre em Educação!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e a nossa Mãe Santíssima que não nos desampara.

Aos meus pais, Itamar José Costa e Regina Pereira de Moraes, por todas as lições de amor, amizade, dedicação, carinho. Sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter pais tão especiais.

A toda minha família, meus irmãos queridos Wânius, Tânia e Itamar, meus filhos João Ricardo, Igor e Iuri, aos meus sogros Claudio e Aguida, meus sobrinhos(as), primos(as), tios(tias), cunhados(as), minhas afilhadas Ana Livia e Maria Paula, que sempre me apoiaram e me deram forças para superar todos os momentos difíceis. Ao meu tio Raul, pela torcida e orações. Obrigada! Amo todos vocês!

Ao meu marido, Rodrigo de Moura Pimentel, por todo amor, carinho, companheirismo, meu parceiro de todas as horas. Obrigada por permanecer ao meu lado sempre pronto a me apoiar.

Meus agradecimentos a todos os docentes do Mestrado que sempre estiveram dispostos a me ajudar com sua experiência acadêmica, sempre com muita boa vontade e simpatia. A professora Neide Pena por todo seu carinho e amizade, seu sorriso nos alegra muito.

Agradeço aos profissionais da UNIVÁS, que sempre me trataram com carinho, simpatia e profissionalismo.

Em especial ao meu orientador professor Dr. Nelson Lambert de Andrade, pela competência, profissionalismo, por toda sua atenção, disposição e orientação, com quem muito aprendi, dedico toda minha gratidão e respeito. Meu muito obrigada!

Aos membros da Banca Examinadora Prof. Dra. Luciana Nogueira e Prof. Dr. Fabio Luiz de Carvalho, por compartilharem de seus conhecimentos e valiosas contribuições para a eficiência deste trabalho.

Aos colegas do mestrado, que tive o prazer de conhecer, que fizeram parte desta história e tivemos momentos inesquecíveis.

Aos contadores do IFSULDEMINAS, por todo comprometimento, companheirismo, amizade e por aceitarem participar desta pesquisa.

A toda equipe da Pró-Reitoria de Administração, aos meus amigos(as) da Coordenadoria Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que realizam suas atividades com toda seriedade e compromisso. Meu carinho e agradecimento.

Meus agradecimentos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, por todo apoio. E ao Prof. Dr. Marcelo Bregagnoli deixo aqui minha gratidão por todos os ensinamentos, pela sua liderança e parceria.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

PIMENTEL, Elizângela Maria Costa Pimentel. **Percepção de Contadores do IFSULDEMINAS sobre Educação Contábil e suas aplicações na Gestão Pública.** 150f.:il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), Pouso Alegre, 2020.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou identificar informações que caracterizam o ensino do componente curricular Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a finalidade de avaliar como essa área do conhecimento é apresentada no curso de Ciências Contábeis e em que aspectos o perfil e as expectativas dos estudantes se relacionam com as propostas pedagógicas dos cursos investigados. Partiu-se da hipótese de que o componente curricular Contabilidade Aplicada ao Setor Público, mesmo sendo uma área de fundamental importância e responsabilidade, ainda carece de um acompanhamento efetivo pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no que tange às mudanças dos padrões internacionais e em sua regulamentação. Desta forma, foram coletados dados referentes à percepção dos contadores do IFSULDEMINAS, bacharéis graduados em IES, particularmente do Sul de Minas Gerais, sobre as implicações no ensino superior de Ciências Contábeis, devido ao processo de convergência das normas e práticas brasileiras às internacionais. O presente estudo se caracterizou em pesquisa exploratória, iniciado com um levantamento bibliográfico e documental. Posteriormente, iniciou-se um levantamento por meio de questionário aplicado aos contadores já mencionados. Quanto à pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se conceituar a Contabilidade Pública, em seu enunciado e embasamento nos diversos dispositivos legais que regulam o setor público. Para efetivar a coleta de dados, foi aplicado um questionário com questões estruturadas, por meio da plataforma *Google Forms*, aos contadores do IFSULDEMINAS no ano de 2020, no qual buscou-se a investigação do grau de atualização da ementa do componente curricular CASP. Tudo de acordo com o que estabelece a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em respeito à dignidade do ser humano e proteção aos participantes da pesquisa. Finalmente, foi de suma importância recorrer ao histórico da educação profissional brasileira, o que possibilitou entender os motivos do surgimento e da evolução do ensino comercial no Brasil, sendo alcançada uma compreensão melhor do surgimento das exigências curriculares promovidas pelo Ministério da Educação que aprimorou a formação do profissional contábil. Confirmou-se, conseqüentemente, a necessidade de uma reorientação curricular no que se refere à quantidade de horas oferecidas, bem como, ao conteúdo curricular constante do ementário pesquisado, na maioria das IES.

**Palavras-Chave:** Ciências Contábeis. Convergência. Currículo. Educação. Formação. Harmonização.

## ABSTRACT

PIMENTEL, Elizângela Maria Costa Pimentel. **Perception of IFSULDEMINAS accountants on Accounting Education and its applications in public management.** 150f.: il. Dissertation (Master in Education), Univás, Pouso Alegre, 2020.

This research aimed to identify information that characterizes the teaching of the curricular component Applied Accounting to the Public Sector (AAPS), in order to evaluate how this area of knowledge is presented in the Accounting undergraduate course and in what aspects the profile and the students' expectations are related to the pedagogical proposals of the undergraduate courses investigated. It was based on the hypothesis that this curricular component shows lacks left by an effective control from higher education institutions (HEI) in reference of changes on international accounting standards (IAS) and in its regulation even though they are fundamental essential areas and responsibilities. In this way, this research collected data regarding the perception of Federal Institute of Southern Minas Gerais (IFSULDEMINAS) accountants, bachelors graduated in HEI, particularly from the south of Minas Gerais, about their implications on accounting undergraduate course, due to the convergence process of Brazilian international standards and international practices. This study was a exploratory research, initiated with a bibliographic and documentary survey. Afterwards, a survey was initiated through a questionnaire filled by the above-mentioned accountants. As for bibliographic and documentary research, it was aimed the Public Accounting concept, in its statement and based on the several legal provisions that regulate the public sector. To carry out data collection, a questionnaire with structured questions was applied, through Google Forms platform, to the IFSULDEMINAS accountants in 2020. The study aimed to investigate the extent of updating of the AAPS curriculum component. All the procedures were in consonance with Brazilian National Health Council resolution number 466/12, aiming the respect for human dignity and protection for research participants. Finally, it was extremely important to draw the history of Brazilian professional education, which made it possible to understand the reasons of the emergence and evolution of commercial education in Brazil, achieving a better understanding of the curricular requirements development promoted by the Ministry of Education, which improved the training of the accounting professional. Consequently, this study confirmed that there is a need of a curricular reorientation regarding the number of hours offered, as well as the curricular content observed, in most HEIs.

**Keywords:** Accounting sciences. Convergence. Resume. Education. Training. Harmonization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do tempo da Expansão da Rede Federal de Educação .....	34
Figura 2: Evolução do ensino da contabilidade no Brasil.....	39
Figura 3: Biblioteca Nacional, hoje .....	41
Figura 4: Curso de Ciências Contábeis e Atuariais segundo o Decreto-Lei n. 7.988 de 1945.....	46
Figura 5: Curso de Ciências Contábeis segundo Resolução CFE s.n., de 8 de fevereiro de 1963.....	47
Figura 6: Curso de Ciências Contábeis segundo Resolução n. 3 de 1992. ....	49
Figura 7: Curso de Ciências Contábeis segundo Res. CNE/CES n. 10 de 2004.....	49
Figura 8: Processo de Convergência da Contabilidade Pública aos Padrões.....	72

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Unidades de atuação dos contadores .....	86
Gráfico 2: Cargo ocupado pelos contadores .....	88
Gráfico 3: Gênero dos contadores.....	89
Gráfico 4: Faixa etária dos contadores.....	92
Gráfico 5: Formação acadêmica dos contadores.....	93
Gráfico 6: Tempo de experiência dos contadores .....	95
Gráfico 7: Carga horária de aperfeiçoamento .....	97
Gráfico 8: Como você avalia o componente curricular contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no seu curso de Ciências Contábeis .....	100
Gráfico 9: Como você avalia a utilidade do conteúdo contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no curso de Ciências Contábeis para o exercício profissional? .....	102
Gráfico 10: Houve uma grande interação entre os professores que sempre procuraram demonstrar a contribuição que o componente curricular tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso? .....	105
Gráfico 11: Foi possível perceber a integração apenas nos componentes curriculares específicos de Contabilidade? .....	108
Gráfico 12: Atualmente, como profissional, considero que todos os conhecimentos necessários para à atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram contemplados durante o curso? .....	110
Gráfico 13: As informações contábeis devem ser de fácil compreensão para todo e qualquer usuário. A manipulação e análise de tais informações, bem como as avaliações das situações das entidades necessitavam de padronização independente do contexto e do local onde se encontre. ....	111
Gráfico 14: Com o processo de convergência às normas internacionais, foram instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional, os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, tendo como objetivo trazer maior transparência na situação do patrimônio líquido da entidade pública.....	112
Gráfico 15: A necessidade de harmonização das práticas contábeis apresentadas pelos órgãos internacionais, consolidam a contabilidade como linguagem universal dos negócios.....	114
Gráfico 16: O processo de harmonização das práticas contábeis tornará as relações comerciais/financeiras entre os países, de fácil relação na busca de melhorias e troca de informações que serão esclarecidas e compreendidas (SOUZA, 2016, p.6). ....	115

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Componente Curricular Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.....	54
<b>Quadro 2</b> - Ementa Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé.....	55
<b>Quadro 3</b> - Ementa Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé.....	55
<b>Quadro 4</b> - Ementa Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado.....	57
<b>Quadro 5</b> - Ementa Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto Polo EAD Pouso Alegre.....	58
<b>Quadro 6</b> - Ementa Universidade do Vale do Sapucaí .....	59
<b>Quadro 7</b> - Ementa Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS.....	59
<b>Quadro 8</b> - Ementa Universidade Federal de Viçosa.....	61
<b>Quadro 9</b> - Ementa Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba .....	61
<b>Quadro 10</b> - Número de servidores técnico-administrativos em Cargos de Direção e Coordenação.....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Unidades de atuação.....	83
Tabela 2: Período de aplicação do questionário.....	83
Tabela 3: Unidades de atuação dos contadores.....	87
Tabela 4: Cargo ocupado pelos contadores.....	88
Tabela 5: Gênero dos contadores.....	89
Tabela 6: Faixa etária dos contadores.....	92
Tabela 7: Formação acadêmica dos contadores.....	93
Tabela 8: Tempo de experiência dos contadores.....	95
Tabela 9: Carga horária de aperfeiçoamento.....	97
Tabela 10: Como você avalia o componente curricular contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no seu curso de Ciências Contábeis.....	100
Tabela 11: Como você avalia a utilidade do conteúdo contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no curso de Ciências Contábeis para o exercício profissional?.....	102
Tabela 12: Houve uma grande interação entre os professores que sempre procuraram demonstrar a contribuição que o componente curricular tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso?.....	105
Tabela 13: Foi possível perceber a integração apenas nos componentes curriculares específicos de Contabilidade?.....	108
Tabela 14: Atualmente, como profissional, considero que todos os conhecimentos necessários para à atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram contemplados durante o curso?.....	110
Tabela 15: As informações contábeis devem ser de fácil compreensão para todo e qualquer usuário. A manipulação e análise de tais informações, bem como as avaliações das situações das entidades necessitavam de padronização independente do contexto e do local onde se encontre.....	111
Tabela 16: Com o processo de convergência às normas internacionais, foram instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional, os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, tendo como objetivo trazer maior transparência na situação do patrimônio líquido da entidade pública.....	112
Tabela 17: A necessidade de harmonização das práticas contábeis apresentadas pelos órgãos internacionais, consolidam a contabilidade como linguagem universal dos negócios.....	114
Tabela 18: O processo de harmonização das práticas contábeis tornará as relações comerciais/financeiras entre os países, de fácil relação na busca de melhorias e troca de informações que serão esclarecidas e compreendidas (SOUZA, 2016, p.6). .....	115

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CD	Cargo de Diretor
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CESEP	Centro Superior de Ensino e Pesquisa
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CGOF	Coordenadoria-geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRCMG	Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DDI	Desenvolvimento Institucional
DOU	Diário Oficial da União
DTIC	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Educação a Distância
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
EBBT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ETFs	Escolas Técnicas Federais
FBC	Fundação Brasileira de Contabilidade
FG	Função Gratificada
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FUNDEG	Fundação Educacional Guaxupé
GPEG	Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão
IBCA	Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reporting Standards
IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MF	Ministério da Fazenda

NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NBCTSPEC	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público Estrutura Conceitual
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RCPGs	Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SETEC/MEC	Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAE	Técnico-Administrativos em Educação
UG	Unidade Gestora
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNIFEG	Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé
UNIVAS	Universidade do Vale do Sapucaí

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 PROBLEMÁTICA DO TEMA .....	22
1.2 OBJETIVOS .....	25
1.2.1 Objetivo geral.....	25
1.2.2 Objetivos específicos.....	25
1.3 METODOLOGIAS DE PESQUISA .....	26
1.3.1 Pesquisa bibliográfica.....	26
1.3.2 Pesquisa de campo .....	27
1.3.3 Pesquisa documental .....	28
1.3.4 Análise dos dados.....	28
<b>SEÇÃO II - O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - IFSULDEMINAS</b> .....	30
2.1 TRAJETÓRIAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	30
2.2 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS .....	35
<b>SEÇÃO III - EDUCAÇÃO CONTÁBIL</b> .....	38
3.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E O ENSINO DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL .....	38
3.2 O ENSINO DA CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO – CASP .....	51
<b>SEÇÃO IV - A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE</b> .....	66
4.1 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO .....	67
4.2 ASPECTOS CULTURAIS E LEGAIS DA CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	76
<b>SEÇÃO V - DISCUSSÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	80
5.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	81
5.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	84
5.2.1 Caracterização do perfil dos contadores do IFSULDEMINAS .....	85
5.2.2 Percepção dos contadores do IFSULDEMINAS sobre contabilidade aplicada ao setor público .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121
<b>APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados</b> .....	139
<b>APÊNDICE B – Termo de anuência institucional</b> .....	142
<b>APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido</b> .....	144

<b>APÊNDICE D - Parecer do CEP – Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos .....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE E: Termo de Permissão para Publicação .....</b>	<b>149</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como tema a “Percepção de contadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) sobre Educação Contábil e suas Aplicações na Gestão Pública”. O trabalho vincula-se à Linha de Pesquisa “Formação do Profissional Docente, Práticas Educativas e Gestão da Educação”, do Mestrado em Educação e ao Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão (GPEG), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS).

A escolha do tema como objeto de estudo surgiu devido a minha formação acadêmica no curso de Ciências Contábeis, graduada pela Fundação Educacional de Machado, e por atuar profissionalmente no setor público há vinte anos, aprovada em concurso público para o cargo de contador do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, lotada na Reitoria, com sede em Pouso Alegre (MG), mais especificamente na Pró-reitoria de Administração (PROAD), Coordenadoria-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGOF), que tem por finalidade fornecer à administração informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões. Responsável pelo acompanhamento contábil do IFSULDEMINAS compreendendo as oito Unidades Gestoras (UG) pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).<sup>1</sup>

O IFSULDEMINAS, local de estudo desta pesquisa surgiu da unificação das escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de Ensino Médio e técnico no Sul de Minas Gerais, a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação (BRASIL, 2008).

A partir das análises desta pesquisa, pretende-se apresentar a percepção dos contadores servidores do IFSULDEMINAS frente à educação contábil aplicada na gestão pública. Atualmente, o IFSULDEMINAS possui 15 contadores inclusive esta

---

<sup>1</sup>. STN definiu e desenvolveu, em conjunto com o Serpro, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), implantando-o em janeiro de 1987, com a finalidade de oferecer ao Governo Federal um instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/historia>. Acesso em: 14 mar. 2020.

pesquisadora, lotados na reitoria e nos demais *campi*, localizados nas cidades de Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Três Corações, exceto Carmo de Minas que não tem dotação de recursos humanos (DRH) para esse profissional. Todos os contadores são servidores concursados do IFSULDEMINAS e possuem formação de nível superior em Ciências Contábeis, com registro no Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG).

O termo percepção, constante do tema desta pesquisa, tem origem etimológica no latim *perceptiò, ónis*, que significa compreensão, faculdade de perceber; ver (HOUAISS, 2002). Definição bastante pertinente ao objetivo desta pesquisa.

Utilizando a abordagem psicológica, Bacha; Strehlau; Romano, (2006, p. 6), argumentam que a percepção é entendida como “um fenômeno complexo que resulta de um conjunto de processamentos psicológicos humanos que envolvem tanto as sensações como pelo repertório do indivíduo presente na memória ou ainda associações e comparações”. Nas mais variadas áreas do conhecimento, como psicológica, filosófica e mercadológica, a percepção, no sentido de opinião ou atitude, vem despertando interesse de pesquisadores nos últimos tempos, devido ao impulso dos recentes estudos promovido pela neurociência, além de mudanças no tipo de aproximação que se tem buscado dar à percepção.

Para entender melhor as atividades inerentes ao contador do órgão público destaca-se que o arcabouço de tais profissionais pouco contrasta com as tarefas desenvolvidas pelos profissionais do setor privado. É possível afirmar que o contador público atua de maneira global, não especializando em apenas uma área da gama de conhecimentos relacionados ao universo contábil. Portanto, esta é uma característica marcante desses contadores. Ele é considerado um profissional pluralista, uma vez que incorpora conhecimentos da administração pública na área tributária, de pessoal, políticas públicas, previdenciária, intermediação de captação de recursos externos e gerenciamento da dívida.

A Contabilidade é possuidora de diferentes ramificações, cada qual com o papel de buscar subsídios para viabilizar as melhores tomadas de decisão. Originada da contabilidade comercial, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), é responsável por gerir informações e apresentar os resultados obtidos referentes aos órgãos e às entidades da Administração Pública. Tais informações compreendem o custo das atividades, as realizações de cada área do setor governamental e o reflexo da gestão sobre o patrimônio público (SANTOS, 2015).

Regulamentada pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964<sup>2</sup>, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), tornou-se o ramo da ciência contábil que tem por função acompanhar e analisar todas as movimentações do patrimônio das entidades públicas, evidenciando as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas e os consequentes resultados decorrentes dos atos e fatos da gestão pública (MCASP, 2008). As funções da CASP de acordo com artigo 78 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelece que o “acompanhamento da execução orçamentária será feito pelos órgãos de contabilização”. Na Lei nº 4.320/1964, artigo 90 encontra-se também base legal para os procedimentos aplicados pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público: “A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada à conta dos mesmos créditos e as dotações disponíveis”.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no entendimento de Silva (2013, p.71), pode ser definida como um:

modo eficiente do registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial espaço de atuação do profissional de contabilidade demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis decorrentes de variações patrimoniais.

No que tange à educação contábil, no Brasil foi conferido pelo Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, o ensino superior de ciências econômicas e de contábeis e atuariais, estabelece o art. 3º que “o curso de ciências contábeis e atuariais será de quatro anos, sendo oferecida no 4º ano a disciplina de Contabilidade Pública”, hoje denominada como Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Não obstante, esta questão relaciona-se também ao papel do docente, por manter ligações diretas com a qualidade da formação do profissional, como um dos elementos responsáveis por uma educação voltada às necessidades da sociedade contemporânea e por um mercado cada vez mais exigente, pois, nesse processo histórico, maiores são as demandas por uma educação que prepare profissionais competentes e qualificados (LEITE *et al.*, 2015). Desta forma, este estudo traz a influência dos conteúdos programáticos da disciplina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ministrados nos cursos de graduação de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) principalmente da região

---

<sup>2</sup>. BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm). Acesso em: 14 mar. 2020.

do Sul de Minas Gerais, no desempenho profissional dos formados.

A relevância da presente pesquisa justifica-se nas transformações ocorridas na qualidade da formação do profissional contábil, inclusive com a adoção das práticas das normas internacionais (IFRS) nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, IES principalmente da região do Sul de Minas Gerais, nas quais os contadores desta pesquisa concluíram suas graduações. Diante do contexto no qual os contadores estão inseridos, faz-se necessário que o estudante de contabilidade, ao concluir a graduação, tenha conhecimento técnico suficiente para ingressar no mercado de trabalho.

No entanto, este ambiente de mudanças também se reflete nas áreas governamentais e, de forma específica, na contabilidade aplicada ao setor público, eixo desta pesquisa. Dessa maneira, faz-se necessário saber se as IES que formam estes profissionais estão adequadas a esse novo cenário, se os cursos ofertados estão com suas ementas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e propostas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

De acordo com Marion e Robles Júnior (1998, p. 18),

os professores deveriam indagar constantemente a respeito da nova demanda de profissionais contábeis, originadas das mudanças nas exigências do mercado de trabalho em razão da própria convergência das normas internacionais, bem como, a dinamização do currículo visando atender esta demanda, além de avaliar os egressos do curso para se ter o *feedback* daqueles que a instituição lançou no mercado, com o objetivo de reavaliar o curso.

Cabe ressaltar que o processo de convergência da CASP aos padrões internacionais iniciou no ano de 2008, pelo CFC com o auxílio de especialistas do setor, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), editadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), na sigla em inglês, com o propósito de alterar a metodologia contábil adotada pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

As diferentes práticas contábeis contribuíram para a aceleração dos processos da convergência às normas e práticas contábeis internacionais. Da mesma forma, a padronização das demonstrações contábeis, fontes de dados úteis para tomada de decisões econômicas, é uma tentativa de promover a universalização dos sistemas contábeis de todos os países de modo que as informações contábeis sejam entendidas e interpretadas por todas as nações, possibilitando inclusive a comparabilidade entre elas.

Os princípios transportados para as NBCASP elegem a sociedade como principal usuário dos dados sobre o patrimônio público, evocando o regime de

competência para elaboração e divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) e ofertando melhores perspectivas de interpretação do que a abordagem excessivamente orçamentária priorizada anteriormente (SANTOS; CASTRO, 2015).

Assim, o avanço das normas internacionais aplicadas ao setor público tem suas origens na área contábil. Essa nova estrutura tem como objetivo assegurar maior “transparência e evidenciação do uso dos recursos públicos através do enriquecimento e da padronização de relatórios” (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas, 16.5). Desta maneira, a convergência às normas internacionais visa resgatar a essência da CASP, que é o patrimônio público já presente na Lei 4.320/64. Porém a execução orçamentária era evidenciada com maior ênfase. Pois até recentemente o maior enfoque seria a Contabilidade Orçamentária:

ocorreram várias mudanças importantes, mas a principal é que o objeto de estudo da contabilidade do setor público é o patrimônio. O orçamento deixa de ser o protagonista na administração pública, apesar de continuar exercendo papel relevante no controle político, administrativo e de planejamento do governo ao estabelecer a previsão das receitas e a fixação das despesas orçamentárias. (FEIJÓ, 2012, p. 2).

Desde que se fez necessária à adequação das normas contábeis internacionais, a CASP continua sendo um instrumento de gestão, a partir das informações prestadas aos seus usuários e servir de apoio à tomada de decisão e à adequada prestação de contas. De acordo com Vega *et al.* (2015, p. 35):

O gestor público como autoridade dentro do Poder Público tem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) como uma aliada nas tomadas de decisões com informações consistentes e tempestivas, em todos os entes da federação, ou seja, nos Municípios, Estados, Distrito Federal e União. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) como fonte de informação detém os atos e fatos administrativos em registros contábeis de uma entidade pública, em relação a gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Um avanço significativo para o setor público foi a Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade e transparência na gestão fiscal, introduzindo novos conceitos à administração pública” (BRASIL, 2000). A dedicação para a universalização das novas normas vem contemplando a convergência aos padrões internacionais.

Outro marco relevante das práticas internacionais de contabilidade para o setor público, propostas aos países, são as IPSAS que se tornaram reconhecidas como referências para o aumento da relevância da informação contábil, principalmente nos países em desenvolvimento. Com a publicação das normas do IFAC, para serem aplicadas pelo setor público, as IPSAS, têm por base as normas contábeis emitidas pelo CFC. Um dos pilares da harmonização das normas contábeis é a transparência das contas públicas. Logo, a aplicação das IPSAS pelos países teve como objetivo o aperfeiçoamento da qualidade, sendo capaz de discutir boas práticas contábeis, principalmente, a comparabilidade das informações fornecidas por entidades do setor público (PRADO; PAIVA, 2017).

Considerando-se o progresso e o grande avanço tecnológico presente no mundo em relação às práticas contábeis, passa a existir a necessidade de adequação dos padrões contábeis buscando facilitar a comunicação, a comparabilidade e o entendimento das informações elaboradas entre os países, na busca do desenvolvimento de uma metodologia e uma padronização para aplicar suas técnicas em uma linguagem universal dos negócios (BARBOSA, 2009). Nessa mesma direção Fábio Luiz de Carvalho fala da Contabilidade como linguagem dos negócios pelo viés discursivo pensando a terminologia como:

O léxico e o discurso produzidos nos relatórios me levaram e ainda me levam a uma observação em relação ao processo de comunicação no que se refere aos diversos usuários com objetivos diferentes: os bancos querem analisar a capacidade de pagamento e garantias para os aportes de capital na entidade, os investidores querem saber se a entidade lhes trará retorno do capital aplicado em relação a outras oportunidades de aplicações, os sócios querem saber como a entidade está sendo gerida e sobre a segurança de seu patrimônio, os gestores sobre a produtividade e desempenho dos colaboradores e de seu próprio desempenho, o governo quer informações sobre os tributos e a economia, além de toda a comunidade e do mercado financeiro em geral. (CARVALHO 2019, p.13).

Desta forma, o processo de convergência às normas internacionais da Contabilidade no Brasil representou um grande avanço das demonstrações contábeis produzidas pelas entidades do nosso país, e, simultaneamente oportunizou à adoção de políticas de governança com o objetivo de garantir a eficácia, a eficiência, a efetividade e a economicidade na direção de um *compliance* para garantir a transparência de uma gestão séria e comprometida com resultados. Geralmente, a primeira etapa dessa política de transparência estabelece, como objetivo, a padronização dos processos para dar mais transparência às ações, facilitando o controle e a execução orçamentária e

financeira das instituições.

O processo de mudança das normas contábeis no Brasil é resultado, especificamente, da edição das NBCASP e da Portaria do Ministério da Fazenda (MF) nº 184, de 25 de agosto de 2008, por meio da qual foram estabelecidas “as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis”, de modo a torná-los convergentes com as referidas Normas (BRASIL, 2008).

Por consequência, o setor público brasileiro passa por um processo de diversas mudanças verificadas com a CASP, notadamente no início do século XXI, inclusive por influência do cenário econômico mundial. À vista destas mudanças, os profissionais da contabilidade e os docentes se deparam com uma intensa transformação, como nas demais ciências, em razão da maior exigência dos usuários por informações para a tomada de decisões (RIGHES; CALEGARI, 2014) e da evolução da própria ciências contábeis. Segundo Feijó (2012, p. 3):

apesar de todas essas alterações, os contadores públicos não devem esquecer tudo o que sabem; pelo contrário, o conhecimento desses profissionais será de grande ajuda neste momento de mudança. Devem apenas separar visão orçamentária de patrimonial. Todos os aspectos orçamentários estão mantidos, porém incorpora-se a visão patrimonial: registrar e controlar o patrimônio público.

Desse modo, os profissionais de contabilidade por meio das suas entidades e das instituições de ensino, devem promover fortes mudanças em virtude das novas exigências legais e profissionais, uma vez que precisam estar atentos e buscar se adequarem à nova normatização e executar suas atividades de acordo com a legislação.

Neste contexto, de acordo com Silva, Cajaíba e Farias (2019) as alterações conceituais contábeis sugerem uma formação de excelência aos profissionais e tornam ainda maior a responsabilidade das IES no desenvolvimento de habilidades e competências esperadas de tais profissionais. Por sua vez, os avanços na área de formação acadêmica estão cada vez mais acelerados, assim sendo, os cursos de graduação em Ciências Contábeis que quiserem perenizar sua existência terão que evoluir, atualizando constantemente o seu currículo para acompanhar as mudanças.

Necessário enfatizar que, entre outros fatores importantes, as IES de graduação em Contabilidade devem oferecer conteúdos programáticos suficientes, atualizados e coerentes com as necessidades da área contábil pública, para que seus egressos possam

desempenhar de maneira apropriada suas atividades.

## 1.1 PROBLEMÁTICA DO TEMA

Nas últimas décadas, várias propostas de reformas voltadas à Contabilidade aconteceram ao redor de todo o mundo. No cenário brasileiro não foi diferente, com adoção das normas internacionais de contabilidade e insere-se nesse contexto da globalização, passando por consideráveis mudanças práticas e conceituais, que, desde 2008, vêm sendo implantadas a partir da iniciativa legal de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. Já no setor público, esse processo acentuou-se em 2010 com adaptações para a realidade nacional das IPSAS convertidas em NBCASP, tornando-se obrigatório para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro desse mesmo ano.

Tais reformas foram consequência dos escândalos corporativos e as fraudes financeiras envolvendo empresas norte-americanas como Adelphia, Enron, ImClone, Global Crossing, Tyco, WorldCom etc. nos primeiros anos do século XXI e parecem ter sido o resultado da complexidade que envolve a divulgação das demonstrações contábeis, fruto do rápido crescimento do número de aquisições externas de empresas. Tais aquisições conferiram relevância maior ao controle dos atos dos gestores das empresas em todo o mundo, com impacto na relação com os *stakeholders*.

Nos Estados Unidos, a resposta às fraudes veio na forma da edição da Lei *Sarbanes-Oxley (SOX)*, de julho de 2002. Essa Lei codifica as responsabilidades dos executivos da empresa, dos comitês de auditoria, dos auditores, impondo sanções estritas por descumprimento ou falta de observância aos normativos. Adicionalmente, a SOX estabelece um comitê gestor, denominado *Public Company Accounting Oversight Board*, (PCAOB) supervisionado pela *Securities and Exchange Commission*, (SEC) congênere da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que é a autoridade fiscalizadora do mercado, que regula a governança corporativa das empresas. Na Europa, a resposta aos abusos na governança das empresas tem sido a de examinar e rever os princípios e fundamentos da boa governança corporativa.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), referência nacional e internacional em governança corporativa, ao longo do século XX, cada vez mais as economias mundiais têm sido marcadas pela integração aos movimentos dinâmicos do comércio internacional, bem como pela expansão global das transações

financeiras. Neste cenário, os governos e as empresas foram objeto de mudanças importantes, posto que a intensa celeridade de expansão de suas atividades viabilizou reajuste de sua estrutura de controle, conseqüente da disjunção entre a propriedade, a gestão empresarial e a gestão pública. A origem dos debates sobre governança corporativa refere-se a conflitos pertencentes à propriedade dispersa e à discordância entre os interesses dos sócios, executivos e o melhor interesse da empresa, sem deixar de lado os contribuintes responsáveis pelas receitas públicas (IBGC, 2015).

Ainda segundo o IBGC, no Brasil:

o movimento por boas práticas mostrou-se mais dinâmico a partir das privatizações e da abertura do mercado nacional nos anos 1990. Neste interim, em 1995, ocorreu a criação do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA) que, a partir de 1999, passou a ser intitulado IBGC, procurando influenciar as lideranças da sociedade na adoção de práticas transparentes, responsáveis na administração das entidades. (SITE IBGC, 2015).

No entanto, a partir das transformações econômicas e sociais que surgiram no século XXI, a Contabilidade se tornou uma área que proporciona várias oportunidades para o profissional contábil, o qual deve possuir uma formação fundamentada e sólida. Dessa maneira, Cardoso (2017, p. 14) considera que a adequada formação do profissional de Contabilidade que atua na área pública é essencial para o exercício da profissão, pois as IES “tem o papel de prover o ensino considerando a amplitude da Ciência Contábil, com vistas à obtenção da excelência no processo de ensino”.

Nesse contexto, recorrendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei no 9.394/96 (BRASIL, 1996), as IES têm como finalidade outorgar graus a bacharéis nas diferentes áreas de conhecimento, que deveriam estar “aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira” e conseqüentemente capazes de serem aprovados na prova de suficiência para obtenção do registro profissional da classe contábil.

As IES, em atendimento à sua missão, por meio dos currículos dos cursos, o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades e dos conhecimentos requeridos, devem viabilizar o conhecimento transmitido ao bacharel em Ciências Contábeis para que ele possa desempenhar suas atividades de maneira adequada, quando inseridos no mercado.

No entanto, as IES nem sempre cumprem sua função formadora e transformadora, investindo no aluno, uma vez que os altos índices de reprovação do exame de suficiência do CFC a que são submetidos os formandos, estão em torno de

70%. Isso significa que os gestores e os professores de curso nem sempre estão conseguindo atender às mudanças que ocorrem no ambiente em que a IES está inserida para formar profissionais competentes, socialmente responsáveis nas diversas áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e ainda para adequarem-se às exigências do mercado de trabalho, desenvolvendo um projeto pedagógico com base em um perfil profissional conveniente.

Nesse sentido, na concepção de Cardoso (2017) as IES necessitam “prescrever os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, com o objetivo de formação acadêmica e profissional dos futuros contadores”. Desta maneira, os currículos devem ser bem analisados, planejados coletivamente com a participação da comunidade escolar e adequados às novas exigências do mercado de trabalho e às constantes mudanças na legislação, para atuação do formando na área pública.

Neste cenário, a presente pesquisa se propôs a responder as seguintes questões: Os conteúdos programáticos constantes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Ciências Contábeis para o ensino da CASP, em IES, as quais são representadas pelos contadores concursados do IFSULDEMINAS, localizados principalmente da região do Sul de Minas Gerais, estão em conformidade com a proposta de matriz curricular da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC)? Em que medida os contadores do IFSULDEMINAS têm acompanhado o processo de convergência às Normas Internacionais? O que os docentes ensinaram no componente curricular CASP e o que os contadores aprenderam condiz com as NBCASP? Na percepção dos contadores do IFSULDEMINAS a educação do componente curricular CASP despertou o interesse para sua carreira?

Neste contexto, o desempenho dos docentes que ministram o componente curricular “Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, também será considerado no âmbito da formação da educação superior brasileira. Desse modo, por meio das análises dos componentes curriculares específicos constantes das matrizes curriculares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação em Ciências Contábeis das IES pesquisadas, será possível verificar se a CASP apresenta uma ligação semelhante com várias disciplinas ofertadas durante a realização do curso.

## **1.2 OBJETIVOS**

A educação é considerada e reconhecida como um direito dos brasileiros e é considerada a política de Estado mais importante na sociedade. Tal política é consagrada na Constituição Federal de 1.988 (BRASIL, 1.988) como direito de todos e dever do Estado e da família, a fim de capacitar as pessoas para exercerem a cidadania e para o trabalho.

### **1.2.1 Objetivo geral**

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o nível de compatibilidade entre os conteúdos do componente curricular CASP, constantes dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das IES principalmente da região do Sul de Minas Gerais, nas quais os contadores do IFSULDEMINAS concluíram suas graduações, com a proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e os respectivos currículos das IES com intuito de inteirar-se sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular CASP;
- Verificar em quais aspectos o perfil e as expectativas dos contadores se relacionam com as propostas pedagógicas do curso investigado;
- Identificar a percepção dos contadores do IFSULDEMINAS sobre o processo de convergência às Normas Internacionais;
- Analisar o nível de conhecimento dos contadores do IFSULDEMINAS sobre as convergências contábeis;
- Verificar as perspectivas e a preparação dos contadores em relação às suas carreiras, frente às exigências propostas pelo CFC.

### 1.3 METODOLOGIAS DE PESQUISA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, sendo utilizado um questionário estruturado envolvendo conceitos de ensino-aprendizagem referente à CASP na plataforma *Google Forms*, bem como, a análise e apresentação das informações dessa pesquisa, utilizando estruturas e tecnologias gratuitas para essas tarefas. Este instrumento foi aplicado aos contadores concursados do IFSULDEMINAS, bacharéis em Ciências Contábeis, visando investigar o objeto de pesquisa deste estudo.

Diante dos dados coletados por meio do questionário, foi realizada uma análise qualitativa das informações obtidas por meio das respostas dos sujeitos participantes.

#### 1.3.1 Pesquisa bibliográfica

O desenvolvimento desta pesquisa foi iniciado com um levantamento bibliográfico utilizado na construção do referencial teórico que, quanto aos fins, é do tipo exploratória, pois busca identificar, descrever, analisar e compreender as implicações no ensino superior de Ciências Contábeis devido ao processo de convergência das normas e práticas brasileiras às internacionais. Foram utilizados como material de pesquisa os Projetos Pedagógicos das Instituições de Ensino principalmente do Sul de Minas Gerais onde os contadores concluíram sua graduação, além de livros, revistas científicas, teses, dissertações e legislações, atuais ou da época abordada.

De acordo com Gil (2010, p. 29-31), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Gil (2008, p. 60) relata ainda que:

primeiramente, há a necessidade de se consultar material adequando à definição do sistema conceitual da pesquisa e à sua fundamentação teórica. Também se torna necessária a consulta ao material já publicado tendo em vista identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado.

Ainda de acordo com Gil (2002, p.45), “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de

conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos”.

### 1.3.2 Pesquisa de campo

No que tange à pesquisa de campo, esta se caracteriza por extrair, verificar, observar e interpretar dados e informações de modo direto com o conteúdo de estudo. (FONSECA, 2002).

De acordo com Severino (2007, p. 123) caracteriza-se como investigações por meio de coletas de dados junto de pessoas,

na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (survey), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Após a coleta desses dados, dentro de uma abordagem que permita uma análise qualitativa, Gil (2002, p. 133) descreve:

a análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação.

No caso desta pesquisa, o estudo de campo visou colher dados para que fosse possível investigar informações que caracterizam o ensino do componente curricular CASP. A pesquisa foi analisada diante de uma abordagem qualitativa, com coleta dos dados pelos procedimentos de uma pesquisa de campo com utilização de um instrumento em formato de questionário com questões estruturadas para inteirar-se sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular CASP. E, quantitativa, tendo em vista que foram utilizados métodos estatísticos descritivos para elaboração, tratamento e apresentação dos dados. Foram analisadas as similaridades entre os currículos de análise propostos de forma a inteirar-se sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular CASP.

### 1.3.3 Pesquisa documental

A pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática e no caso desta pesquisa foi essencial para as análises e interpretações dos dados, por meio do estudo dos documentos disponibilizados pelas IES. De acordo com Gil (2002, p. 57), a “pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. O autor conclui que “as pesquisas que se valem fundamentalmente de fontes documentais têm sido objeto de críticas sobre a falta de rigor em seu processo de análise”.

A pesquisa documental é entendida por Severino (2007, p. 122) como [...] “fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.” Na pesquisa documental, os conteúdos dos textos não tiveram nenhum tratamento de pesquisa. O autor entende que “são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”.

A investigação e análise documental desta pesquisa basearam-se dos conteúdos programáticos, ementas das disciplinas de Contabilidade Pública e dos PPCs de Graduação em Ciências Contábeis, disponibilizados por meio eletrônico, de IES, principalmente do Sul de Minas Gerais, com o intuito de observar se os conteúdos da CASP contemplam as alterações previstas em legislações e Normas Internacionais.

Feita a coleta dos dados para pesquisa, o pesquisador precisa ordenar e organizar as respostas de forma que possam ser analisadas e interpretadas. Segundo Fonseca (2002, p. 32), essa análise consiste na “superação de três importantes obstáculos: a ilusão do objeto que deve ser mostrado com exatidão como ele é; o rigor no uso da técnica e do método, e o árduo trabalho de relacionar as teorias e conceitos com as respostas coletadas”.

### 1.3.4 Análise dos dados

A análise dos dados consiste em juntar as hipóteses, os objetivos e em seguida interpretá-los. Ghedin e Franco (2011, p. 160), explicam que “[...] interpretar é um exercício de preenchimento dos sentidos ausentes no momento da ação e, ao mesmo tempo, uma construção, no aspecto de presumir ou de ver aquilo que não estava evidente na ação”. Em complemento Gil (2002, p. 125), aponta:

o processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente.

Portanto, a análise dos dados foi realizada por meio de apresentação em tabelas compostas pelos números e percentuais das respostas obtidas do questionário, com perguntas fechadas. Verificou-se a conformidade das respostas com os aspectos pesquisados e registrados nos questionários respondidos e, assim, novos conhecimentos surgiram das interpretações da análise.

Para melhor compreensão da proposta de pesquisa, o trabalho está estruturado em seis seções, contendo nas mesmas a Introdução e Considerações Finais. Na primeira seção encontra-se a introdução e a metodologia da presente investigação, disponibilizando as decisões e opções para coleta dos dados ao conhecimento dos leitores.

Na segunda seção, intitulado “Trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, foi contextualizado uma síntese da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e apresentado o IFSULDEMINAS, local de estudo da pesquisa.

Na terceira seção, intitulado “Ensino Superior e o Ensino da Contabilidade no Brasil”, apresenta-se a literatura que embasou esta pesquisa, expondo um panorama sobre o ensino da contabilidade no Brasil e o ensino da CASP tomado como referencial.

Na quarta seção, intitulada “Educação ao longo da Vida” aborda-se a evolução do processo de convergência das normas e práticas contábeis brasileiras às internacionais, os principais órgãos envolvidos na convergência das normas e práticas contábeis internacionais.

Na sequência, na quinta seção, intitulado “Discussão, Análise e Interpretação dos Resultados” faz-se a apresentação e análise dos dados da pesquisa.

E, finalmente, na sexta e última seção, as Considerações Finais, consubstanciando-se os requisitos propostos à pesquisa.

## SEÇÃO II

### O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - IFSULDEMINAS

Nesta seção objetiva-se apresentar uma síntese da trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas à realização de uma periodização dos momentos históricos de maior relevância para a Educação Profissional Brasileira, e a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, o IFSULDEMINAS, local de estudo desta pesquisa.

#### 2.1 TRAJETÓRIAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados pela Lei nº. 11.892, em dezembro de 2008, no âmbito do sistema federal de ensino, que reunia, à época, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas Federais (ETFs), as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e as Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais (RFEPCT, 2016).

Em 29 de dezembro de 2008, 31 CEFETs, 75 unidades descentralizadas de ensino (UNEDs), 39 escolas agrotécnicas, sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (RFEPCT, 2016).

A lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Ao estabelecer as finalidades e características dos IFs, a lei aponta para a promoção da “integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008, p. 5).

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, art. 2º os IFs são “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”. (BRASIL, 2008). São equiparados às universidades federais, “podendo exercer o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais e com

autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial” (SOUZA; SILVA, 2016, p. 19).

Segundo a mesma Lei, os IFs foram criados em todos os Estados Brasileiros com a finalidade de “promover a interação e a verticalização desde a educação básica, à educação profissional e à educação superior” (BRASIL, 2008). Além de promover educação de qualidade, os Institutos Federais ainda estimulam a geração de trabalho e aumento de renda, promovendo o desenvolvimento socioeconômico local e regional abrangidas pelos seus *campi*.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão vinculados à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e fazem parte da rede de Educação Profissional e Tecnológica pública no Brasil. Ou seja, são instituições federais, “não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central” (BRASIL, 2008).

No entanto, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica foi estabelecida em 2008, pela Lei nº 11.892, porém, historicamente teve início em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices pelo então Presidente da República Nilo Peçanha quando assinou o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, para o ensino profissional primário e gratuito. Neste mesmo ano, foram criadas “19 Escolas de Aprendizes em todo o país, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, com vistas a profissionalizar os economicamente desfavorecidos” (CECCON, 2017, p. 18).

Na concepção do autor, após a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, “o próximo marco na trajetória da Educação Profissional no Brasil foi o Projeto Fidélis Reis, encaminhado à Câmara em 1922 e sancionado pelo Congresso Nacional em 1927, que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país”. (CECCON, 2017, p. 19). Sancionado pelo Congresso Nacional, porém não executado por falta de recursos do Tesouro para sua completa aplicação. A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos

sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937, p. 4).

Assim, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei nº 378 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Em 1941 foi remodelado todo o ensino no país pela “Reforma Capanema” e tinha como principais pontos:

o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão, e os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades (MEC/SETEC, 2017, p. 4).

Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices tornam-se Escolas Industriais e Técnicas, pelo Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro que permitem a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais (ETFs). As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, “intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização” (BRASIL, 2017).

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, “torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau”. Estabelece um novo paradigma: “formar técnicos sob o regime da urgência” e assim as Escolas Técnicas Federais implantam novos cursos técnicos com aumento expressivo do número de matrículas. Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica- CEFETs (BRASIL, 2017).

As Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, pela Lei nº 8.948, de oito de dezembro de 1994, mediante decreto específico para cada instituição com critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, “levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao

funcionamento de cada centro” (BRASIL, 2017).

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), são tratados assuntos sobre Educação Básica no capítulo II e no capítulo III assuntos sobre Educação Profissional e Tecnológica, “fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade” (BRASIL, 2017).

O processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978 retoma-se em 1.999. Em 2005, foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a publicação da Lei 11.195 e 64 novas unidades de ensino são construídas.

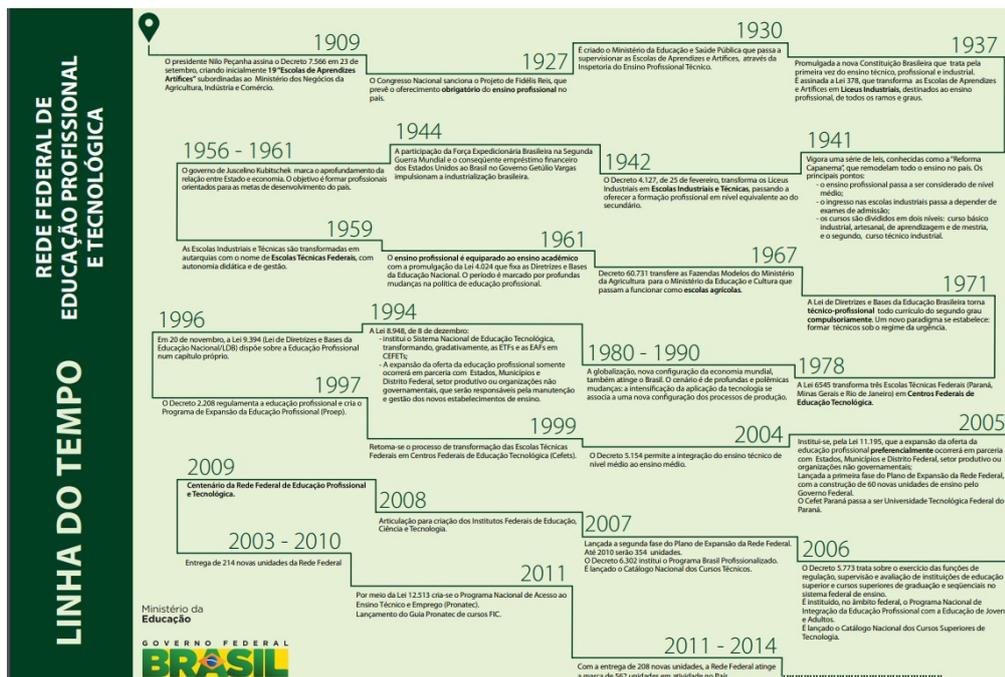
Em 2007 há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que teve como meta:

mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional (MEC, 2009, p. 6).

Em agosto de 2011, dando sequência à expansão da Rede Federal iniciada pelo então Presidente Lula da Silva, a Presidente Dilma Rousseff anuncia a Fase III. De acordo com o relatório de gestão da SETEC (SETEC/MEC, 2011), referente ao ano de 2010, projetava-se para o primeiro ano da Fase III a implantação de 208 novos *campi* de Instituto Federal, dos quais 88 eram remanescentes da Fase II e 120 no biênio 2013/2014.

Neste contexto, a Rede Federal vivenciou a maior expansão de sua história, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Linha do tempo da Expansão da Rede Federal de Educação



Fonte: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016).

Entre 2003 e 2020, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 517 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 661 unidades em funcionamento, representando a maior expansão do ensino da Rede Federal, abrangendo 568 municípios com atendimento presencial (BRASIL/MEC, 2020). De acordo com o Ministério da Educação,

são 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), dois Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs (CEFET/MG e CEFET/RJ), 22 escolas técnicas federais vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II (BRASIL/MEC, 2020. s.p.).

No decorrer do século XX, a Rede Federal de Educação Profissional foi adequando-se às novas demandas apresentadas pela sociedade. Neste processo, o ensino técnico teve momentos de maior ou menor proximidade e equivalência com relação à educação básica pedagógica.

## 2.2 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), nasceu da unificação das três escolas agrotécnicas tradicionais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculado ao Ministério da Educação (BRASIL, 2008). Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, novos *campi* foram criados pelo país e, no Sul de Minas não foi diferente.

O IFSULDEMINAS está localizado na mesorregião do sul/sudoeste de Minas Gerais, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracterizada pela forte influência que recebe do estado de São Paulo. Economicamente, no Sul de Minas há predominância da policultura, e vem se destacando pela produção de café, morango, além da pecuária leiteira. Outro ponto forte predominante é o crescente desenvolvimento industrial, especialmente nos municípios de Extrema, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019). A região conta também com:

circuitos econômicos como o Circuito das Malhas (Jacutinga e Monte Sião), Vale da Eletrônica (Santa Rita do Sapucaí e Itajubá), Circuito das Águas (Caxambu, São Lourenço, Lambari, Cambuquira e Conceição do Rio Verde), além dos municípios turísticos, especialmente Poços de Caldas, São Thomé das Letras, Gonçalves e Camanducaia (Distrito de Monte Verde) (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019, p. 20).

Nesse contexto socioeconômico está inserido o IFSULDEMINAS, atuando diretamente em oito municípios, onde estão localizados os *campi* e a reitoria, inclusive municípios paulistas localizados na divisa de estados. A Reitoria do IFSULDEMINAS está estrategicamente localizada no município de Pouso Alegre e interliga toda a estrutura administrativa e educacional dos *campi*. A Reitoria é composta pelo Gabinete e cinco Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPI) e as Diretorias Sistêmicas, a saber, de Desenvolvimento Institucional (DDI) e Diretoria de Tecnologia da Informação (DTIC). (IFSULDEMINAS, 2018). Possui também a Coordenação-Geral

de Auditoria Interna, sendo esta subordinada diretamente ao Conselho Superior do IFSULDEMINAS.

Em relação aos *campi*, o IFSULDEMINAS possui atualmente oito *campi* nas cidades de Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região. O Instituto oferta cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, subsequentes (pós-médio), especialização técnica, Proeja, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu e cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD). (O INSTITUTO, 2018).

Para tanto, compete aos *campi* prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. O primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSULDEMINAS, com vigência 2009-2013 foi instrumento norteador das estratégias da Instituição, traçando de forma coletiva os anseios da sociedade.

O IFSULDEMINAS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que compreende “educação profissional verticalizada”, a qual promove a fluidez de conhecimentos, técnicas e habilidades entre os níveis de ensino. Com forte atuação na região sul-mineira, tem como principal finalidade a oferta de ensino gratuito e de qualidade nos segmentos técnico, profissional e superior. Dentre as suas competências destacam-se a oferta de cursos em diferentes modalidades, a certificação de egressos e a gestão de seus recursos orçamentários, financeiros, humanos e materiais. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019, p. 17).

Sua missão institucional é: “promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão” o que assegura o crescimento econômico além de atender as necessidades das gerações futuras, possui como visão:

“Firmar-se como uma instituição de excelência na oferta de educação profissional, articulando o trabalho como princípio educativo, a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos, promovendo a inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento regional do sul de Minas Gerais” (IFSULDEMINAS, 2019, p. 17).

O IFSULDEMINAS compreende uma instituição comprometida com a educação de qualidade e com o desenvolvimento social. E se destaca “pela qualidade do ensino ofertado por meio de docentes qualificados, programas de assistência estudantil, fomento a projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, apoio à participação em

eventos culturais, esportivos, científicos e tecnológicos”. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019, p. 20).

O IFSULDEMINAS desde a sua criação, em dezembro de 2008, tem se caracterizado pela oferta de uma educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva. Busca garantir e proporcionar de modo eficiente a isonomia e a equidade no processo de entrada de alunos em seus cursos de nível básico e superior. Vale esclarecer que tais processos seletivos são custeados pela instituição (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019).

Neste sentido, a Contabilidade do IFSULDEMINAS, composta na forma da sua estrutura organizacional, pelos contadores, neste caso, os participantes desta pesquisa, tem como papel fornecer à administração do IFSULDEMINAS informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões. Desempenha a sua obrigação (finalidade legal), ou seja, disponibilização das informações das ações executadas pela administração das áreas orçamentária, financeira e patrimonial.

## **SEÇÃO III**

### **EDUCAÇÃO CONTÁBIL**

Nesta seção delineamos algumas anotações sobre o Ensino Superior e o Ensino da Ciência Contábil no Brasil, os conceitos básicos que a fundamentam como ciência e como um sistema de informação de controle do patrimônio, bem como, currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis e o Ensino da CASP no Brasil.

#### **3.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E O ENSINO DAS CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL**

A contabilidade é uma ciência social aplicada, o que significa dizer que ela foi concebida e desenvolvida para atender aos aspectos de mensuração monetária, registro e controle do patrimônio de uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada. No entendimento de Padoveze (2017, p. 3), “Contabilidade como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade”. Para tal, a contabilidade utiliza-se de uma das maiores convenções da humanidade: o método das partidas dobradas, um dos critérios para a escrituração no qual, para cada operação ou fato administrativo, o contador identifica e registra a origem de onde veio o recurso e a aplicação para onde foi destinado o recurso.

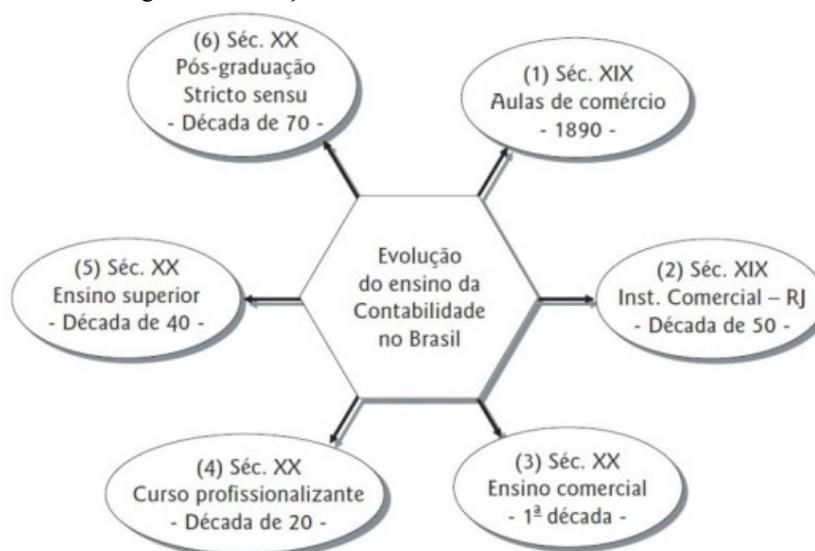
Portanto, a contabilidade é uma ciência que mede, interpreta e informa os fatos contábeis, possui um método que captura e registra todas as movimentações (fatos) que modificam a situação patrimonial de uma entidade, seja financeira ou patrimonial, logo, registra os bens, os direitos e as obrigações.

Provavelmente, uma das técnicas mais antigas do mundo, mas bastante atual, tendo surgido de acordo com Carvalho (2010), em virtude da necessidade do homem primitivo de registrar e medir o patrimônio tendo como um dos seus objetivos a divulgação financeira compreensível aos seus usuários para tomada de decisões. Ainda neste sentido, Iudícibus (2010) reforça esta tese ao destacar:

[...] alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas há aproximadamente 2000 a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade. (IUDÍCIBUS, 2010, p.15).

O ensino da Contabilidade como hoje o conhecemos é fruto de extenso aperfeiçoamento. No século XIX, com o advento da vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, e com a instituição formal das Aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro em 1890, marcam o início de sua evolução. No século XX, acentuaram-se os esforços para o reconhecimento da profissão e para a criação dos órgãos de classe. O ensino da Contabilidade passou a contemplar os cursos profissionalizantes, oferecer o ensino superior e a Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PELEIAS et al., 2007). A partir daí, foram inúmeras as mudanças até se chegar ao modelo de graduação que temos hoje, de acordo com a figura 2:

Figura 2: Evolução do ensino da contabilidade no Brasil



Fonte: Peleias *et al.* (2007).

Nos primeiros séculos de existência do Brasil, somente pessoas com boa condição financeira chegavam às universidades que só existiam no exterior, sendo que as únicas iniciativas de educação partiam da Companhia de Jesus. Ao longo da construção histórica da educação e a partir do contexto do século XIX, da passagem de D. João no Brasil (1808 – 1821), período este de evolução econômica e social, criou-se o ensino superior, com abertura de faculdades, criadas para atender a classe da aristocracia rural (donos de grandes patrimônios rurais). Nessa mesma direção, Moraes (2019) afirma que não houve preocupação de investimento nos demais níveis de ensino, nem mesmo os níveis técnicos, prevalecendo a adoção da ideologia burguesa da Europa do século XIX aqui no Brasil.

Segundo Moraes (2019) àquela altura no Brasil-Colônia surge a necessidade imediata de uma organização administrativa de fato, assim que foram nomeados

membros responsáveis por ministérios. A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, foi escolhida como a capital, presenciando a instalação dos órgãos da administração pública, a fim de solucionar disputas políticas. À época, início do século XIX, a capital já era a segunda maior cidade do Brasil, atrás apenas de Vila Rica (atual Ouro Preto).

Portanto, Ribeiro (2011) dá-nos conta de que a transferência da capital para o Rio de Janeiro gera o consequente desenvolvimento e crescimento da vida urbana e cultural, que, anteriormente, ocorria nas cidades de Vila Rica, Salvador e Recife.

O autor afirma que simultaneamente com a mudança da Coroa Portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se residência oficial da Família Real de Portugal. Desde então, trouxe junto com ela a fundação de instituições, tais como: A Gazeta do Rio, O Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, Imprensa Régia, Jardim Botânico, Museu Nacional. Mas além da criação da Imprensa Régia, D. João também ordenou que viessem de Lisboa os 60 mil volumes da Biblioteca Real Portuguesa, que haviam sido lá deixados pela ocasião da partida de Lisboa. Cá chegando o acervo foi tombado na Real Biblioteca, mais tarde denominada de Biblioteca Nacional, que hoje está edificada à Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, como mostra a figura 3.

Essas instituições foram de grande importância para as questões culturais, sociais e econômicas para receber os nobres da Corte, conforme complementa Fonseca (2013, p. 26):

a mudança da corte portuguesa criou condições políticas, sociais e econômicas para transformação de cunho geral na colônia e particularmente, na cidade do Rio de Janeiro, que viria a ser sede do reinado. Tal ocasionaria, mais tarde, a emancipação política do Brasil, tendo reflexo imediato nos campos cultural e educacional, sobretudo quando da fundação de várias instituições.

Figura 3: Biblioteca Nacional, hoje



Fonte: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2018/06/biblioteca-nacional-inaugura-nova-fachada>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Cabe ressaltar, a revogação do Alvará de 5 de janeiro de 1785, o qual extinguiu e proibia a criação e o funcionamento de quaisquer fábricas no Brasil, tornando a produção na colônia artesanal, Ribeiro (2011) explica que, a partir da revogação do Alvará em 1808, passou a ser permitidas as instalações de indústrias, criando novos postos de trabalho no Brasil, o que demandava a formação e capacitação de mão de obra, uma vez que o trabalho passa, por meio da educação profissional, a exigir cursos de formação técnica, a fim de atender a essa necessidade (RIBEIRO, 2011). Ainda neste sentido Sanfelice (2015, p. 9) salienta que:

Essa proibição estabelecida na colônia era uma forma de dificultar o desenvolvimento tecnológico no Brasil e a formação de uma economia independente, isto posto, a necessidade da preparação da mão de obra qualificada. Os aprendizados nos modelos desenvolvidos para o trabalho manufatureiro continuaram existindo naquela época.

De acordo com Fonseca (2013) a formação de mão de obra profissional somente acontece no Brasil em 1808, sendo direcionada pela iniciativa do Estado, que procedeu a emissão do Alvará de 1º de abril de 1808, autorizando as fábricas e manufaturas a se estabelecerem no país, devendo-se destacar também, a assinatura da carta régia que permitia a abertura dos portos às nações amigas de Portugal, em 28 de janeiro de 1808.

O tratado econômico entre Portugal e Inglaterra permitiu que o Brasil tivesse

relações comerciais com outros países da Europa, desde que amigos da Corte. Já no ano seguinte, em 1809, é fundado o Colégio das Fábricas, que passa a oferecer o ensino profissional de ofícios manufatureiros, para atender à necessidade de mão de obra do comércio e da indústria (FONSECA, 2013). Sanfelice (2015, p. 10) afirma,

que o Colégio das Fábricas criado por Dom João VI foi um estabelecimento custeado pela Real Fazenda com o objetivo de levar a educação aos artistas e aprendizes vindos de Portugal. A instituição possuía 10 unidades espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro, com 72 artífices em variadas ocupações, compostas por oficinas que iam desde aprendizado nas casas de fazenda até ofícios de serralheria e carpintaria. Os alunos ainda tinham aulas de desenho, música e primeiras letras, demonstrando a grandeza e relevância dessa instituição.

Assim é que, Bittar (2010, p. 9) concebe a História da Educação Brasileira com uma analogia sobre a formação da sociedade brasileira, o autor elegeu como fio condutor da História da Educação Brasileira o binômio “elitismo e exclusão”, para o autor:

desde que o Brasil é Brasil, tivemos escolas, mas não para todos. A sua proposta de estudo, portanto, é compreender como e por que a escola no Brasil, historicamente, foi privilégio de poucos. Ao eger esses dois termos como parâmetros para o estudo da educação brasileira, o autor estabelece uma crítica às elites brasileiras, cuja ação política não levou em conta a importância da educação para todos como elemento constitutivo do próprio Estado nacional. Ou seja, além de ter sido tardia a formação do Estado nacional brasileiro, mais tardio ainda foi o começo da instauração de uma escola para todos, tarefa inconclusa até este começo de século XXI.

Portanto, a estrutura escolar estabelecida no Brasil Colonial não contemplava aquela preconizada nos regulamentos da Companhia de Jesus, que prevaleceu no continente europeu, ou seja, nos colégios de além-mar eram instituições que possuíam apenas o ensino secundário.

No Brasil, em razão da realidade socioeconômica à época, os padres da Companhia de Jesus incorporaram à estrutura do colégio o nível de ensino elementar, cuja pedagogia estava centrada no ensino mnemônico e contava com auxílio de recursos lúdicos, que misturavam elementos culturais dos nativos e dos europeus, como a música e o teatro. Para Bittar (2010) isso não significa que as classes menos favorecidas tivessem se omitido na luta por esse direito; ao contrário, o autor demonstra que elas, desde cedo, reivindicavam a escola.

Por tudo isso, pode-se observar a modificação sócio educacional e como eram os habitantes nativos naquele momento. A sociedade se modificou rapidamente ao olhar da

sociedade atual. Enquanto houve, as mudanças podem ser observadas a partir do que descreve Bittar (2010, p. 9).

A “exclusão”, portanto, não pode ser compreendida como uma espécie de anulação, por parte das elites, da capacidade de ação das camadas populares, como se tal imposição fosse possível. Aprendemos, pelo contrário, que por mais limitadas que sejam as possibilidades de lutas e conquistas, elas sempre têm lugar na História. E isso não foi diferente no Brasil, embora, pela sua formação histórica, que nos legou 350 anos de escravidão seguidos por quase 70 de regime monárquico (1822-1889), o nosso País tenha sido palco dessas lutas somente na época republicana.

A partir da proclamação da República em 1889, na transição do regime imperial para república, conhecido como Primeira República, acontecem uma série de mudanças socioeconômicas, principalmente com a chegada dos imigrantes substitutos da mão de obra escrava, crescimento da produção agrícola e expansão das indústrias (MORAIS, 2019).

Como afirma Manfredi (2002) esse novo ciclo econômico permitiu o surgimento de outros segmentos e atividades econômicas, tais como bancos, ferrovias, usinas, indústrias e o início da urbanização nos grandes centros. Neste contexto, a educação profissional também passa a ser reformulada para atender a outro tipo de mercado. Com isso o ensino de ofício manufatureiro e de artesanato evolui, de forma que as redes de ensinos profissionais passam a ganhar espaço, num projeto com propósitos de qualificar e disciplinar os trabalhadores livres e assalariados, que não eram somente os pobres e os desvalidos da sorte, incluía aí a população urbana.

Nesta circunstância, objetivava-se, acessoriamente a mobilidade social, por meio do ensino profissional a fim de criar condições para que o parque industrial funcionasse e contribuísse com impostos para o desenvolvimento econômico. Indubitavelmente essas capacitações permitiram a projeção econômica do estado de São Paulo, pois a lógica de formação de pessoas para o trabalho, que segundo Cunha (2005, p. 63) ocorreu:

no momento em que os Liceus de Artes e Ofícios de São Paulo atingia grau de articulação com a Escola Politécnica dessa cidade, ambos intimamente ligados à classe dirigente paulista, preparando a industrialização que haveria de ter para esse estado movimento centrípeto; no momento, ainda, em que as escolas profissionais salesianas começavam a ser empurradas para o segundo plano nos liceus (que logo tirariam as artes e os ofícios de seus nomes), surgiram as escolas de aprendizes artífices, o acontecimento mais marcante do ensino profissional na Primeira República.

Então, a bandeira do ensino profissional de ofícios manufatureiros foi desfraldada pelos republicanos positivistas como um dos meios de mobilidade social do proletariado nas primeiras décadas do Brasil republicano. Os positivistas logo manifestaram sua posição sobre a Educação Profissional, com a preocupação da aprendizagem pela educação materna e constituição de conceitos morais. Eles defendiam que os alunos, antes de serem inclusos na aprendizagem profissional, fossem inseridos em uma formação primária.

A partir de todo esse surto de desenvolvimento incrementa-se a necessidade do profissional de Contabilidade apesar de, segundo Bugarim *et al.* (2016), os serviços contábeis no Brasil, surgiram no período do Brasil Colônia (1500-1808). Partindo dessas considerações, vemos a importância do conhecimento da história do ensino contábil brasileiro. Entre 1500 e 1530, havia uma intensa exploração marítima portuguesa devido à grande quantidade de matérias-primas brasileiras, a riqueza de ouro, pedras preciosas, madeiras, derivados de cana-de-açúcar.

Em 1549, Gaspar Lamego foi nomeado o primeiro Contador Geral das Terras do Brasil, ficando responsável por criar os armazéns alfandegários. (CFC, 2016). Ratificado por Antunes (2013, p. 01), ao afirmar:

Comprovadamente, o primeiro profissional contábil do Brasil de que se tem notícia surgiu muito antes, quando o Rei D. João III nomeou no ano de 1549, mais precisamente no dia 5 de janeiro, o português Gaspar Lamego como primeiro Contador da Casa Real, destacando que o termo 'Contador' era utilizado para identificar aqueles que atuavam na área pública.

Devido à participação de Portugal nas guerras napoleônicas, a corte portuguesa foi transferida para o Brasil. O príncipe D. João, já em solo brasileiro no ano de 1808, reinstalou o Erário Régio, com sede no Rio de Janeiro. A partir disso o Erário Régio ganhou mais autonomia, proporcionando a expansão do desenvolvimento socioeconômico e, com ele, adotou-se o método das Partidas Dobradas, já utilizado em Portugal. Instituída, no Rio de Janeiro, a aula de comércio instituída pelo Alvará 3, de 15 de julho de 1809 com o propósito de capacitar esses profissionais para as práticas contábeis e mercantis. Em 1850, foi sancionado pelo Imperador Dom Pedro II, o Código Comercial Brasileiro, objetivando padronizar os procedimentos contábeis. (CFC, 2016).

Àquela época, não se cogitava em diplomados e não diplomados, portanto presume-se que os contabilistas (guarda-livros) eram práticos que conheciam as rotinas

e comércio e, pelos registros da época, segundo Carneiro *et al.* (2017, p. 20):

“presume-se que a grande maioria dos contabilistas ou guarda-livros eram práticos e exerciam a profissão de forma empírica; até mesmo o próprio comerciante, o qual usava de rudimentos da Contabilidade para conduzir seus próprios negócios, mas, mesmo assim, já utilizando o método de partidas dobradas.”

Em 1856, foi fundado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro que se originou da reestruturação da Aula de Comércio da Corte. O Instituto Comercial do Rio de Janeiro, no ano de 1863, passou a ofertar a disciplina Escrituração Mercantil, com o objetivo de capacitar seus alunos para prática da escrituração contábil. (CFC, 2016).

Bugarim (2016) faz uma alusão de que entre 1889 e 1931, passou-se a exigir dos trabalhadores e funcionários dos serviços públicos e órgãos administrativos que fossem capacitados para atender a expansão econômica consequência da produção da agricultura cafeeira e urbanização do país. No bojo desse progresso econômico, foi fundada, em 1902, a Escola Prática de Comércio. Entre os patrocinadores, deixou evidências o Conde Álvares Penteado. Com mais de 200 alunos e 30 professores. A escola passou a se chamar Escola de Comércio de São Paulo, no ano de 1905. Sendo que por sua vez os diplomas expedidos passaram a ser oficialmente reconhecidos pelo MEC. (CFC, 2016).

No ano de 1907, nova alteração foi procedida, passando a denominar-se Escola de Comércio Álvares Penteado. Ainda em 1907, foi fundada, em Salvador (BA), a Fundação Visconde de Cairu. Foram instituídos pelo Decreto n.º 17.329 de 1926 os cursos profissionalizantes, ou de Ensino Técnico Comercial. O curso geral concedia o diploma de Contador e o superior o título de graduado em Ciências Econômicas.

As mudanças do País no governo de Getúlio Vargas eram intensas, foram regulamentadas diversas profissões, entre elas, a de Contabilista, no ano de 1930 e o Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931 que organizou o ensino comercial, regulamentou a profissão de contador. Em 1943, o Decreto-Lei n.º 6.141, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau. (CFC, 2016).

Essas profundas modificações, acentuaram-se principalmente com a criação da Lei Orgânica de 1910, a reorganização dos ensinos secundário e superior pelo Decreto n.º 11.530, de 18/3/1915 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases n.º 4.024/61, prevista na Constituição de 1946 e cujos debates duraram de 1948 até 1961. Seguiram-

se as reformas introduzidas pelas Leis nº 5.540/68 e 5.692/71, culminando com a atual Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (CARNEIRO *et al.*, 2017).

Conseqüentemente, o desenvolvimento da economia, vivenciado pelo Brasil, a partir dos anos 1940, foi um dos fatores relevantes para o avanço da Contabilidade, tanto do ensino Contábil quanto da profissão. De acordo com Carneiro *et al.* (2017, p. 23) “a partir da necessidade de elevação do nível desse ensino e da conseqüente valorização profissional, entendeu-se que o curso médio não mais atendia às exigências a uma formação aprimorada”. Assim, o MEC propôs à Presidência da República a sanção do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945.

Pelo Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, foi criado então o Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes. (BRASIL, 1945). Conforme o Decreto nº 7.988/45, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, seria dividido em quatro séries, possuiria o seguinte currículo:

Figura 4: Curso de Ciências Contábeis e Atuariais segundo o Decreto-Lei n. 7.988 de 1945

Primeira Série	Segunda Série
Análise matemática; Estatística geral e aplicada; Contabilidade geral; Ciência da Administração; Economia política.	Matemática financeira; Ciências das finanças; Estatística matemática e demográfica; Organização e contabilidade agrícola e industrial; Instituição de direito público.
Terceira Série	Quarta Série
Matemática atuarial; Organização e contabilidade bancária; Finanças das empresas; Técnica comercial; Instituições de direito civil e comercial.	Organização e contabilidade de seguros; Contabilidade pública; Revisões e perícia contábil; Instituições de direito social; Legislação tributária e fiscal; Prática de processo civil e comercial.

Fonte: SOARES *et al.* (2011). Artigo 3º do Decreto-Lei n. 7.988 de 1945.

Enquanto que o Decreto-Lei nº. 8.191, de 20 de dezembro de 1945, definiu as categorias profissionais que vigorariam após a criação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais e estabeleceu que as categorias de Guarda-Livros, Atuários, Contadores, Peritos-Contadores e Bacharéis seriam agrupadas em apenas duas, a saber: Técnico em Contabilidade e Bacharel para os de nível superior.

Diante da publicação do Decreto-Lei Estadual nº 15.601, de 26 de janeiro de 1946, ocorreu a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, sendo nela instituídos dois cursos: a) Bacharelado em Ciências Econômicas; b) Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais. (CARNEIRO *et al.*, 2017). Segundo Soares *et al.* (2011, p. 36), em 1951, a Lei n. 1.401: “dividiu o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais em Bacharelado em Ciências

Contábeis e Bacharelado em Ciências Atuariais. De fato, as duas ciências tratam de objetos de estudos distintos, o que justificou a separação dos cursos”.

Na década de 1960 ocorreram profundas modificações no Ensino Superior no Brasil, o que se repercutiu também no Curso de Ciências Contábeis. Essas mudanças ocorreram em função da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE), fixando os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores voltados à formação de profissões regulamentadas (CARNEIRO *et al.*, 2017).

Dessa forma, foi fixado o currículo mínimo por meio da Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial para os cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, e estabeleceu o prazo de duração de quatro anos para os cursos, com exceções para os cursos noturnos que poderiam ter duração superior a quatro anos, permitindo que alunos empregados se matriculassem por disciplina (MEC, 2007). O currículo mínimo para os cursos de Ciências Contábeis foi assim definido.

A Resolução CFE s.n, de 8 de fevereiro de 1963, definia o “currículo mínimo com a seguinte distribuição dos componentes curriculares propostos para os cursos de Ciências Contábeis, do ciclo básico e do ciclo de formação profissional”, demonstrado na figura cinco:

Figura 5: Curso de Ciências Contábeis segundo Resolução CFE s.n., de 8 de fevereiro de 1963.

Ciclo básico	Ciclo de Formação Profissional
Matemática; Estatística; Direito; Economia.	Contabilidade Geral; Contabilidade Comercial; Contabilidade de Custos; Auditoria e Análise de Balanço; Técnica Comercial; Administração; Direito Tributário.

Fonte: SOARES *et al.* (2011). Resolução CFE s.n., de 8 de fevereiro de 1963.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, revogou a Lei nº. 4024/61 e introduziu várias mudanças no ensino superior, tais como: a qualificação docente, produção intelectual, docentes com regime de tempo integral e perfil profissional ligado à formação da cultura regional e nacional, determina os seguintes objetivos para o ensino superior:

ampliar a participação popular na execução e na obtenção de benefícios através de pesquisas científicas e tecnologias geradas pelo estabelecimento de ensino superior; Promover o conhecimento da realidade mundial, nacional e regional, incluindo soluções e problemas, de modo a estabelecer com a sociedade uma relação de benefício mútuo; Estimular o anseio de

aperfeiçoamento cultural e profissional e disponibilizar meios para sua concretização; Valorizar e divulgar o conhecimento cultural, técnico e científico enquanto patrimônio cultural; Incentivar a pesquisa científica a cerca do homem e o meio em que vive; Diplomar cidadãos em profissionais capacitados para colaborar com o desenvolvimento da sociedade brasileira (BRASIL, 1996).

A mencionada lei reúne, como ferramenta para alcance dos objetivos, cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação e de extensão, oferecidos na ordem de candidatos com requisitos mínimos, concluintes do ensino médio, diplomados e candidatos especificados pela instituição, pública ou privada desde que autorizada e credenciada como instituição de ensino superior, revisitada periodicamente para recredenciamento realizado pelo MEC, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União. (BRASIL, 1996).

Com a Resolução n. 3, de 05 de outubro de 1992, o CFE promoveu contribuições para o ensino da Contabilidade no Brasil, ao introduzir várias novidades. Procurou, ainda, assegurar condições para o exercício profissional com competência e ética perante a sociedade. Ficou determinada integração entre conhecimentos básicos, teóricos e práticos direcionados à formação dos contadores em nível superior, além da “duração mínima do curso em 2.700 horas/aula, integralizadas em um máximo de sete anos e um mínimo de quatro anos no caso de curso que seja ministrado no turno diurno e o prazo mínimo de cinco anos no caso de curso ministrado no turno noturno”.

As disciplinas foram distribuídas em três categorias de conhecimento. A primeira abarcava os conhecimentos de formação geral, de natureza humanística e social, com disciplinas obrigatórias e eletivas. Da segunda, constavam disciplinas para conhecimento de formação profissional básica, específica e conhecimentos eletivos. Na terceira e última categoria, encontravam-se conhecimentos ou atividade de formação complementar obrigatórios de formação instrumental e atividades obrigatórias de natureza prática, a critério de cada instituição como, por exemplo, estágios supervisionados, jogos de empresas e trabalho de conclusão de curso (TCC), entre outros. (SOARES *et al.*, 2011; CABRAL; ANDRADE, 2019).

Esta Resolução n. 3 especificou também o currículo mínimo que deveriam compor a matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis, da forma como se segue na figura 6:

Figura 6: Curso de Ciências Contábeis segundo Resolução n. 3 de 1992.

Formação Geral	Formação Profissional	Formação Complementar
Obrigatórias	Básica	Instrumental
Língua Portuguesa; Noções de Direito; Noções de Ciências Sociais; Ética Geral e Profissional.	Administração Geral; Economia; Direito Aplicado; Matemática; Estatística.	Computação
Eletivas	Específicas	de Natureza Prática
Psicologia; Filosofia da Ciência; Cultura Brasileira; Outras.	Contabilidade Geral; Teoria da Contabilidade; Análise das Demonstrações Contábeis; Auditoria; Perícia; Administração financeiro e orçamento empresarial; Contabilidade Pública; Contabilidade e Análise de Custos.	Jogos de empresas; Laboratório contábil; Estudos de casos; Trabalho de fim de curso; Estágio supervisionado; Outras.
	Eletivas	
	Contabilidade Gerencial; Sistemas Contábeis; Contabilidade aplicada; Outras.	

Fonte: SOARES *et al.* (2011, p. 11). Resolução CFE n. 3, de 5 de outubro de 1992.

A Resolução CFE n. 3, de 1992, vigorou até o surgimento da norma seguinte. Em 1995, o CFE foi extinto, sendo sucedido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), dividido em Câmara de Ensino Básico e Câmara de Ensino Superior (CES). A regulação do ensino superior ficou a cargo da CES, a qual, em 2004, emitiu a Resolução CNE/CES n. 10, instituindo as diretrizes para os Cursos de Ciências Contábeis, que vigoram ainda em 2020.

Para Soares *et al.* (2011, p. 10) a Resolução n. 10 de 2004, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) “estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Ciências Contábeis, as quais devem ser seguidas pelas IES na elaboração do Projeto Pedagógico do curso”, de modo que o curso deva interligar os seguintes conteúdos:

Figura 7: Curso de Ciências Contábeis segundo Res. CNE/CES n. 10 de 2004.

Formação Básica	Formação Profissional	Formação Teórico-Prática
Administração; Economia; Direito; Métodos quantitativos; Matemática; Estatística.	Teorias da Contabilidade; Noções de atividades atuariais; Noções de quantificações financeiras e patrimoniais, governamentais e não-governamentais; Auditoria; Perícia e Arbitragem; Controladoria.	Estágio curricular supervisionado; Atividades complementares; Estudos independentes; Conteúdos Optativos; Prática em Laboratório de Informática.

Fonte: SOARES *et al.* (2011, p.12). Resolução CNE/CES n. 10 de 2004.

Neste contexto, para Ott *et al.* (2011) o projeto pedagógico do curso de graduação em Ciências Contábeis deve interrelacionar às Diretrizes Nacionais de Educação e as orientações do Conselho Federal de Contabilidade, ao perfil desejado de egresso em relação a competências e habilidades necessárias ao profissional no mercado de trabalho.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2015, p. 47) o “Projeto Pedagógico do Curso é o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)”. Cabe ressaltar, que o Projeto Pedagógico do Curso de uma IES é um documento que, depois de formulado, deve nortear todas as ações do curso que esteja sendo implementado na IES. (CARNEIRO *et al.*, 2017).

Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

Ainda sobre o Projeto Pedagógico de Curso, cabe destacar a criação pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) do Núcleo Docente Estruturante (NDE) através da Resolução nº 1 da CONAES, de 17 de junho de 2010, que tem como atribuições previstas no art. 1º: “os docentes participantes deverão ter atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuação no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso, o que demonstra a importância de um conjunto de docentes mais envolvidos com o PPC”. (CARNEIRO, *et al.* 2017, p. 33).

Neste contexto, Moreira (2013, p. 73) afirma que, o profissional contábil para atuar na administração pública ou privada, torna-se indispensável possuir competências e habilidades que visem eficiência ao atendimento das demandas do mercado e da sociedade.

para atuar na profissão contábil faz-se necessário ter uma visão holística promovendo a integração com as demais áreas do saber, aplicando de forma adequada a legislação em vigor no exercício da função contábil, de modo que estes saberes, entre outros, viabilizem a elaboração de pareceres e relatórios emitidos aos seus diversos usuários, permitindo que o contador, por meio das mais variadas análises, auxilie nas tomadas de decisões.

As IES também devem estar sempre atentas à necessidade de aderência entre o ensino ofertado e as exigências do mercado de trabalho, “isto porque o desenho de um curso orientado para o mercado pode se tornar um diferencial competitivo para os usuários dos serviços realizados pelos profissionais contábeis, para estes profissionais e para as próprias IES” (CARDOSO, 2017, p. 22).

### 3.2 O ENSINO DA CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO – CASP

Segundo Viana *et al.* (2012), em 2008, após serem divulgadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), estas almejavam convergir as práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade, resgatando no setor público a essência da teoria contábil do patrimônio.

O CFC publicou a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis em 2009, adotando como base as NBCASP, quando foram apresentadas sugestões de disciplinas que devem integrar as matrizes curriculares nacionais nas três modalidades, quais sejam, presencial, semipresencial e a distância.

Os componentes curriculares relacionados ao ensino da Contabilidade Pública fazem parte do conteúdo de formação profissional, estando em consonância com a Resolução MEC CNE/CES n.º 10/04, art. 5º, II. Na Proposta Nacional de Conteúdo para Graduação em Ciências Contábeis, do ano de 2009, os conteúdos programáticos relacionados à Contabilidade Pública podem ser ministrados por meio de duas disciplinas, a saber: Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Na disciplina de Gestão de Finanças Públicas, a ementa da Proposta Nacional inclui: Teoria das Finanças Públicas; Planejamento do Setor Público; Orçamento Público; Responsabilidade Fiscal. Tendo como conteúdo programático:

compreender os fundamentos e os princípios que norteiam a formulação e implementação do atual arcabouço institucional e das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil a partir do reconhecimento dos principais instrumentos adotados no ciclo de gestão dos recursos públicos: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Programação Financeira Anual. Entender as principais definições e classificações relacionadas com receita e despesa públicas. (CARNEIRO *et al.*, 2009, p. 91).

Na Proposta Nacional da ementa da disciplina o conteúdo programático inclui a estrutura conceitual da Contabilidade Pública, a saber: Princípios de Contabilidade aplicados ao setor público; campo de aplicação, objetivos e função social, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP), Interpretação da Legislação Básica Aplicada à Contabilidade do Setor Público. O patrimônio público, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil; Demonstrações

Contábeis do Setor Público (CARNEIRO *et al.*, 2009).

Em relação aos objetivos, a Proposta Nacional de Conteúdo, prescreve:

compreender o arcabouço conceitual da contabilidade aplicada ao setor público para geração de informações que orientem a tomada de decisão e a instrumentalização do controle social, a partir da escrituração, da mensuração científica dos ativos e passivos, permitindo a evidenciação que contribua para a transparência do setor público. Pretende-se também aplicar a prática contábil no setor público por meio de aprendizado teórico-prático. (CARNEIRO, *et al.*, 2009, p. 95).

Foram evidenciados nas demonstrações contábeis aplicadas na área pública aspectos relacionados à:

conceito, importância, finalidade, principais contas componentes: balanço orçamentário, balanço financeiro e balanço patrimonial. Demonstração das variações patrimoniais: conceito, importância, finalidade, variações ativas e passivas, mutações ativas e passivas, principais contas componentes das variações. (CARNEIRO, *et al.*, 2009, p. 74).

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) também faz parte do conteúdo programático disposto pelo CFC, mesmo sendo um sistema utilizado apenas pelos órgãos públicos na esfera federal.

Neste mesmo sentido, Ribeiro (2011), afirma que o CFC não apenas regulou a profissão contábil, mas também se preocupou com a educação do profissional da área contábil, sendo o Exame de Suficiência, instituído em 1999, um requisito para a obtenção do registro de profissional contábil, porém, no de 2004 o exame foi suspenso sendo alegado que seria instituído por Resolução e que não teria força de lei.

O autor menciona ainda que, em 2010, o Presidente da República sancionou a Lei nº 12.249, em que, entre outras providências, deu poderes para que o CFC regulamentasse o Exame de Suficiência, sendo que, além da formação em Bacharel em Ciências Contábeis em curso reconhecido pelo MEC, a aprovação no referido exame é necessária para a obtenção do CRC. (RIBEIRO, 2011).

Corroboram os autores Silva, Cajaíba e Farias (2012), ao referenciar que há uma preocupação para o exercício da profissão contábil, em se adequar mudanças técnicas, culturais e administrativas, pois estes estão vivenciando uma mudança de cultura, às novas exigências e normativas aos padrões internacionais e que há a necessidade de uma busca constante de adaptação e capacitação por parte dos profissionais envolvidos no trabalho operacional amplo na execução da CASP.

Bemfica *et al.* (2016) reiteram que ainda há muitas medidas a serem adotadas na

adaptação do ensino mediante o processo de convergência contábil. Também afirmam que os coordenadores de curso e os núcleos docentes estruturantes são os agentes essenciais na representação das instituições na proposta de melhorias no ensino da contabilidade, tanto comercial quanto pública.

Nesse sentido, cabe lembrar que esta pesquisa tem como objetivo central investigar o nível de compatibilidade entre os conteúdos do componente curricular CASP, constantes dos PPCs de graduação em Ciências Contábeis das IES principalmente do Sul de Minas Gerais onde os contadores concluíram suas graduações. Ao pesquisar os PPCs e os respectivos currículos das IES com intuito de inteirar-se sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular CASP, percebe-se que, mesmo diante da Proposta Nacional de Conteúdo, as IES têm autonomia relativa para modificações de suas ementas, desde que atendam às diretrizes curriculares nacionais emitidas pelo MEC.

No que tange a disciplina CASP além da defasagem que há em relação aos conhecimentos atuais da CASP, atualizados em outubro de 2016, pelo CFC ao adequar suas normas às IPSAS publicou no Diário Oficial da União (DOU) novas resoluções com vigência a partir de 01/01/2017, que revogou parte das NBC T e tornou obrigatório o uso de todas as regras contábeis propriamente ditas, com o foco na aplicação da Ciência Contábil e nos padrões internacionais. Algumas dessas normas editadas em 2018 passaram a valer a partir de 01/01/2019.

Percebe-se que essas mudanças significativas ainda não foram devidamente incorporadas pelos currículos das IES hodiernas, o que reflete diretamente no desenvolvimento profissional dos futuros contadores.

Com a intenção de inteirar-se sobre qual o grau de atualização curricular do componente CASP no curso de Ciências Contábeis oferecido pelas diversas IES, (principalmente do Sul de Minas Gerais), através de contato via e-mail junto aos contadores, obteve-se informações sobre qual IES os referidos profissionais concluíram suas graduações. A coleta dos dados foi iniciada em agosto de 2019 mediante consulta dos currículos propostos, levando em consideração o ano mais atual, nos seus respectivos portais eletrônico ou contato via e-mail das IES que não disponibilizaram as informações em sítio eletrônico. Com esse procedimento, obteve-se uma amostra de sete ementas da disciplina CASP, disponibilizadas eletronicamente pelas instituições, demonstradas a seguir:

**Quadro 1** – Componente Curricular Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis – 2018	
Denominação componente curricular	Contabilidade Governamental
Perfil Institucional da IES	Faculdade
Categoria administrativa	Filantrópico e sem fins lucrativos
Período	6º período
Carga horária	60 horas
Ementa	Conceito de Contabilidade Governamental. Administração pública. Orçamento público. Princípios orçamentários. Licitações e contratos administrativos. Sistemas de contas. Demonstrações contábeis. Responsabilidade fiscal.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Ao analisar a ementa foi possível observar que a IES Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) na estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis da Instituição revela textualmente que se orientou pela Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, quanto aos conteúdos curriculares promotores da formação básica, profissional e teórico-prática no âmbito da formação de contador, bem como, o curso está em consonância com a Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária e duração dos cursos de graduação, bacharelado.

A sua matriz curricular contempla componentes curriculares: disciplinas, atividades complementares, estágios supervisionados, projetos específicos, interdisciplinares e atividades de prática profissional e laboratorial, desenvolvidos a partir da ação direta e indireta de docentes, tendo em vista a formação pessoal, profissional e cidadã dos discentes.

Em relação ao componente curricular CASP, na matriz curricular do curso está denominada Contabilidade Governamental, que tem por objetivo desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o desenvolvimento das atividades do contador nos órgãos governamentais, familiarizando-o com orçamento público, processos licitatórios e demonstrações contábeis no âmbito do setor público. (CNEC, 2018). A disciplina Contabilidade Governamental possui uma carga horária de 60 horas e está no eixo de Conteúdos de Formação Profissional. Nas análises entendemos que a Instituição procurou se adequar aos conteúdos da disciplina a NBCASP e também algumas das recomendações do CFC.

No que se refere às bibliografias básicas utilizadas na disciplina de Contabilidade Governamental, não foi possível constatar se estas atendem aos conteúdos da disciplina, ou se estavam em sua maioria dominadas exclusivamente pela Lei nº 4.320/64, uma vez que a matriz curricular do curso não descreve as bibliografias.

Através do site da Instituição não foi possível consultar o acervo bibliográfico, o objetivo consistia em certificar se as obras relacionadas à disciplina atenderiam seus conteúdos.

**Quadro 2** - Ementa Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - 2017	
Denominação componente curricular	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I
Perfil Institucional da IES	Centro Universitário
Categoria administrativa	Privada sem fins lucrativos
Período	3º período
Carga horária	20 horas
Ementa	Demonstrar a aplicação da contabilidade geral no segmento público, mantendo sua base comum como ciência e específica como técnica aplicada ao setor público onde, além dos aspectos comuns da contabilidade, acrescenta nos critérios e na estrutura, a peculiaridade de registrar e controlar os orçamentos em todas as suas fases e os atos potenciais que possam afetar o patrimônio no futuro.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

**Quadro 3** - Ementa Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - 2017	
Denominação componente curricular	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II
Perfil Institucional da IES	Centro Universitário
Categoria administrativa	Privada sem fins lucrativos
Período	4º período
Carga horária	20 horas
Ementa	Serviço público, administração pública, contabilidade pública, regimes contábeis, orçamento público, receita pública, despesa pública, restos a pagar, dívida pública, regime de adiantamento, patrimônio público, créditos adicionais, fundos especiais, assuntos específicos, levantamento de balanços.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Ao analisar a matriz curricular do Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé (UNIFEG), foi verificado que a IES oferece cursos de graduação, pós-graduação, extensão e outros, em atendimento ao sistema regulatório da educação superior brasileira. A Instituição tem a missão de:

Promover a Educação, pelo ensino e aprendizagem, de forma eficiente, com ensino de qualidade para que seus educandos possam desenvolver seus projetos de vida de forma competente e ética, como cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres sociais. Tendo como visão ser uma Instituição de Ensino comprometida permanentemente com a emancipação humana de sua comunidade, atuando de forma crítica junto a educação e em relação ao desenvolvimento da filosofia, da ciência e dos saberes. (UNIFEG, 2018, s.p. ).

No portal de navegação do curso de Ciências Contábeis da UNIFEG, é apresentado que:

O curso de Ciências Contábeis traduz, em seu Projeto Pedagógico, as propostas de um novo currículo, atendendo às recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como determinações da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu o currículo mínimo para o curso e as Diretrizes Curriculares, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. (UNIFEG, 2018, s.p.).

No que tange à disciplina CASP, a matriz curricular do curso a IES revela textualmente que está atendendo às recomendações propostas pelo CFC referente “Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil”, o qual estabelecia diretrizes relacionadas à promoção e ao desenvolvimento conceitual, à convergência às normas internacionais e ao fortalecimento institucional da Contabilidade, estando seu conteúdo direcionado para a formação profissional. (UNIFEG, 2018). Revela ainda, que na matriz curricular do curso a disciplina está no conteúdo de formação profissional com base no disposto na Resolução CNE/CES n.º 10/2004 e em consonância com a proposta da matriz curricular para os cursos de ciências contábeis e com a NBCASP. (UNIFEG, 2018).

A disciplina CASP na matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis tem por objetivo apresentar a aplicação à contabilidade no setor público destacando o ambiente em que ela é aplicada; conceitos gerais de contabilidade e orçamento, princípios e regras da contabilidade como foco patrimonial, as complementações necessárias para atender aos controles do orçamento e demonstrar as principais informações obrigatórias e gerenciais por elas produzidas.

Tem por objetivo fornecer aos discentes a situação do pensamento atual da Contabilidade Pública, quanto ao seu enunciado e embasamento, para que estes tenham uma visão superior da Contabilidade, compreendendo a razão de ser dos fenômenos patrimoniais e obtendo bases sólidas para serem orientadores da administração do patrimônio público.

Sabe-se que a Contabilidade Pública, por si só, tem um nível de complexidade significativo, e que talvez mereça maior espaço na carga horária do curso de Ciências Contábeis da UNIFEG, passando a ser ministradas a partir do 5º semestre e assim possibilitar melhorias na formação dos profissionais para atuar na área.

A disciplina CASP na matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIFEG está dividida nos módulos I e II, nos períodos 3º e 4º, tendo uma carga horária de 20 horas em cada período, perfazendo um total de 40 horas, conforme apresentado nos quadros dois e três. Estaria o aluno amadurecido para ter uma disciplina tão

complexa no segundo ano do curso?

Em comparação com as cargas horárias de outras matrizes entende-se ser insuficiente para contemplar a ementa proposta ou o conteúdo proposto. Por outro lado, apenas e tão somente por meio da Matriz Curricular constatou-se que a Instituição teve o cuidado de adequar a ementa às NBCASP. Infelizmente, não foi possível verificar se os conteúdos curriculares foram adequados às NBCASP, uma vez que não foi obtido acesso ao PPC de Ciências Contábeis, pois este não se encontra disponível no site da Instituição. Houve uma insistência na pesquisa pela ouvidoria da Instituição em 21 de maio de 2020, no mesmo dia a mensagem da ouvidoria da IES (via e-mail) em resposta à solicitação informou que não poderia atender devido à pandemia do COVID-19 e que toda Instituição encontrava-se em isolamento social. Uma resposta contraditória, uma vez que é norma do MEC a disponibilização do projeto pedagógico no site da IES.

Por meio da Matriz Curricular, não foi possível constatar se o acervo de livros da bibliografia básica do curso de Ciências Contábeis da UNIFEG atende às necessidades dos conteúdos apresentados nas disciplinas, ou se estavam em sua maioria dominadas exclusivamente pela Lei nº 4.320/64, uma vez que a matriz curricular do curso não apresenta as bibliografias.

**Quadro 4 - Ementa Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado**

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - 2018	
Denominação componente curricular	Contabilidade Pública
Perfil Institucional da IES	Faculdade
Categoria administrativa	Privada sem fins lucrativos
Período	5º período
Carga horária	72 horas
Ementa	Introduzir os alunos no campo de atuação da Contabilidade Pública possibilitando o conhecimento e a conceituação dos Demonstrativos Públicos obrigatórios, arrecadação e gastos públicos, orçamento público, previsão, execução e contabilização.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

O PPC do Centro Superior de Ensino e Pesquisa (CESEP) de Machado relata no histórico da instituição que:

tem uma grande tradição no ensino superior, tendo início no ano de 1968 quando foram aprovados os primeiros cursos da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Prof. José Augusto Vieira" (FAFIMA), autorizada pelo Parecer CEE/MG 12/1968. Em 2004 a Instituição pioneira passou por uma unificação das Faculdades FAFIMA, Faculdade de Administração e Finanças de Machado (FAAFI) e Escola Superior de Agricultura e Ciências de Machado (ESACMA), resultando deste processo o Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado (CESEP). (CESEP, 2018, p.5).

A CESEP relata ainda que “tem como missão formar cidadãos com competência técnica e compromisso social, e transmitir valores éticos de disciplina, respeito, liberdade e seriedade”. (CESEP, 2018, p. 5).

Em relação à disciplina CASP na matriz curricular do CESEP revela que o componente curricular é denominado Contabilidade Pública, estando no eixo temático Conteúdo de Formação Profissional tendo como base a proposta da matriz curricular para os cursos de Ciências Contábeis. A disciplina Contabilidade Pública é ofertada de forma presencial no 5º período do curso Ciências Contábeis do CESEP, com uma carga horária semestral de 72 horas. No entanto, não foi possível verificar a adequação dos conteúdos da Disciplina Contabilidade Pública com as NBCASP, uma vez que o PPC do Curso aprovado em 2018 não descreve os conteúdos da disciplina. Desta forma, cabe indagar se realmente formará um profissional apto a atuar nesta área contábil.

O acervo de livros da bibliografia básica do curso de Ciências Contábeis do CESEP de Machado atende às necessidades dos conteúdos apresentados nas disciplinas, os quais poderão ser comprovados na época da avaliação *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP. Além disso, a indicação da bibliografia básica tem por base os autores da área de Ciências Contábeis e das Ciências Social Aplicada e Exatas, bem como os que tratam das novas tecnologias para o melhor desenvolvimento da área de Ciências Contábeis.

**Quadro 5 - Ementa Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto Polo EAD Pouso Alegre**

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis não encontrado em meios eletrônicos	
Denominação componente curricular	Contabilidade e Orçamento Público
Perfil Institucional da IES	Centro Universitário
Categoria administrativa	Privada com fins lucrativos
Período	7º período
Carga horária	73 horas
Ementa	Não disponível no site contrariando o disposto no decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Conforme apresentado no quadro cinco, não foi possível obter informações do PPC de Ciências Contábeis do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, polo EAD Pouso Alegre, uma vez que a Instituição não disponibiliza em sua página nenhum tipo de informação relacionada ao PPC do curso de Ciências Contábeis. Através da ouvidoria no site da Instituição, no dia 10 de maio de 2020, foi solicitado por meio do formulário eletrônico disponível no site, o PPC e a matriz curricular. A resposta foi encaminhada por e-mail no dia 18 de maio de 2020, alegando que a Instituição não

realiza o envio por meio deste canal. Porém, não se obteve nenhuma informação sobre o PPC do Curso.

**Quadro 6 - Ementa Universidade do Vale do Sapucaí**

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - 2019	
Denominação componente curricular	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I
Perfil Institucional da IES	Fundação
Categoria administrativa	Privada sem fins lucrativos
Período	6º período
Carga horária	64 horas
Ementa	Noções sobre as funções do Estado e da organização administrativa pública. Introdução ao orçamento público. Definições e normas dos orçamentos públicos. Classificação das receitas e despesas orçamentárias. Elaboração dos orçamentos. Orçamento público e controle da administração pelo TCU. A contabilidade de acordo com as normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

**Quadro 7 - Ementa Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS**

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - 2019	
Denominação componente curricular	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II
Perfil Institucional da IES	Fundação
Categoria administrativa	Privada sem fins lucrativos
Período	7º período
Carga horária	64 horas
Ementa	Revisão. Execução orçamentária. Licitação pública. Dívida ativa. Lançamentos. Empenhos. Receitas adicionais. Contabilidade pública e seu campo de aplicação. Patrimônio público. Sistema de contas. Livros. Contabilização. Balanços: orçamentário, financeiro e patrimonial. Controle da administração pública.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Ao analisar a ementa da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) foi verificado no histórico do curso, que a IES,

constitui-se um Centro Educacional Polo na área de desenvolvimento educacional, cultural profissional e tem atuado como integradora com a sociedade local e regional. A instituição encontra-se em total comunhão com a comunidade e permite, sobretudo, o cumprimento de sua missão, a responsabilidade sociocultural e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa como um todo. (UNIVÁS, 2019, p. 6).

De acordo com o PPC, o Curso de Ciências Contábeis da UNIVÁS, foi iniciado em 2001, tem como objetivo específico “a formação de um contador que atenda às necessidades das empresas locais e regionais e ao mesmo tempo com uma formação ampla que permita a sua inserção profissional nas demais localidades do Brasil”. (UNIVÁS, 2019, p. 7). O Curso de Ciências Contábeis teve seu reconhecimento

renovado pela Portaria nº 272, de 03 de abril de 2017 da Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) e do MEC.

Desde a sua implementação, o projeto pedagógico e a organização curricular passaram por reformulações para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), às mudanças específicas da área da contabilidade, à Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis, aos princípios de qualidade e às necessidades de atualização a novas realidades impostas por novas legislações da área contábil e pelo mercado de trabalho. (UNIVÁS, 2019).

A IES revela que o atual PPC está em consonância com a Resolução CNE/CES nº 10/04, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as DCN para o curso de graduação em Ciências Contábeis e com a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em relação aos componentes curriculares do curso, a partir do segundo semestre de 2014, parte destes componentes curriculares passaram a ser ofertados, sequencialmente nos períodos subsequentes, em regime semipresencial. Em relação ao componente curricular da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, este está dividido nos módulos I e II, nos períodos 6º e 7º, ofertados em regime presencial, tendo uma carga horária de 64 horas em cada período, perfazendo um total de 128 horas, conforme apresentado nos quadros seis e sete. Durante o processo das análises do PPC do curso de Ciências Contábeis da UNIVÁS aprovado em 2019, observou-se que, nas ementas das disciplinas Contabilidade Aplicada ao Setor Público I e II, ocorreu o atendimento dos conteúdos da NBCASP.

No que tange ao acervo de livros das bibliografias básicas do curso de Ciências Contábeis da UNIVÁS, o PPC não traz as bibliografias básicas nas ementas. Porém, para que fosse possível verificar o acervo de livros da disciplina CASP, através de consulta ao catálogo on-line da biblioteca do portal da Univás, constatou-se que o acervo traz obras específicas que atendem às necessidades dos conteúdos apresentados nas disciplinas, o qual poderá ser comprovado na época da avaliação *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP. Além disso, as bibliografias têm por base os autores da área de Ciências Contábeis e das Ciências Social Aplicada e Exatas, bem como os que tratam das novas tecnologias para o melhor desenvolvimento da área de Ciências Contábeis.

**Quadro 8** - Ementa Universidade Federal de Viçosa

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - 2018	
Denominação componente curricular	Contabilidade Pública
Perfil Institucional da IES	Universidade
Categoria administrativa	Pública Federal
Período	7º período
Carga horária	60 horas
Ementa	Classificação e Aplicação. Noções Gerais de Contabilidade Pública. Patrimônio. Receita Pública. Despesa Pública. Estágios da Receita. Orçamento. Estágio da Despesa. Fundamentos legais e processo de planejamento. Execução orçamentária. Sistemas contábeis. Balanços públicos. Escrituração

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

**Quadro 9** - Ementa Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - 2018	
Denominação componente curricular	Contabilidade Pública
Perfil Institucional da IES	Universidade
Categoria administrativa	Pública Federal
Período	7º período
Carga horária	60 horas
Ementa	Classificação e Aplicação. Noções Gerais de Contabilidade Pública. Patrimônio. Receita Pública. Despesa Pública. Estágios da Receita. Orçamento. Estágio da Despesa. Fundamentos legais e processo de planejamento. Execução orçamentária. Sistemas contábeis. Balanços públicos. Escrituração

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Ao analisar o PPC da IES UFV e do Campus Paranaíba foi verificado que o objetivo geral é o

compromisso de oferecer uma educação qualificada, ética e crítica capaz de contribuir para as transformações e avanços da sociedade brasileira. Alicerçados por esse compromisso, a UFV é uma instituição que busca permanentemente estimular os progressos econômico e social por meio da formação de cidadãos e da educação para a construção de uma sociedade justa, na qual os valores humanos, éticos e a qualidade de vida sejam direitos de todos. Neste contexto, o curso de Ciências Contábeis da UFV tem como objetivo promover uma sólida formação científica, cultural, técnica, empreendedora e humanística aos bacharéis em Ciências Contábeis, de modo a permitir, por meio do ético exercício profissional, competências para a interpretação de fenômenos ambientais, econômicos, financeiros e sociais, em cenários nacionais e internacionais, com instrumentos e técnicas de natureza contábil que desenvolvam habilidades para a avaliação e solução de problemas contábeis nas organizações. (UFV, 2018, p. 15).

Dentre os conteúdos de formação profissional está a área governamental. O componente curricular é denominado de Contabilidade Pública e ofertado no 7º período e, as disciplinas optativas de Administração Pública, Administração Municipal e Finanças Públicas. A disciplina Contabilidade Pública é ofertada de forma presencial com uma carga horária de 60 horas.

Ao analisar o PPC do curso constatamos que a UFV revela que adequou os conteúdos da Disciplina Contabilidade Pública com às NBCASP, formando um aluno apto a exercer suas responsabilidades com expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de qualificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais.

No que se refere ao acervo de livros das bibliografias básicas do curso de Ciências Contábeis da UFV, no PPC não foram descritas as bibliografias básicas nas ementas. No entanto, o acervo bibliográfico da área da Contabilidade Pública, tanto da sede da universidade como do Campus do Rio Paranaíba, fazendo uma pesquisa no catálogo on-line da biblioteca, no portal da UFV, foi possível perceber que as bibliografias atendem às necessidades dos conteúdos das disciplinas, o qual poderá ser comprovado na época da avaliação *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP. Além disso, o acervo da contabilidade pública tem por base os autores renomados da área de Ciências Contábeis e das Ciências Social Aplicada e Exatas, bem como os que tratam das novas tecnologias para o melhor desenvolvimento da área de Ciências Contábeis. (UFV, 2018).

Buscou-se no processo investigativo das ementas dos PPCs o ano mais atual disponibilizado em canais eletrônicos e manteve sua base na fundamentação teórica que prosseguiu como um meio na busca da questão: investigar a percepção de contadores do IFSULDEMINAS sobre educação contábil e suas aplicações na gestão pública.

Portanto, em relação aos meios de obtenção dos dados acima descritos, a pesquisa tem natureza documental, uma vez que se realizou com base em dados dos conteúdos programáticos, ementas das disciplinas de Contabilidade Pública e dos PPCs de Graduação em Ciências Contábeis, com o propósito de observar se os conteúdos da CASP contemplam as alterações previstas em legislações e Normas Internacionais.

Sabe-se que as Instituições de Ensino Superior são organizações educativas que devem preparar os profissionais para o mercado de trabalho. Contudo, devem estar sempre atentas às transformações oriundas do ambiente em que estão inseridas, acompanhando as evoluções do mercado de trabalho, desenvolvendo Projetos Pedagógicos de Cursos adequados com o perfil profissiográfico que se deseja do egresso, mantendo seus currículos atualizados e melhorando a capacitação do corpo docente.

Neste contexto, encontra-se o Curso de Ciências Contábeis, e como componente curricular específico e obrigatório, insere-se o ensino Contabilidade Aplicada ao Setor

Público em conformidade com as NBCASP.

Andrade, Cária e Andrade (2016, p. 70) relatam que “as instituições de ensino que dedicam à formação de profissionais, devem adaptar seus currículos às novas peculiaridades do momento e da legislação atual”, a fim de preparar profissionais que possam exercer com competência e compromisso a sua função no mercado de trabalho.

De acordo com os autores supracitados,

A adoção do padrão contábil internacional, o International Financial Standard Reporting (IFRS), trouxe em seu bojo o desafio da educação continuada para as empresas e para a Academia. Trata-se do desafio de preparar todo o time de gestão das empresas e os docentes das IES, a fim de adaptar as práticas de contabilidade ao novo modelo, que passou a vigorar a partir de 2010. (ANDRADE; CÁRIA; ANDRADE, 2016, p. 70).

No que diz respeito ao currículo, Sacristán (2000, p. 14) descreve que de forma clássica, o currículo pode ser entendido como “[...] um conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo-nível educativo ou modalidade de ensino”. Para Silva e Quillici Neto (2018, p. 4) mais do que conceitos ou definições, “o currículo possui várias acepções, especialmente quando se consideram os contextos diversos em que emergem, sejam eles políticos, científicos, filosóficos ou culturais”. Ainda na concepção dos autores,

o currículo pode ser utilizado como a concretização do plano reprodutor da escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes, tarefas e habilidades a serem dominadas – como é o caso da formação profissional. (SILVA; QUILLECI NETO, 2018, p. 5).

No entanto, considerando as diferentes percepções em relação ao currículo, Sacristán (2000) classifica o desenvolvimento do currículo em seis níveis, descrito como se segue: Currículo prescrito: que se trata do documento oficial nas diversas esferas administrativas de um país, como por exemplo, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Estaduais ou Municipais. Currículo apresentado; Currículo moldado; Currículo em ação; Currículo realizado e Currículo avaliado.

Neste contexto, os cursos de Ciências Contábeis, em geral, têm por objetivo formação de um profissional contábil que atenda às necessidades das empresas locais e regionais e ao mesmo tempo com uma formação irrestrita que permita a sua inserção profissional nas demais localidades do Brasil.

Desde a sua implementação, o PPC e a organização curricular passam por reformulações para atender também, às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), às

mudanças específicas da área da Contabilidade, à Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis, aos princípios de qualidade e às necessidades de atualização a novas realidades impostas por novas legislações da área contábil e pelo mercado de trabalho.

Percebe-se que os currículos e programas são bem definidos para a prática contábil, associados ao embasamento teórico, à bibliografia atualizada, a professores qualificados, a atividades extracurriculares, entre outras estratégias necessárias para o bom desempenho das atividades do ensino contábil. Nesse sentido, Boarin (2003) afirma que as tendências da formação em Ciências Contábeis, no Brasil devem estar centradas na preparação de um profissional com competência fundamentada em um conteúdo curricular que contenha conhecimentos gerais de contabilidade e de áreas afins; e que, acima de tudo, estimule atitudes práticas direcionadas à consciência ética, complementadas com habilidades de comunicação, administração de conflitos e relacionamento humano.

Desta forma, entendemos que o currículo se constrói em espaço e contextos diferentes, o que significa dizer que cada IES possui uma realidade singular e se impõe desafios e formas de superações, cabendo ao docente a compreensão do trabalho pedagógico inerente ao professor.

Nessa direção, não obstante as orientações do MEC em relação à formação dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), no curso superior, os docentes ainda encontram algumas dificuldades no planejamento eficaz do currículo. Entende-se que a maior dificuldade é a própria compreensão do significado do que vem a ser currículo. Para estudiosos como Apple (2006) o currículo não é considerado apenas o documento de base, o Projeto Político Pedagógico (PPP), no curso básico ou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), no curso superior, o qual baliza o conteúdo programático da Educação durante o decorrer do curso. Ele é concebido como um processo completo, que passa pela sala de aula e vai além, pela relação entre todos os sujeitos comprometidos com o processo: professor, aluno, gestor e família, a fim de obter a aprendizagem como resultado. Há alternativas para diferentes necessidades, desde aqueles que são superdirecionados até outros que pautam apenas as diretrizes curriculares e preveem espaço para a discussão no dia a dia dos professores.

No caso brasileiro, existem as diretrizes curriculares norteadoras, expedidas e fiscalizadas pelo órgão regulador, como dissemos anteriormente, há o PPP ou PPC, mas que dá a cada escola/universidade a oportunidade de decidir como quer e pode se

estruturar. Cada equipe tem de desenvolver o seu projeto. É necessário encontrar respostas para: como, aqui, na escola/universidade, ou nós, aqui, nessa rede, vamos nos planejar para o próximo ano letivo? Toda a comunidade escolar, diretamente ou por meio de seus representantes, deve se envolver no processo de ensino e aprendizagem deve tomar parte: os gestores, os professores e os alunos. Aí, sim, é possível elaborar uma linha orientadora para o currículo.

Por fim, o planejamento curricular materializa as diversas dimensões das diretrizes curriculares, pois como defende Apple (2006), as discussões, o estudo e o encontro de perspectivas adaptáveis à variedade de circunstâncias e realidades contribuem para a discussão educacional; o diálogo dos atores da comunidade escolar é necessário, uma vez que envolve questões sociais, econômicas, culturais e ideológicas que dão forma à sociedade e permeia, de modo tenso e sem neutralidade, toda a ambiência escolar.

## SEÇÃO IV

### A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Neste capítulo será abordada a Educação ao Longo da Vida, a evolução do processo de Convergência das Normas e Práticas Contábeis brasileiras às Normas Internacionais, bem como os principais órgãos envolvidos. Cabe destacar que o profissional da Contabilidade, ao longo de sua carreira por repetidas vezes necessita desaprender e aprender em razão de legislação, procedimentos, princípios das mais diversas origens e também por exigência de suas lideranças nos órgãos da classe, os quais reúnem diversos atores de diferentes entidades que regulamentam a profissão, engajados nos processos de educação ao longo da vida e tendo como alvo a capacitação do profissional. Segundo Lima (2016, p. 16) ultimamente,

tem sido predominante uma concepção de educação ao longo da vida (na escola e fora dela) amplamente subordinada ao ajustamento à economia no novo capitalismo, à produtividade e ao crescimento econômico, à empregabilidade e à competitividade. Não apenas as ressonâncias democráticas e autonômicas e de uma educação permanente e comprometida com as transformações da economia e da sociedade foram sendo enfraquecidas como, também, o próprio conceito de educação ao longo da vida, sujeito a um forte desgaste nas suas dimensões libertárias e críticas, passando mesmo a ser objeto de profundas modificações.

Neste século, o discurso de aprendizagem ao longo da vida foi assumido pelos políticos, no contexto de grandes organizações internacionais, da União Europeia e dos governos dos respectivos Estados membros como categoria dominante em defesa da reforma neoliberal do Estado, substituindo a ideologia do bem-estar social, dando lugar à responsabilização de cada indivíduo pela construção do seu portfólio competitivo de competências, segundo o autor.

Para Gadoti (2016, p. 2) a “Educação ao Longo da Vida” é a expressão recente de uma preocupação antiga. O que é novo é tudo o que vem por trás desse princípio antropológico e como ele é instrumentalizado. O autor complementa ainda que “desde Aristóteles, a Educação tem sido entendida como permanente, integral, e que se dá ao longo de toda a vida. Este é um princípio básico da pedagogia e existe praticamente em todas as culturas”.

#### 4.1 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Desde 2008, a Contabilidade Brasileira vem sofrendo inúmeras alterações. Neste mesmo ano as normatizações para as Contabilidades Pública e Privada iniciaram um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. Destaca-se, que no Brasil, o processo de convergência das normas contábeis internacionais ocorreu em duas etapas, entre os anos de 2008 e 2010.

Neste sentido, Carlin e Hoog (2011) relatam que a primeira etapa foi fortalecida com a aprovação da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, conhecida como lei das sociedades anônimas, que passou a vigorar em 1º de Janeiro de 2008. E, por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foram emitidos os pronunciamentos técnicos e interpretações necessárias do CPC 01 ao CPC 14, exceto CPC 11, no qual a lei determina a adoção inicial para a convergência parcial sob a edição do CPC 13 – adoção inicial, ocorrendo a transição para as novas normas. A criação do CPC representou a confirmação da imprescindibilidade à adoção das normas internacionais. Os pronunciamentos emitidos conciliam as normas locais com as principais normas internacionais, tornando o processo de harmonização contábil mais performático com foco em mensuração, reconhecimento, avaliação e divulgação. (BEMFICA *et al.*, 2016).

Cabe ressaltar que, no Brasil, a Contabilidade sempre foi dividida em duas subáreas: entre Pública e Privada, com leis, formação educacional e regras específicas para cada setor. Segundo Espejo *et al.*, (2010), a Lei nº 11.638/2007, que determinou legalmente a adoção dos padrões internacionais de Contabilidade ao arcabouço normativo brasileiro, trouxe substanciais alterações à ciência da Contabilidade demandando desta forma adaptação no ensino, especificamente da graduação de Ciências Contábeis que representa a formação basilar do profissional de contabilidade, inclusive serviu como estímulo aos órgãos governamentais para adequação das normas aplicadas à Contabilidade Pública em consonância com os órgãos internacionais.

Deste modo, conseqüentemente, tornou-se necessárias reorientações dos currículos das IES que ofertam o curso de graduação em Ciências Contábeis, uma vez que um ensino de qualidade é o principal suporte à consolidação do processo de convergência às normas internacionais, sem o que esse graduando não conseguirá adentrar ao mercado de trabalho.

Neste sentido, Cabral e Andrade (2007) relatam que a formação e o

desenvolvimento do conteúdo programático oferecido aos estudantes são fundamentais ao desempenho do futuro profissional, que se inicia no período universitário. Desta forma, a relevância da transposição didática deste conhecimento, de maneira correta, é por certo, de grande importância, estando em patamar de obrigação por parte das instituições de ensino em atualizar-se, sempre com o objetivo de oferecer a seus alunos um conteúdo de acordo com as exigências do mercado profissional.

Bemfica *et al.* (2016, p. 48) explicitam que a adoção dos padrões internacionais “equalizou diversos problemas já enfrentados pelas Instituições de Ensino Superior com cursos de Graduação em Ciências Contábeis, os quais afetam diretamente a qualidade da formação do profissional”. Nessa linha de pensamento, Fernandes *et al.* (2010) citam que as mudanças ocorridas da adoção dos padrões internacionais de Contabilidade exigem alto nível de conhecimento e busca por atualização por parte dos docentes.

Nakagawa (2007) considera que a convergência contábil traz para o Brasil uma ocasião única para sua renovação na educação contábil, dado que recupera uma das bases da contabilidade, que é a prevalência da essência sobre a forma.

No entanto, é fato que a Contabilidade Pública passou por reformas, com o objetivo de facilitar o diálogo entre países, propiciando desenvolvimento. Para Carvalho e Salotti (2010) o intuito essencial do processo de convergência é a mitigação do efeito negativo da diversidade contábil: acesso a mercados de capitais estrangeiros, falta de comparabilidade entre demonstrações contábeis de organizações sediadas em países distintos e dificuldade na consolidação das demonstrações contábeis.

A Secretaria do Tesouro Nacional (SNT) delimita fatores que determinam o motivo da padronização:

Discussões mais profundas sobre os conceitos utilizados; maior confiabilidade de investidores internos e externos; redução de custos de ajustes de divergências de critérios contábeis; facilidade de intercâmbio técnico-profissional; facilitar o processo de harmonização com as normas fiscais, dentre outras vantagens (BRASIL, 2012, p. 2).

Nesse mesmo sentido, abordaremos resumidamente o período de transformações que, após a publicação da NBC T 16, estabeleceram mudanças significativas nas práticas contábeis de todas as entidades públicas do país.

O ano de 2008 apresenta-se como marco na Contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, a partir da adoção dos padrões internacionais, por meio de regulamentação do CFC, que publicou as NBC T 16 (BRASIL, 2008). Essas normas

representaram o ponto de partida em direção à convergência da Contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais, que foi seguida pela tradução das IPSAS. (BRASIL, 2012).

As IPSAS têm por objetivo estabelecer normas gerais de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos requisitos em matéria de transações e eventos nas demonstrações financeiras de finalidades gerais. (IPSAS, 2016).

Em conformidade com a NBC T 16, publicada em 2008, “a CASP é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público” (CFC, 2012, p. 8). A NBC T 16.1 depreende-se como setor público:

órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que, possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiros, bens e valores públicos, na execução de suas atividades, equiparando-se, para efeito contábil, as pessoas físicas que recebem subvenção, benefício, ou incentivo, fiscal ou creditícias, de órgão público (CFC, 2012, p. 7).

Da mesma forma, o objetivo da CASP é:

fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (CFC, 2012, p. 8).

De acordo com Leite *et al.* (2015), a CASP se desenvolveu a partir do século XX e descreve quanto aos seus aspectos históricos,

no Brasil, o interesse popular pela gestão dos recursos públicos teve origem na época da prosperidade colonial, quando lideranças de diversos segmentos sociais, como militares, clero e intelectuais. Mas, somente a partir do Século XX com a evolução das finanças públicas, a CASP se desenvolveu plenamente por estar inserida neste contexto (LEITE *et al.*, 2015, p. 3).

Portanto, pode-se destacar como campo de aplicação da Contabilidade Pública, que:

[...] é aplicada às pessoas jurídicas de Direito Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), suas respectivas autarquias e fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público e, excepcionalmente, às empresas públicas e sociedades de economia mista, quanto estas últimas fizerem emprego de recursos públicos constantes dos orçamentos anuais. No Brasil, a CASP também é aplicada às entidades privadas que são financiadas por

contribuições parafiscais, a exemplo das organizações do Sistema S (Sesi, Senai, Senas, Senar e similares). (BOSIO et al., 2015, p. 3).

Além disso, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (BRASIL, 2018) o processo de evolução atual da contabilidade evoca justamente a Lei nº 4.320/64,

Dispõe em seu art. 85 que os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos cursos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros (BRASIL, 1964).

É oportuno ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal teve um avanço significativo para o processo de convergência da CASP, com o intuito de “propiciar o equilíbrio das finanças públicas e instituir instrumentos de transparência da gestão fiscal” (BRASIL, 2000).

O cenário atual mostra uma transição e convergência da CASP em razão das IPSAS que buscam harmonizar a Contabilidade adotada em instituições públicas de acordo com as normas internacionais. Nessa perspectiva, um ponto a destacar é que os prazos-limites obrigatórios na União, nos Estados, no Distrito Federal e em todos os municípios relativos à implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, seguem o plano de implantação anexo à Portaria da STN 548, de 24 de setembro de 2015 (BRASIL, 2015).

Essas normas estabelecem orientações específicas a serem observadas pelos órgãos e entidades incluídos no campo de aplicação das normas CASP e foram publicadas em 2010. Em 04 de outubro de 2016, o CFC, publicou a Estrutura Conceitual (NBC TSP EC), sendo considerada como mecanismo primordial ao processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) ao padrão internacional, editada pela Federação Internacional de Contadores (IFAC, na sigla em inglês). Com a edição da NBC TSP EC, normas foram revogadas. Deste modo, passou a vigorar em 2017, o primeiro conjunto de normas internacionais voltadas ao setor público, além da Estrutura Conceitual da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), publicada no ano anterior. (MELLO, 2017).

De acordo com Mello (2017, p. 1) a “liberação de módulos até 2021 deverá convergir um total de 35 normas”. A autora coloca ainda que legislação que

regulamenta a Contabilidade Pública Brasileira Lei 4.320/64 não reflete os avanços pelos quais passou a Contabilidade e a sociedade no período. O CFC, órgão responsável pela edição de normas contábeis no País, desde 2008 publicou onze NBC TSPs inspiradas nas internacionais, mas não convergidas. (MELLO, 2017).

Contudo, Dagostini (2016) discorre que o processo de Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade pretende modernizar os procedimentos contábeis, permitindo a formação de dados que sejam úteis para o apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social.

Nessa mesma direção, recentemente foi aprovada pelo CFC (2018), a Resolução CFC n.º 1.549, de 20 de setembro de 2018, Política de Governança, que estabelece os princípios fundamentais: transparência, ética, eficiência, integridade, equidade e *accountability*, sendo este último:

compreendido como o conjunto de boas práticas adotado pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram, os quais evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações. (BRASIL, 2018).

Portanto, é relevante destacar, que o Tribunal de Contas da União (TCU) esclarece no Manual Básico de Governança<sup>3</sup> aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, os princípios de boa governança a legitimidade, a equidade, a responsabilidade, a eficiência, a probidade, a transparência e a *accountability*:

*accountability*: as normas de auditoria da Intosai conceituam *accountability* como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades (BRASIL, 2011). Espera-se que os agentes de governança prestem contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (IBGC, 2010; BRASIL, 2011, p.14).

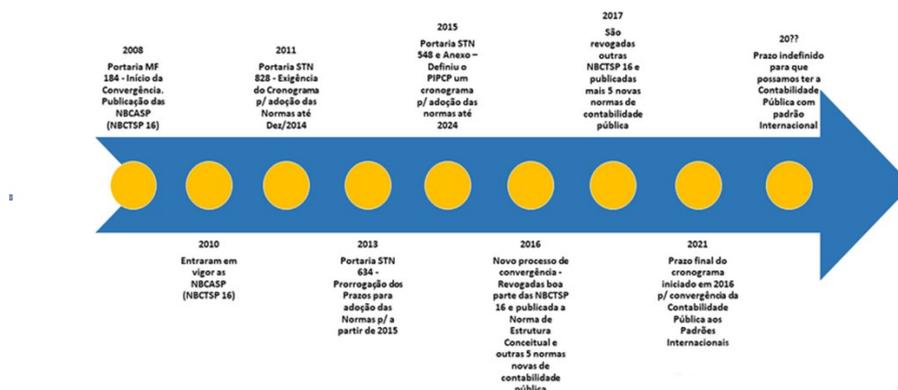
Visando a conhecer o processo de Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais, apresentamos na figura 8 a linha do tempo, conforme exposto por Scaramelli (2018). A missão de nortear e conduzir a Contabilidade Pública aos Padrões

---

<sup>3</sup>. Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/>. Acesso em: 11 maio 2020.

Internacionais foi determinada pelo MF à STN em agosto de 2018.

Figura 8: Processo de Convergência da Contabilidade Pública aos Padrões



Fonte: Scaramelli (2018).

As várias mudanças normatizadoras implicam na adequação das Instituições, bem como, de seus profissionais contadores. Essa nova realidade traz em seu bojo o desafio de rever seus conhecimentos, apesar das dificuldades que o impacto inicial propicia. Entretanto, é possível notar que num contexto geral, esse adendo de conhecimento traz consigo as vantagens do enriquecimento do saber.

Evidencia-se no setor público que a convergência às Normas Internacionais é primordial para que eventuais questões políticas e governamentais sejam marcadas e apreciadas por meio de uma avaliação consistente e técnica, conforme corroboram os autores que ainda afirmam que a consonância das veiculações dos dados contábeis em nível mundial estampa um “predicado almejado, convertendo-se na confluência contábil exigida e impreterível”. (GAMA; DUQUE; ALMEIDA, 2014, p. 8).

Dessa maneira, a relevância dessa área da Contabilidade em âmbito mundial deve-se, essencialmente, à maior demanda pela prestação de contas em uma democracia e economia de mercado e apresenta-se cada vez mais como instrumento essencial na tomada de decisões para o gestor público.

Nessa perspectiva, um ponto a se destacar são os principais órgãos reguladores da Contabilidade no Brasil: o CFC, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Comissão de Valores Mobiliários. O CPC é formado por seis entidades incluindo o CFC, Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional); Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes

do Brasil - IBRACON (CPC, 2014).

Na Contabilidade Pública esta harmonização das práticas contábeis é realizada por meio das IPSAS.

Em conjunto com o CFC, as IPSAS, são as Normas Internacionais, em níveis globais, de alta qualidade para a preparação de demonstrações contábeis por entidades do Setor Público e tem como finalidade:

[...] normatizar questões que dizem respeito a demonstrações contábeis para fins gerais de todas as entidades do setor público. As entidades do setor público incluem: governos nacionais, governos regionais (por exemplo, estadual, provincial, territorial), governos locais (por exemplo, municipal) e suas entidades componentes (por exemplo, departamentos, agências, conselhos, comissões, ministérios, secretarias, autarquias, fundações, fundos), a menos que de outra forma seja determinado. (IFAC, 2010, p. 2).

Em dezembro de 1971, foi criado oficialmente o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB), atual IBRACON. Vale ressaltar, que o IBRACON é uma das entidades que compõe do CPC, que foi criada com a finalidade de buscar maior representatividade dos profissionais auditores, contadores com atuação em todas as áreas e estudantes de Ciências Contábeis perante o poder público e a sociedade. A mudança de denominação deu-se em julho de 1982, quando o órgão decidiu-se pela abertura do quadro associativo para ingresso de contadores das diversas áreas de atuação (IBRACON, 2009).

O IBRACON surgiu com o objetivo de concentrar a representatividade dos profissionais contadores com atuação em todas as áreas, auditores e estudantes de Ciências Contábeis. Comenta da seriedade dos trabalhos resultantes dessa união.

[...] reconhecida por órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Banco Central, garante que a produção técnica do Instituto seja referendada e sirva como sustentação para as normas que cada uma dessas entidades emite. Essa grande preocupação com a qualidade técnica dos documentos, além do esforço em cuidar de todos os interesses dos profissionais e das empresas de auditoria, fez com que o Ibracon adquirisse a credibilidade que o mantém como o único órgão de congregação dos auditores independentes (BRASIL, 2009, s.p.).

No mesmo sentido, Silva, Madeira e Assis (2004, p. 120) resumem o IBRACON como:

[...] entidade profissional que congrega contadores e auditores independentes, tendo como função discutir, desenvolver e divulgar as posições técnicas e éticas da atividade contábil e de auditoria no Brasil. O Ibracon tem elaborado

e publicado vários pronunciamentos técnicos sobre Normas e Procedimentos de Auditoria –NPAs –e Normas e Procedimentos de Contabilidade –NPCs -, algumas delas posteriormente oficializadas pela Comissão de Valores Mobiliários –CVM -, Banco Central do Brasil e Conselho Federal de Contabilidade, tornando-se de observância obrigatória. Representa oficialmente o Brasil junto a entidades internacionais como a AIC-Asociación Interamericana de Contabilidade, o IFAC-International Federation of Accountants – e o IASB –International Accounting Standards Board.

O objetivo do IBRACON é:

buscar a evolução das Normas Brasileiras de Contabilidade, principalmente pela sua atual importância nos contextos financeiros nacional e internacional e pela necessidade da unificação das Normas Contábeis Brasileiras, emanadas de diversas fontes de origem e a sua natural e necessária convergência para com as normas internacionais. (IBRACON, 2018, p. 2).

De acordo com o próprio CFC o IBRACON tem os seguintes principais propósitos:

Discutir, desenvolver e aprimorar as questões éticas e técnicas da profissão de auditor e de contador e, ao mesmo tempo, atuar como porta-voz dessas categorias diante de organismos públicos e privados e da sociedade em geral; auxiliar na difusão e na correta interpretação das normas que regem a profissão, possibilitando aos profissionais conhecê-la e aplicá-la de forma apropriada, contribuindo para a criação e a manutenção de um mercado sadio, regido pela ética profissional; atuar, também, no conjunto das entidades de ensino, colaborando para o aprimoramento da formação profissional, por meio da divulgação das atribuições, do campo de atuação e da importância do trabalho do auditor independente em nossa sociedade. (IBRACON, 2018, p. 2).

É também de responsabilidade do IBRACON a emissão de normas contábeis profissionais. Atualmente, o órgão é sediado em São Paulo e possui dois mil associados em sete regionais que englobam todo o país.

Conforme exposto por Breda, Nascimento e Moura (2017, p. 1), o Brasil destaca-se como exemplo em que as “IPSAS estão sendo implantadas em todas as esferas federal, estadual e municipal, simultaneamente. Somado às dimensões continentais do país, o sucesso no processo de implementação pode até vir a ser uma referência internacional”.

A proposta é que a Contabilidade gere informações úteis, tempestivas e de qualidade para os seus usuários e que os princípios básicos sejam comuns a fim de facilitar cada vez mais a troca de informações entre diferentes mercados globais. Para isso, é necessário um Projeto Pedagógico de Curso e uma matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis que reflitam assuntos voltados para atender às

necessidades do mercado.

No entanto, em consonância com missão, visão e valores da Instituição e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Ciências Contábeis, é de suma importância que as IES priorizem em formar cidadãos críticos e conscientes, propiciando-lhes condições para desenvolverem competências e habilidades inerentes a um profissional em Ciências Contábeis e requeridas pelo mercado, bem como desenvolver suas potencialidades intelectuais, morais e espirituais, para torná-los produtivos ao engrandecimento da sociedade. Os currículos propostos devem levar em conta os objetivos do curso, as DCN para os cursos de Ciências Contábeis e possuir uma perspectiva de realizar dois propósitos: a formação técnica no campo de Ciências Contábeis e a formação para a cidadania. Por sua vez, o PPC de graduação, deve ser elaborado observando as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além das especificidades próprias do curso, da comunidade escolar e da região, dando uma visão de totalidade, que represente, de fato, a instituição, sem perder a articulação e a relação de complementaridade entre esses documentos, essenciais e indispensáveis, como apoio e diretrizes ao processo ensino e aprendizagem. (FERREIRA *et al.*, 2018).

O Projeto Pedagógico Institucional representa a linha pedagógica que a Instituição norteia para gerenciamento dos Cursos de Graduação. De acordo com parecer CES/CNE 146/2002 “as instituições de ensino superior deverão, na composição dos seus projetos pedagógicos, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, o seu currículo pleno e sua operacionalização, destacando-se os seguintes elementos, sem prejuízos de outros” (BRASIL, 2003, p.2).

De acordo com Ferreira *et al.* (2018, p. 4),

a coordenação de curso deve considerar que a elaboração do projeto pedagógico oferece a oportunidade de reflexão em conjunto quanto à organização da sociedade; à função social da educação superior brasileira, à organização pedagógica que dará sustentação à prática educativa; às formas de relação com a comunidade local e aos mecanismos de participação.

Pode-se afirmar que a mudança da realidade contábil é inerente às práticas do capitalismo global, recorrendo mais uma vez a Carvalho (2015, p. 83) que corrobora ao afirmar que o “processo de mudança não ocorreu sem resistências, e uma das formas de resistir foi a publicação de obras inspiradas na escola italiana”. O maior crítico do processo de convergência, “defensor do pensamento italiano”, neopatrimonialista convicto sempre foi o cientista que mais discordou da adoção no Brasil das práticas

contábeis norte americanas em detrimento da consagrada escola italiana. Para Antônio Lopes de Sá, eminente professor: “Enquanto na Europa a doutrina, há muito, já tinha estrutura sólida, os Estados Unidos engatinhavam em matéria de cultura contábil.” (SÁ, 2003, p. 52-53). Pela própria história da humanidade, os EUA, junto com toda a América, (novo mundo) tiveram seu desenvolvimento econômico a partir da independência que, naturalmente, escreveram sua própria história, como afirma o autor.

A filiação de Sá à doutrina da Escola Italiana esteve presente em toda sua obra a ponto do mesmo afirmar que “as conquistas científicas contábeis dos europeus, todavia, não pareceram interessar à cultura dos estadunidenses e as grandes obras de doutrina, assim como preciosas publicações do velho mundo, deixaram de ser consideradas”. (SÁ, 2003, p. 83).

Diante de todo contexto apresentado, e com as principais inovações identificadas, torna-se ainda mais relevante que as IES que ofertam os cursos de graduação em Ciências Contábeis promovam adaptações de suas matrizes curriculares, a fim de que os profissionais de contabilidade cheguem ao mercado de trabalho devidamente preparados para enfrentar essa nova realidade, estando alinhados com as mudanças frequentes no tocante às normas internacionais e legislação em geral.

#### **4.2 ASPECTOS CULTURAIS E LEGAIS DA CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

As transformações por que passou e vem passando a sociedade mundial demonstraram a necessidade de práticas que atendam aos anseios dos usuários no que se refere à quantidade e qualidade das informações contábeis (PASINI, 2015). Nesse mesmo sentido, Lima *et al.* (2012, p. 4) ressalta que:

a globalização está levando mais e mais organizações para o mercado internacional, elevando as exigências por melhores produtos e serviços, envolvendo fatores que perpassam diversas esferas. Deste modo, coloca em andamento um dado padrão de convergência, por exemplo, ao implementar programas e estratégias de mudança organizacional que visam, sobretudo, a padronização.

As consequências disso também demandaram das entidades públicas maior relação no que se refere à convergência às boas práticas de governança, tendo em consideração o crescente número de pessoas interessadas na qualidade das informações prestadas pela Contabilidade. Por esta razão, as informações contidas nas

demonstrações contábeis de uma Administração Pública devem possuir as características de utilidade, confiabilidade e transparência necessárias, que possibilitem a seu usuário, interno e externo, a consecução dos seus objetivos. (LIMA *et al.*, 2012).

Tais práticas devem ser entendidas como sinônimo de práticas de governança, ou seja, padronizar e dar mais transparência, viabilizando o controle interno com eficácia e a execução orçamentária e financeira das instituições.

As instituições governamentais no Brasil, não obstante a LRF que regula boa parte das práticas de governança pelo governo e seus governantes exigem transparência, conformidade, probidade e responsabilidade com o trato das finanças públicas.

Corroboram Augustinho e Lima (2012, p. 81) ao afirmarem que em relação às mudanças da CASP:

a convergência no Brasil visa contribuir de forma decisiva com o desenvolvimento sustentável do país, mediante reforma contábil, no setor público e privado, de auditoria, regulatória e treinamento dos profissionais envolvidos, resultando em uma maior transparência das informações financeiras utilizadas no mercado, bem como no aprimoramento das práticas profissionais.

Continuando, neste mesmo contexto, Augustinho e Lima (2012, p. 81) prescrevem que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP):

deve submeter-se a mudanças conceituais em virtude do novo modelo de gestão pública, face ao objetivo de aproximação conceitual com a contabilidade patrimonial. Este objetivo encontra-se nos esforços de organismos internacionais, a exemplo da IFAC (*International Federation of Accountants*), que estabelece padrões internacionais de contabilidade para o setor público por meio das IPSAS.

Assim, as Normas Contábeis Internacionais podem proporcionar aos governos e às demais entidades públicas níveis de responsabilização e governança semelhantes aos do setor privado. Em contrapartida, as diferenças culturais existentes entre países e regiões acabam por prorrogar o projeto de universalização conceitual e a prática da contabilidade.

Nesse contexto, Carvalho (2019) afirma que existem uma série de agências reguladoras, além de órgãos da administração direta responsáveis por sistematizar e normatizar e até mesmo fiscalizar a contabilidade, como isso fosse exequível. Em sua Tese Carvalho, utilizando-se mecanismos da análise do discurso (AD) defende que tal prática é um problema:

uma vez que tudo que se propõe circula sob a ordem do imaginário, do político, do social e por isso está sujeito a interpretações inimagináveis. Quando se estabelece a necessidade de órgão normatizador, apaga-se qualquer tipo de diferença, ou seja, homogeneizam-se os critérios sem levar em consideração qual é a realidade de cada empresa, de cada lugar. Um órgão que normatiza e aponta para uma tentativa de padronizar o que não pode ser padronizado (CARVALHO, 2019, p. 54).

Tais mudanças propiciaram, em alguns temas contábeis, a aproximação das normas brasileiras às internacionais e são aplicáveis no Brasil a partir do exercício de 2008. Essas mudanças ocorridas no ambiente regulatório exigiram que as instituições em seu corpo diretivo entendessem rapidamente, o seu alcance e os impactos que as mudanças acarretaram nas demonstrações financeiras.

No que se refere à homogeneização dos critérios também concordamos que tal uniformização é muito difícil de ser praticada em função das diferentes organizações principalmente em razão das tomadas de decisões econômicas que podem afetar compras, capacidade de pagamento e conseqüente endividamento, políticas tributárias, distribuição de lucros e dividendos, procedimentos éticos, exigências de governos, órgãos reguladores que por si só já afetam as demonstrações financeiras de uma instituição. Portanto, muito difícil de haver uma padronização global. Na ótica de (Carvalho 2019, p. 58 e 59),

Para o Brasil, convergir para as normas internacionais de contabilidade constitui vantagem importante porque proporciona aos investidores estrangeiros informações contábeis consideradas confiáveis e comparáveis, pois são elaboradas com regras e critérios internacionais. Isso seria simplesmente inviável pelas normas brasileiras de contabilidade. [...] Mas, o que acontece no mundo para que se imponha essa padronização? Ou seja, isso tudo está relacionado à globalização, como um processo em funcionamento e por isso se fala em “mudança de filosofia, postura e pensamento”, “essência sobre a forma”, análise de riscos e benefícios sobre a propriedade jurídica” e em normas que são determinadas por “princípios”, aquilo que não deve mudar, ou que se deve adotar.

Depreende-se da citação acima uma profunda mudança na forma de praticar a Contabilidade a fim de atender os interesses do fluxo internacional de negócios e capitais, atendendo aos ditames da ideologia neoliberal.

Augustinho e Lima (2012) ressaltam que, diante do cenário exposto, a normatização contábil inclina-se a ser o objeto de menor influência da classe contábil em atividades do setor público. Nota-se a busca por padrões ponderando as diferenças culturais e especificidades particulares de diversas nações. Sendo tal fato uma negativa, normas inapropriadas ou inaplicáveis tendem a ocorrer.

Segundo Cruz (2014) atualmente a sociedade do século XXI exige um tipo de cidadão diferente do postulado pela sociedade industrial, a constatação de que se vive num mundo complexo exige que as diversas organizações sociais busquem através do paradigma da complexidade, compreender as relações humanas, sociais, políticas e econômicas, sendo necessária uma educação dialógica e participativa.

Neste sentido, corroboram as autoras Ferreira, Orlandi (2014, p. 152),

O conhecimento precisa da incompletude, do inacabamento, da errância dos sujeitos e dos sentidos, de sua inexatidão. A circulação da informação em uma sociedade, dita da informação, ao contrário, funciona pelo imaginário do completo, do fixo, do preciso, melhor ainda, do exato.

Por todo exposto foi possível inferir que a aprendizagem é ao longo da vida. Está sempre em movimento, retroalimentando e, ao mesmo tempo, ressignificando o conhecimento anteriormente apreendido. Portanto, a presença da Educação em todas as fases da vida terrena, faz-nos repensar nessa busca incessante que o ser humano é capaz de empreender durante a sua existência em direção à utopia.

Adiante, apresentamos a última seção que versa sobre a discussão, análise e interpretação dos resultados.

## SEÇÃO V

### DISCUSSÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

As particularidades, bem como as concordâncias e discordâncias dentro do material colhido, requerem uma visão concentrada e focada para perceber as nuances que, por ventura, podem estar ocultas. Identificar singularidades, pontos ímpares ou zonas enevoadas, exige do pesquisador um processo de análise e interpretação dos resultados que é, seguramente, uma das fases mais difíceis e importantes de uma investigação científica, pois é a hora da verdade, quando é possível levantar as convergências e as divergências, assim como as particularidades e filigranas do material coletado e, com um olhar bastante atento, encontrar pistas que não são perceptíveis sem um trabalho intenso de observação, articulação e paciência. Assim, é possível afirmar que análise e interpretação das coletas caracterizam uma das fases primordiais da pesquisa.

O fulcro da pesquisa sempre norteou sua condução, as idas e vindas dentro do processo investigativo mantiveram sua base na fundamentação teórica que prosseguiu como um meio na busca da questão: investigar a percepção de contadores do IFSULDEMINAS sobre educação contábil e suas aplicações na gestão pública.

Nessa seção foram demonstrados e examinados os dados coletados no questionário respondido pelos contadores participantes desta pesquisa, bem como, a discussão e interpretação dos resultados, por meio da ordenação dos referidos dados na apresentação dos gráficos e tabelas. Assim, a interpretação pós análise dos dados apresentados nesta seção, foram percebidos por meio da proposição da vinculação inerente entre avaliação e qualidade educativa, como defendido por Andrade (2014, p. 97) “A qualidade da educação ou da formação vista tanto do ponto de vista da ciência quanto dos efeitos sociais é, portanto, um valor essencial a ser considerado pela avaliação educativa.” O autor afirma ainda que a qualidade da educação merece ser destacada sobre qualquer quantificação e comparação, independentemente de produzir e interpretar as informações “objetivas desde que estas importem para os julgamentos de valor”.

Logo, a avaliação, que influencia a elaboração do currículo em todos seus requisitos, é um dos elementos fundamentais na elaboração de um currículo. A avaliação e a análise, portanto, são metaforicamente a janela por onde se observa toda a

educação. Quando você se indaga como quer avaliar, desvela sua concepção de escola, de homem, de mundo, de sociedade. Considerando isso, vejamos a seguir a análise dos dados coletados.

## 5.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A pesquisa foi aplicada em uma Instituição Pública de ensino, denominada IFSULDEMINAS, vinculada ao Ministério da Educação, possuidora de natureza jurídica de autarquia, com categoria administrativa pública. Estas instituições estão sediadas nos municípios de Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Três Corações e Carmo de Minas.

No primeiro momento, fizemos contato com o Reitor da Instituição, quando solicitamos a autorização para a realização da pesquisa a ser feita com os contadores servidores do IFSULDEMINAS. Esta aceita, está documentada por meio da Carta de Anuência para Autorização de pesquisa (APÊNDICE B). Logo em seguida, o projeto de pesquisa foi encaminhado junto com a Carta de Anuência devidamente assinada pelo Reitor do IFSULDEMINAS, para análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde Dr. José Antônio Garcia Coutinho, aprovada conforme parecer número 3.629.543.

Para a elaboração desta pesquisa, algumas ponderações foram feitas acerca das diferentes tecnologias disponíveis, tendo o intuito de auxiliar na conquista dos objetivos propostos. As opções sem custo foram priorizadas. Assim sendo, foram utilizados editores de texto e planilhas provenientes de fontes não geradoras de custos.

Dentre as tecnologias envolvidas neste trabalho, pode-se citar a plataforma *Google*, com seus serviços derivados tais quais: *Google Drive*, *Google Forms*, *Google Docs*, *Google sheets* e R Core Team (2018).

A aplicação do questionário estruturado foi realizada pela plataforma *Google Forms*, sendo enviado eletronicamente aos contadores do IFSULDEMINAS acompanhado do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (APÊNDICE C). Também foi explicado aos contadores sobre a liberdade que os mesmos tinham em responder ou não. O universo da pesquisa corresponde a 14 contadores com formação em Ciências Contábeis do IFSULDEMINAS.

O questionário (APÊNDICE A) foi dividido em duas partes, a primeira parte foi destinada à investigação do perfil do contador do setor público, com questões referentes à idade, gênero, tempo de experiência, unidade de ensino onde atua, cargo ocupado e nível de escolaridade.

A segunda parte contemplou perguntas referentes à percepção dos contadores sobre Contabilidade aplicada ao setor público, ou seja, a partir dos novos conceitos, identificar em que medida os contadores têm acompanhado o processo de convergência às normas internacionais, qual o entendimento do profissional em relação ao melhor desempenho de suas atividades, refletindo, em tempos de mudança, o aprendizado contínuo desse profissional.

As perguntas dessa segunda parte abordam as principais mudanças trazidas pelas NBCASPs, sendo respondidas dentro da escala *Lickert*, utilizando-se uma escala de cinco pontos, visando investigar o objeto de pesquisa deste estudo. Uma escala, por exemplo, do tipo *Likert* é composta por um conjunto de frases (itens) em relação a cada uma das quais se pede a pessoa que está a ser avaliada para expressar o grau de concordância desde o discordo totalmente (nível 1), até ao concordo totalmente (nível 5, 7 ou 11). (CUNHA, 2007).

Após a realização da coleta dos dados foi utilizado o tratamento quantitativo, por meio de estatística descritiva, a partir do sistema *R Core Team* (2018), um *software* livre e gratuito, com a finalidade de apresentação percentual de respostas em relação a cada uma das questões.

A estatística descritiva, de acordo com Guedes *et al.* (2016, p. 1) tem por objetivo básico “sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas”. Nesta pesquisa, as tabelas e os gráficos foram utilizados para descrever os dados coletados a fim de permitir uma visualização a respeito do universo pesquisado.

Constatou-se que os contadores tiveram facilidade em compreender que a pesquisa se tratava de um trabalho acadêmico de mestrado, pois mostraram-se estar acostumados a participar de pesquisas acadêmicas, uma vez que a instituição possui Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, o que torna a participação em pesquisa uma rotina para esses contadores. Conforme podemos confirmar pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. (BRASIL, 2009).

Nas demonstrações a seguir, foram identificadas as unidades de atuação dos contadores da seguinte forma: a letra “A” identificando os *campi* pré-existentes Inconfidentes, Machado e Muzambinho, a letra “B”, identificando os *campi* novos Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, a letra “C” identificando o campus avançado de Três Corações e a letra “D” identificando a Reitoria, conforme demonstrado na tabela 01.

Tabela 1: Unidades de atuação

Identificação dos <i>campi</i>	Unidades de atuação
A	Inconfidentes, Machado, Muzambinho
B	Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre
C	Três Corações
D	Reitoria

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

A letra “N” para identificar o número absoluto de respondentes e o sinal “%” para identificar o percentual das respostas, possibilitando a visualização da representação de cada resposta.

Em relação ao período de aplicação do questionário aos contadores, ressalta-se, que esse período compreendeu entre janeiro e fevereiro de 2020. Dos participantes da pesquisa que responderam ao questionário, nota-se que 71% responderam o questionário em janeiro e 29% responderam o questionário em fevereiro, totalizando o percentual de 100% dos questionários enviados, conforme apresentado na tabela 02.

Tabela 2: Período de aplicação do questionário

Período de aplicação do questionário	N	%
2020-01	10	71%
2020-02	4	29%
Total	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

No que se refere a este quesito, entende-se que a participação massiva se deve ao interesse dos contadores no resultado que se obtém de uma pesquisa desta ordem. A ideia da pesquisa foi aceita a partir de uma comunicação efetiva entre pesquisador e o participante da pesquisa. No entanto, o sucesso da comunicação é possível apenas quando a mensagem faz sentido para ambos os lados, sendo o que aconteceu a partir da participação de todos.

Na última coluna encontra-se a média simples do percentual das respostas para ser possível obter o dado de representação geral dos participantes da pesquisa.

## 5.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados do questionário aplicado, inicia-se o momento das análises, sempre com embasamento na literatura de referência deste trabalho. Com a tabulação dos dados por meio de planilha eletrônica, os dados serão apresentados em tabelas e gráficos, dispondo as opiniões dos contadores acerca das questões propostas.

A compreensão dos dados coletados de maneira matemática, com auxílio das tabelas e gráficos, proporcionou uma maneira eficaz para uma ampla análise e comparação das respostas, conduzindo assim na direção do objetivo do trabalho em questão.

A coleta de dados se deu na Coordenadoria Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do IFSULDEMINAS que, como instituição de ensino técnico, médio e superior tem a sua missão e seus propósitos de formação profissional para cada curso *de per se*, destaca-se a oferta de cursos em diferentes modalidades, áreas e níveis, exceto o curso de Ciências Contábeis que não é oferecido pela instituição. Sua missão enquanto organização educativa é:

promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do sul de Minas Gerais” (PDI, 2018, p. 64 ).

Da mesma forma, cada situação de abordagem da pesquisa, em suas condições sociais e culturais, com as suas especificidades, caracterizam como única e singular qualquer experiência em educação. Para Chizzotti (2009), a pesquisa segue uma metodologia de trabalho, ou seja, a lógica subjacente ao encadeamento de diligências que o pesquisador segue para descobrir ou comprovar uma verdade, a partir do estudo

empírico realizado, em que mundo objetivo e a subjetividade se interagem e se significam numa construção compromissada com a ética e os valores presentes no campo investigativo. Para conhecer alguns detalhes do trabalho desenvolvido pelos contadores valemo-nos do Relatório de Gestão:

a conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela contabilidade dos *campi* e Reitoria, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Esse é um processo que visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do Governo Federal no qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019, p. 74).

Além disso, a Conformidade Contábil, segundo o próprio Manual do SIAFI, refere-se à responsabilidade do contador pelos registros contábeis efetuados e a apresentação das demonstrações contábeis, razão pela qual a exigência de profissional habilitado pelo CRC, além fazer parte do cadastro das unidades gestoras e dos órgãos, habilita-o para tal fim.

Portanto, a conformidade contábil se dá em níveis distintos e somente se aplica às Unidades Gestoras Executoras da Administração Pública, assim entendidas aquelas que têm pessoas autorizadas a praticar atos de gestão e conseqüentemente efetuam registros contábeis.

### **5.2.1 Caracterização do perfil dos contadores do IFSULDEMINAS**

Neste tópico, são apresentados os dados coletados pelo questionário enviado aos contadores e as respectivas análises. Os dados coletados, relativos a cada tabela, são apresentados sob a forma de gráficos de modo a procurar dar maior clareza à pesquisa em estudo, sem alterar os dados, com legendas e escalas apropriadas para cada eixo, com eixo vertical iniciando em zero.

A primeira análise consiste em conhecer os *campi*/unidade de ensino que os contadores estão lotados e exercem as suas atividades. Após a coleta dos dados, as respostas foram tabuladas utilizando-se a plataforma *Google Sheets* e o *R Core Team* (2018), formando assim, um banco de dados.

O questionário utilizado possuía 15 questões fechadas (Apêndice A) aplicadas aos participantes da pesquisa após sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CNS 3.629.543/2019) juntamente com o projeto de pesquisa, após a aplicação do

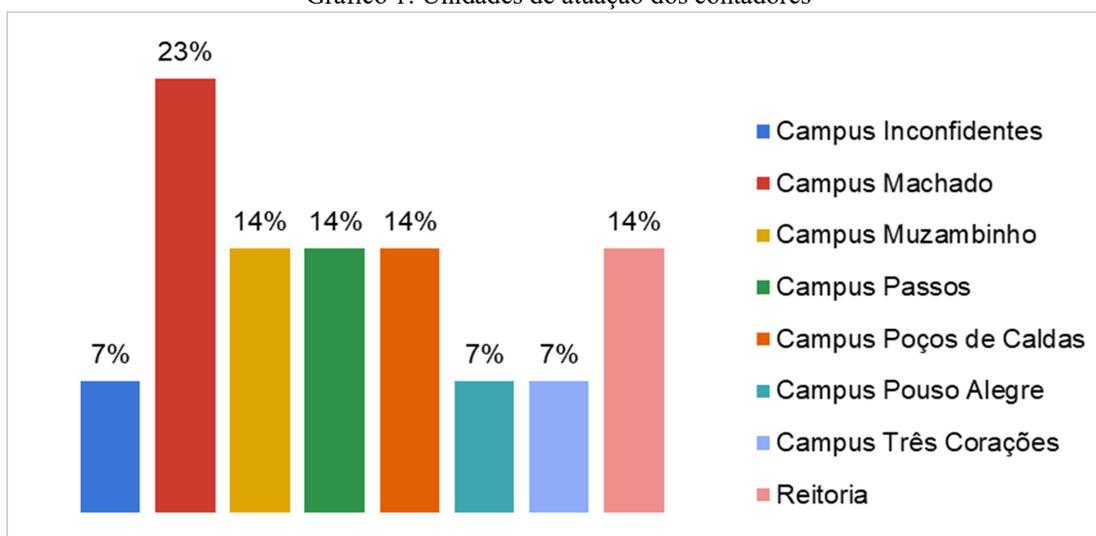
questionário como teste piloto, com dois participantes desta pesquisa.

O teste piloto de acordo com Danna (2012, p. 7) se constitui “por meio da troca de experiências no contexto social da pesquisa e da interação com os enunciados produzidos pelas inúmeras vozes que compõem esse cenário”. Na concepção de Amorim (2004, p. 19) o teste piloto torna-se um “objeto já falado, objeto a ser falado e objeto faltante”. As questões foram concebidas visando de modo a evidenciar desde a lotação do profissional, gênero, formação acadêmica, tempo de experiência, carga horária para aperfeiçoamento até as questões para conhecer o nível de concordância dos contadores sobre o componente curricular da contabilidade aplicada ao setor público ministrada em seu curso de graduação que são objetivos desta pesquisa.

No que se refere à atenção dos não respondentes foi providenciado um segundo contato, em que estes justificaram que se encontravam em gozo de férias no período de janeiro. Desta maneira, procedeu ao reencaminhamento do questionário para confirmação do recebimento do e-mail.

É importante ressaltar, que o total das respostas obtidas representam 100% dos participantes da pesquisa. Portanto, isso demonstra o desempenho, bem como, a cooperação em trabalhos desta natureza por parte dos contadores.

Gráfico 1: Unidades de atuação dos contadores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 3: Unidades de atuação dos contadores

Unidades de atuação dos contadores	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Campus Inconfidentes	1	7%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Campus Machado	3	23%	0	0%	0	0%	0	0%	3	23%
Campus Muzambinho	2	14%	0	0%	0	0%	0	0%	2	14%
Campus Passos	0	0%	2	14%	0	0%	0	0%	2	14%
Campus Poços de Caldas	0	0%	2	14%	0	0%	0	0%	2	14%
Campus Pouso Alegre	0	0%	1	7%	0	0%	0	0%	1	7%
Campus Três Corações	0	0%	0	0%	1	7%	0	0%	1	7%
Reitoria	0	0%	0	0%	0	0%	2	14%	2	14%
Total	6	44%	5	35%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

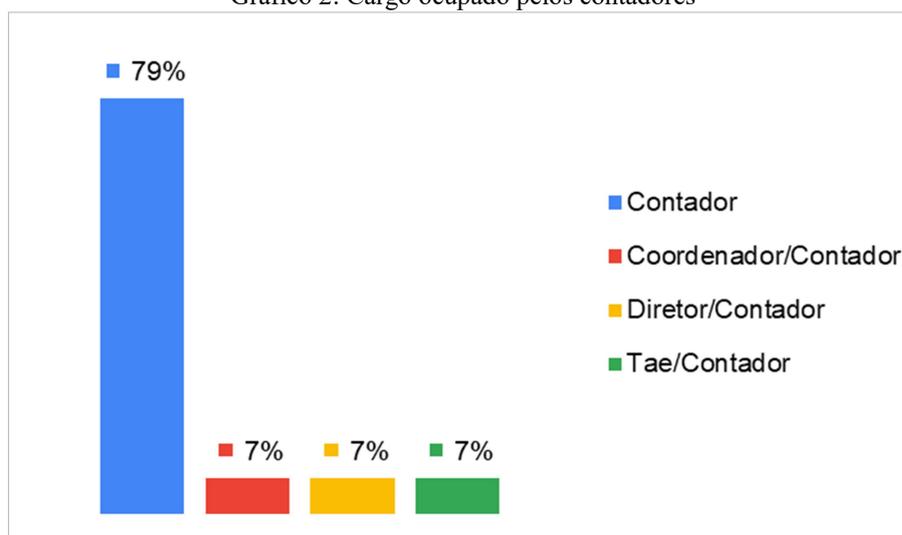
A dotação da força de trabalho do IFSULDEMINAS, na Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de acordo com a Resolução nº 028/2019, de 27 de março de 2019, revogada pela Resolução nº 004/2020, compõe a estrutura da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), conforme Art. 15, Inciso II, letra b.

Quanto à unidade de ensino em que os participantes da pesquisa atuam, 14% estão lotados na Reitoria, 23% lotados no Campus Machado, 14% lotados nos *campi* Muzambinho, Passos e Poços de Caldas, 7% lotados nos *campi* Inconfidentes, Pouso Alegre e campus Avançado Três Corações, conforme a política de distribuição dessa força de trabalho demonstrada na tabela 3.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela contabilidade dos *campi* e Reitoria, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal no qual são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O IFSULDEMINAS possui uma instância responsável pela conformidade contábil para cada unidade gestora executora, a saber, cada campus possui um contador concursado com registro no CRC para o desempenho de suas atividades.

Gráfico 2: Cargo ocupado pelos contadores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 4: Cargo ocupado pelos contadores

Cargo	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contador	5	36%	3	22%	1	7%	2	14%	11	79%
Coordenador/Contador	1	7%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Diretor/Contador	0	0%	1	7%	0	0%	0	0%	1	7%
Tae/Contador	0	0%	1	7%	0	0%	0	0%	1	7%
Total	6	43%	5	36%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Investigou-se os cargos ocupados pelos contadores. No IFSULDEMINAS existem duas categorias: servidores da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que atuam como docentes, e servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAE), que atuam como apoio operacional. São carreiras distintas, portanto, os processos de seleção também ocorrem de formas diferentes (PDI, 2019-2023).

Conforme exposto no Plano de Desenvolvimento Institucional, o quadro de servidores do IFSULDEMINAS é composto por 554 servidores da carreira de Técnico-Administrativos em Educação (TAE) e 564 docentes atuantes nos 118 cursos ofertados pela Instituição, que estão lotados nos oito *campi* e Reitoria, estando o quadro de servidores estruturado de acordo com o Plano de Carreira dos servidores TAEs (PCCTAE) em cinco níveis de classificação, sendo um total de 70 cargos (PDI, 2019-2023; BUENO, 2020).

O cargo de contador encontra-se no nível de classificação E. Para a ocupação do Cargo de Diretor (CD) a nomeação é feita pelo Reitor da Instituição, onde este servidor recebe uma remuneração de até 60% de acordo com o nível do Cargo de Direção, sendo

quatro níveis. A indicação do servidor coordenador é feita pelo Diretor com aprovação do Reitor, onde este servidor recebe uma Função Gratificada (FG) pelo cargo.

Conforme demonstra o resultado desta questão, cargo sem função gratificada corresponde 86%, com função gratificada coordenador/contador 7%, diretor/contador 7%.

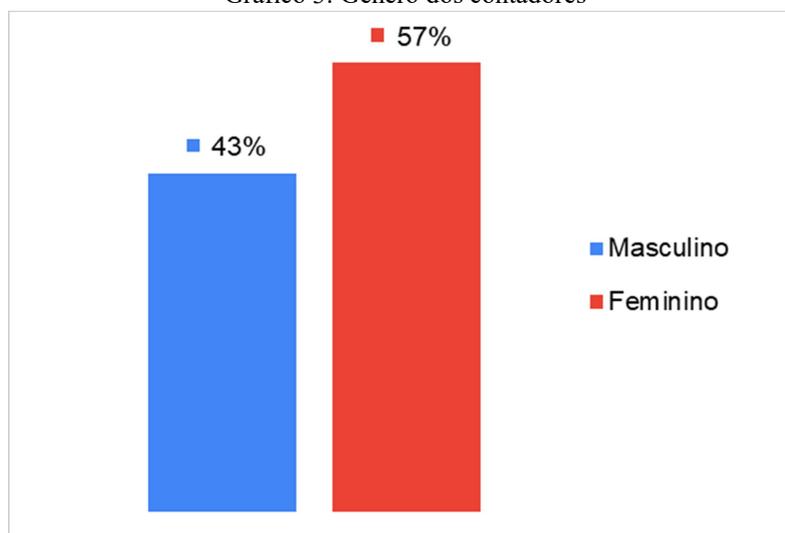
Ainda Bueno (2020, p. 84) afirma, atualmente no IFSULDEMINAS “são 146 técnico-administrativos dos níveis A, B, C, D e E em Cargos de Direção (CD) e Funções gratificadas (FG), atuando em apoio à gestão com atividades de direção, de chefias, de coordenações e de assessoramento de setores”.

**Quadro 10** - Número de servidores técnico-administrativos em Cargos de Direção e Coordenação

Nível de Classificação	Cargo de Direção (CD)	Função Gratificada (FG)
A	-	2
B	1	4
C	1	18
D	16	63
E	16	22
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>109</b>

Fonte: Bueno (2020, p. 85).

Gráfico 3: Gênero dos contadores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 5: Gênero dos contadores

Gênero	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	2	14%	3	22%	1	7%	0	0%	6	43%
Feminino	4	29%	2	14%	0	0%	2	14%	8	57%
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>43%</b>	<b>5</b>	<b>36%</b>	<b>1</b>	<b>7%</b>	<b>2</b>	<b>14%</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

No âmbito do IFSULDEMINAS atualmente o quadro de servidores é composto

por 1.131 servidores entre docentes e TAEs em exercício, sendo que deste total 493 são do sexo feminino, o que representam 44% e 638 são do sexo masculino, o que representa 56%. Em relação ao gênero dos participantes da pesquisa, os resultados demonstram que 57% são do sexo feminino e 43% são do sexo masculino. Conforme observado nos dados da pesquisa, o número de mulheres atuando na área da contabilidade no IFSULDEMINAS é bem maior em relação aos homens.

Segundo Moreno, Santos e Santos (2015, p. 201) “a mulher contabilista vem se transformando com o passar dos anos tanto em sua maneira de ser profissional quanto em sua maneira de ser aceita no mercado de trabalho”. Para os autores é “um momento de transformação profissional juntamente com a globalização permite com que a mulher contabilista venha conquistando mais espaço a cada dia”.

De acordo com os dados do CFC, 2018, o quantitativo de profissionais contabilistas (técnicos em Contabilidade e Contadores) mostra que a região Sudeste está bem à frente em relação ao número de profissionais registrados e a região Centro-oeste encontra-se em 4º lugar neste ranking.

Moreno, Santos e Santos (2015, p. 203) discorrem que o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais exigente e ao mesmo tempo mais criativo, “tem buscado perfis de pessoas que consigam atuar em situações que envolvem emoções e sensibilidade. Esta característica buscada nos profissionais faz com que a mulher já se destaque, pois a maioria delas as possuem”. No entanto, isso não é o suficiente. Além dessas características, consideradas exclusivas das mulheres, é necessário que os profissionais se dediquem mais às funções, a fim de fazer a diferença nesse mercado tão competitivo. Para Mota e Souza (2011) a mulher busca ao longo dos tempos, uma participação efetiva em movimentos sindicais, classistas, sociais, políticos, religiosos e comunitários. Com inteligência incomum e persistência além de um sentido bastante aguçado, a mulher vem, gradativamente, superando o obstáculo do preconceito nas mais diversas profissões e ocupando cada vez mais o mercado de trabalho, anteriormente dominado pelo homem em todos os setores da economia. Mesmo que ainda haja obstáculos, muitas mulheres estão demonstrando que o sucesso profissional e a realização pessoal são possíveis; a conciliação entre filhos, marido e os afazeres domésticos não são mais barreiras intransponíveis para a realização profissional.

De acordo com os autores a conquista da mulher por um espaço no mercado de trabalho, começou no início do século XIX, quando a sociedade acreditava que o homem era o único provedor das necessidades da família, tendo a mulher a função de

mantenedora do lar e educadora dos filhos (MOTA; SOUZA, 2011). No Brasil, a participação da mulher no mercado de trabalho vem aumentando independentemente de todos os obstáculos a mulher, com toda sua força e coragem, não se deixa abater diante das barreiras que se colocam à sua frente.

Neste mesmo sentido, Monteiro (2003) concebe que atualmente as barreiras existentes para que a mulher possa atingir o sucesso profissional estão mais fáceis de transpor em qualquer profissão, até na construção civil, desde que ela possua as qualificações necessárias e se disponha a entregar-se com responsabilidade e dedicação a sua escolha. A mulher busca sempre um preparo maior, seja com mais estudos ou referência conseqüentemente, esse interesse e dedicação a beneficia no mercado.

No que se refere à mulher contabilista, Mota e Souza (2011, p. 8) corroboram que:

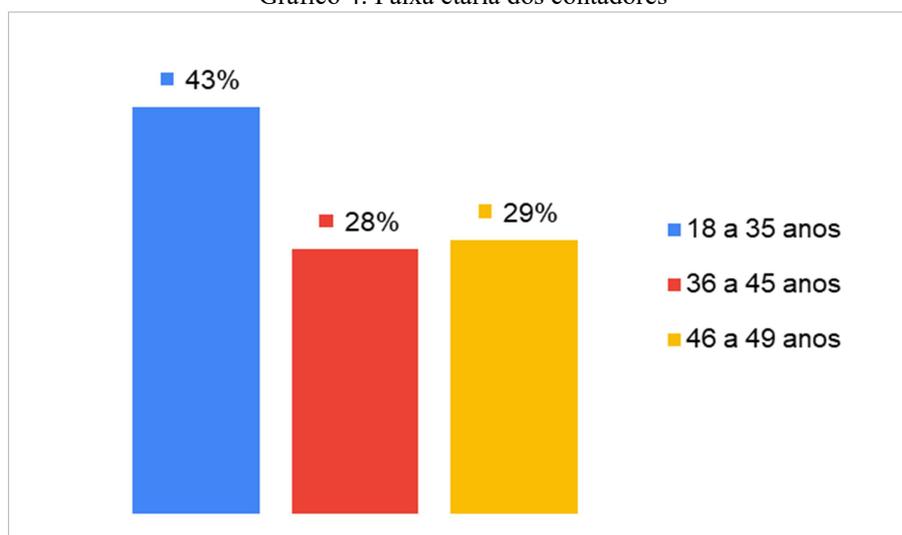
A mulher contábil vem conquistando seu espaço na sociedade. Os papéis que eram desempenhados exclusivamente por homens, hoje, são realizados com a mesma eficiência por mulheres que lutam pela manutenção de seus direitos, apesar da desigualdade salarial ainda ser um grande impasse no mercado.

Da mesma forma o CFC 2020 constata que as mulheres representavam apenas 4,3% da força de trabalho da área de contabilidade em 1950. No entanto, durante esse período ocorreram inúmeras transformações e em 2018 elas já representavam quase a metade dessa força de trabalho (42,0%). O crescimento da representação feminina na área contábil é consequência, conforme Neves (2017) das conquistas da mulher na educação e no campo profissional. A contabilidade de modo específico possibilita a construção de uma carreira tanto no setor público quanto no setor privado.

Um outro ponto destacado pelo CFC é que as mulheres têm buscado mais capacitação. Segundo reportagem da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), a participação da mulher nas salas de aula está crescendo. Consultando a relação de alunos de um curso de Ciências Contábeis de uma universidade do Sul de Minas constatamos que 64% dos formandos de 2020 são mulheres.

Essa participação é tão presente na área contábil, que boa parte dos conselhos regionais de contabilidade são ou foram presididos por mulheres de forma bastante eficaz, além disso, o CFC tem criado diversos programas direcionados ao público feminino, como congressos e atividades de formação e capacitação nacionais e estaduais incentivando e valorizando a participação das mulheres no mercado contábil e afirmando a importância da presença feminina no setor.

Gráfico 4: Faixa etária dos contadores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

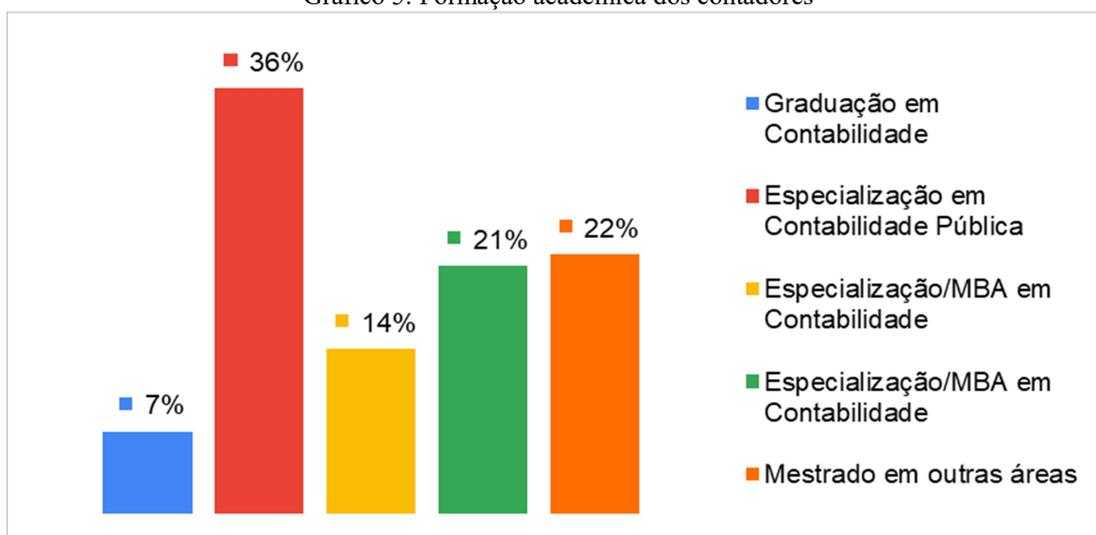
Tabela 6: Faixa etária dos contadores

Faixa etária	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
18 a 35 anos	4	29%	1	7%	1	7%	0	0%	6	43%
36 a 45 anos	1	7%	1	7%	0	0%	2	14%	4	28%
46 a 49 anos	1	7%	3	22%	0	0%	0	0%	4	29%
Total	6	43%	5	36%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Buscou-se analisar a faixa etária dos participantes da pesquisa que atuam na Contabilidade Pública no IFSULDEMINAS, pois neste momento de mudança de cenários no setor público a experiência no ramo pode ser considerada uma boa aliada ao contabilista. De acordo com os dados apontados, a faixa etária dos participantes da pesquisa que apresentam maior predomínio está entre 18 a 35 anos de idade (43%) e entre 36 a 45 anos de idade (28%). Os participantes da pesquisa com idade entre 46 a 49 anos representam 29%. E este questionamento evidencia que a maior parte dos contadores do IFSULDEMINAS tem idade entre 36 a 49 anos (57%).

Gráfico 5: Formação acadêmica dos contadores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 7: Formação acadêmica dos contadores

Formação acadêmica	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Graduação em Contabilidade	0	0%	1	7%	0	0%	0	0%	1	7%
Especialização em Contabilidade Pública	2	14%	2	15%	0	0%	1	7%	5	36%
Especialização/MBA em Contabilidade	0	0%	0	0%	1	7%	1	7%	2	14%
Especialização em outras áreas	2	14%	1	7%	0	0%	0	0%	3	21%
Mestrado em outras áreas	2	15%	1	7%	0	0%	0	0%	3	22%
Total	6	43%	5	36%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

A educação continuada como forma de atualização também está presente de forma significativa entre os participantes da pesquisa. Mediante esta afirmativa apresentou-se a formação acadêmica dos participantes da pesquisa. De acordo com os dados apontados 36% possuem especialização em contabilidade pública, 35% possuem especialização/MBA em contabilidade e especialização em outras áreas, 22% possuem pós-graduação *Stricto Sensu* e 7% ao concluir a graduação não possui nenhum tipo de especialização. É expressiva a preocupação com o contínuo aperfeiçoamento dos conhecimentos conforme revelam os resultados apresentados perfazendo um total de 93% especializados.

O ensino superior de Ciências Contábeis deve proporcionar a construção de um perfil profissional com base na responsabilidade social e na formação técnico-científica através de um tratamento integrado com outras áreas do conhecimento, contribuindo para formação de profissionais providos de competências que retratem a diversidade das demandas sociais, conforme o Parecer CNE/CES 289/2003 e Resolução CNE/CES 10/2004 (BRASIL, 2003; 2004).

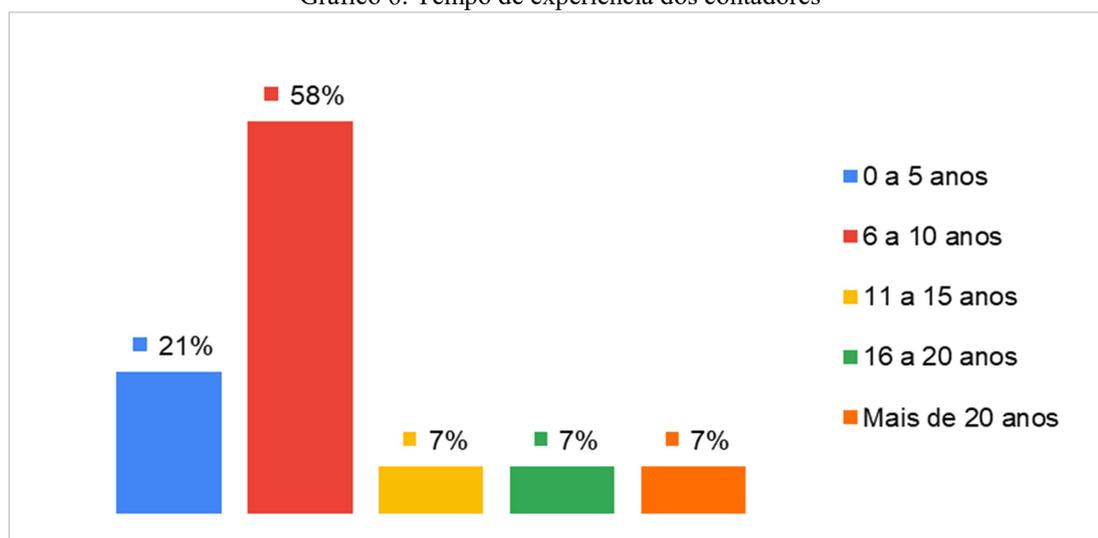
Deste modo, a atualização de conhecimentos é fundamental para que o profissional não fique para trás. As notícias apontam que o contador tem sido levado ao controle da gestão na medida em que contribui para detectar e desenvolver as melhores ações que visam garantir o sucesso e a expansão do negócio. Desta maneira, é fundamental que esse profissional esteja disposto a investir em atualização constante (LECHETA, 2018).

Nesta mesma direção, o IFSULDEMINAS procura sempre evidenciar seu compromisso com a qualidade da oferta de ensino associada às novas tecnologias, por meio do ambiente virtual de aprendizagem possibilitando aos estudantes experiências e competências que agregam aos seus currículos (PDI, 2019-2023). A legislação estabelecida coloca sob a responsabilidade da instituição a oferta de cursos superiores ligados às áreas em que é oferecida educação profissional técnica de nível médio.

De acordo com o PDI (2019-2023) essas normativas atribuem aos Institutos Federais oportunidade de ofertar desde o curso de nível médio até a pós-graduação *Stricto sensu* a seus estudantes, sendo responsável na formação de jovens e adultos que, a partir da escolha de um determinado eixo tecnológico, possam construir seu itinerário formativo dentro da mesma instituição.

Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* denominados cursos de especialização “são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais”, além de aprimorar os conhecimentos para que possam atuar no mundo do trabalho e atender demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país. (PDI 2019-2023).

Gráfico 6: Tempo de experiência dos contadores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 8: Tempo de experiência dos contadores

Tempo de experiência	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0 a 5 anos	0	0%	2	14%	0	0%	1	7%	3	21%
6 a 10 anos	4	30%	2	14%	1	7%	1	7%	8	58%
11 a 15 anos	1	7%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
16 a 20 anos	1	7%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Mais de 20 anos	0	0%	1	7%	0	0%	0	0%	1	7%
Total	6	44%	5	35%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

A análise do tempo de experiência dos contadores do IFSULDEMINAS revela que 21% têm de 0 a 5 anos de experiência como contador na área pública, 14% têm de 6 a 10 anos de experiência como contador na área pública e 7% têm mais de 20 anos de experiência como contador na área pública. Os dados apresentados evidenciam ainda que 79% têm de 0 a 10 anos de experiência como contador na área pública, perfazendo um total de onze contadores, o que demonstra que estes contadores começaram atuar no serviço público já no contexto das novas normas brasileiras aos padrões internacionais.

Para tanto, a experiência da maioria, em certa medida, pode ser considerada positiva diante das mudanças no setor público e a experiência também pode ser considerada uma boa aliada à expertise do contador, uma vez que esta pode promover o entendimento do motivo das mudanças e possibilitar com que o profissional se adapte com maior facilidade. Cabe ressaltar, que a adoção das NBCASPs representa uma mudança significativa nas práticas contábeis aplicadas ao setor público.

É preciso considerar que procedimentos contábeis como registro de provisões e de depreciação de bens passaram a ser considerados obrigatórios a partir de sua adoção,

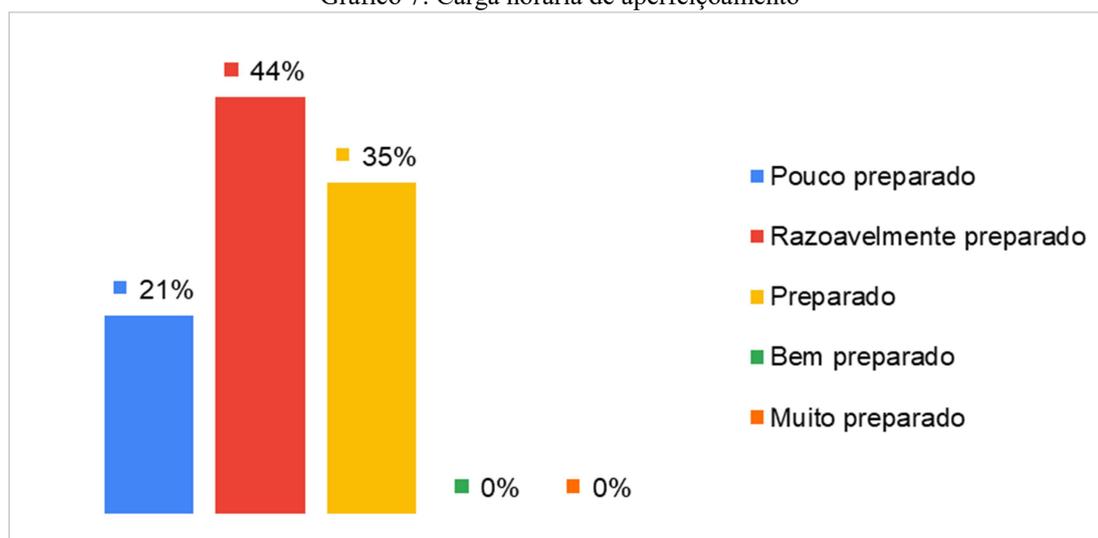
sendo também um grande avanço no que se refere a uma maior transparência, a correção da visão contábil, além de que proporcionaram melhoria na apresentação de informações econômicas, financeiras e patrimoniais dos entes públicos. Na concepção de Franco *et al.* (2012), a transparência associa-se a conceitos como governança, evidenciação e responsabilidade pelos resultados, conforme evidenciados na seção IV.

De acordo com Fragoso *et al.* (2012) a convergência das NBCASPs às IPSAS apresenta, em seu conteúdo, aspectos mais relacionados a procedimentos operacionais, facilitando a partir da apresentação de demonstrativos específicos a *accountability*. Na percepção de Piccoli e Klann (2015, p. 429) “a *accountability* e a transparência do setor público são umas das características das NBCASPs, as quais, a partir do princípio da competência, é possível que melhorem as informações à tomada de decisões dos gestores”.

De acordo com Vicente, Morais e Platt Neto (2012), as NBCASP são uma evolução no que tange à evidenciação do setor público, na busca de excelência, transparência fiscal e mensuração do patrimônio público, bem como para a distinção de Orçamento Público, instrumento de planejamento e execução das finanças públicas, e Contabilidade Pública.

Neste sentido, de acordo com Piccoli e Klan (2015) algumas normas além de trazer significativas mudanças no setor público impactaram mais expressivamente as atividades operacionais do contador. Os autores destacam o “princípio da competência como uma das principais mudanças trazidas pelas novas normas, bem como outras que tratam do planejamento, transações com o setor público, demonstrações contábeis, depreciação, entre outras”. (PICCOLI; KLAN, 2015, p. 431).

Gráfico 7: Carga horária de aperfeiçoamento



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 9: Carga horária de aperfeiçoamento

Carga horária para aperfeiçoamento	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pouco preparado	1	7%	1	7%	0	0%	1	7%	3	21%
Razoavelmente preparado	4	30%	2	14%	0	0%	0	0%	6	44%
Preparado	1	7%	2	14%	1	7%	1	7%	5	35%
Bem preparado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Muito preparado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	6	44%	5	35%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Os participantes da pesquisa ao serem questionados sobre a participação em cursos, palestras e treinamentos sobre as novas normas de Contabilidade, conforme revelam os resultados apresentados, apenas 35% afirmaram que investiram mais em treinamentos e se sentem preparados, 65% afirmam que tiveram pouco treinamento e se sentem pouco preparados ou razoavelmente preparados, apesar de todo esforço de capacitação empreendido pela Instituição. Retomando a questão apresentada no gráfico 5 e tabela 7, percebe-se que a maioria dos contadores buscou algum aperfeiçoamento e/ou especialização e que apenas 36% possuem especialização em Contabilidade Pública.

Para entender melhor os resultados coletados recorreremos mais uma vez a Gadotti (2016, p. 4) que, de maneira contundente, esclarece algumas diferenças entre a Educação ao Longo da Vida e a Educação Permanente, a saber:

Há uma certa compreensão da Educação ao Longo da Vida que subordina a educação à lógica mercantil, revivendo a Teoria do Capital Humano de 50 anos atrás, reduzindo a Educação Permanente à formação profissional a serviço das empresas. O Estado neoliberal imprimiu um ethos mercantilista ao conceito de Educação ao Longo da Vida, reconceituando a Educação

Permanente, e a Unesco não se posicionou claramente em favor de uma concepção de Educação ao Longo da Vida que defendesse outros princípios.

O autor ainda afirma que nos anos 1970 não havia a conotação que temos hoje para “Educação ao Longo da Vida” e “Aprendizagem ao Longo da Vida”, que segundo Gadotti (2016, p. 4) “traduziam a expressão inglesa “Lifelong Education” e “Lifelong Learning”. Essas expressões traduziam as mesmas intenções, os mesmos pressupostos”. O que aconteceu na sequência e até hodiernamente foi um distanciamento por completo das raízes iniciais, conclui o autor.

Na mesma direção, pesquisas de Licínio Lima (2007; 2010), apresentam que essa expressão foi se resignificando, a partir da ideologia reinante da OCDE e do Banco Mundial, integrando-se cada vez mais ao discurso da chamada racionalidade econômica que acabou sendo mais uma vez resignificado pelo neoliberalismo.

Conforme citado por Bueno (2020, p. 38) para a garantia da capacitação e qualificação do corpo técnico-administrativo em educação do IFSULDEMINAS, “existem ações e programas instituídos e consolidados que estimulam e apoiam o desenvolvimento dos servidores”. As ações de capacitação, qualificação e desenvolvimento de pessoal do IFSULDEMINAS têm como propósito implementar, desenvolver e aperfeiçoar programas de qualificação, de capacitação e de formação continuada para todos os servidores técnico-administrativos e docentes. A capacitação garante o acesso, a permanência e a formação ampliada, para realização profissional, cidadania e para o cumprimento dos objetivos institucionais, certificando a participação em eventos técnicos e científicos, além de cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e programas de mestrado e doutorado. (PDI, 2018).

A capacitação no âmbito da administração pública, conforme corrobora Xerique (2011, p. 22), permite manter um padrão de qualidade das ações e o interesse dos servidores em participar, podendo ser conceituada de acordo com o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), Lei nº 11.091/2005, “como um processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais”.

Essa participação em algum tipo de capacitação se refere a “Educação ao Longo da Vida” e “Aprendizagem ao Longo da Vida”, em inglês “*Lifelong Education*” e “*Lifelong Learning*”. Essas expressões significam as mesmas ações, as mesmas intenções. Conforme demonstram os estudos de Lima (2007, 2010).

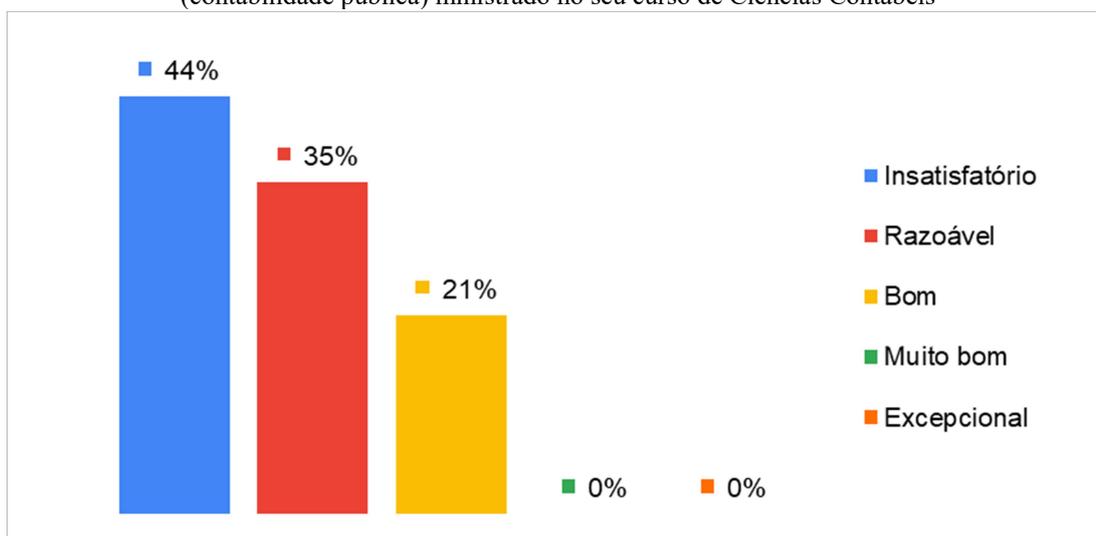
Quanto maior a participação dos sujeitos envolvidos na Educação ao Longo da Vida, melhores serão os resultados relacionados à qualidade da educação. A qualidade da Educação passa necessariamente pela participação dos sujeitos ou dos autores escolares no processo de gestão escolar, nas decisões. Sem participação não há eficácia no ensino e nem na aprendizagem; não há qualidade de educação (ARAÚJO; ANDRADE, 2011, p. 50 apud LIMA, 2011).

### **5.2.2 PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DO IFSULDEMINAS SOBRE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

O termo “percepção”, por ser polissêmico, pode ser abordado por diversas perspectivas, tais como: filosófico, semiótico, mercadológico, entre outros. É importante explicitar nesta pesquisa o que se entende por percepção: o termo percepção vem do latim *perceptio, ónis*, que significa compreensão, faculdade de perceber; ver (HOUAISS, 2002). Ainda neste dicionário encontramos as seguintes definições para o termo que são mais adequadas para a compreensão desta pesquisa: “faculdade de apreender por meio dos sentidos ou da mente; função ou efeito mental de representação dos objetos; sensação, senso e o ato de exercer essa função; consciência dos elementos do meio ambiente através das sensações físicas; ato, operação ou representação intelectual instantânea, aguda, intuitiva; entre outros”.

Portanto, a opção desta pesquisadora foi caminhar na direção interdisciplinar que de acordo com Fazenda (2013, p. 18), “o que caracteriza a atitude interdisciplinar é a ousadia da busca, da pesquisa”, capazes de transpor barreiras pelo desejo de criar, de inovar e de ir além. Ou seja, por meio da atitude interdisciplinar na pesquisa é possível abrir os olhos em múltiplas direções.

Gráfico 8: Como você avalia o componente curricular contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no seu curso de Ciências Contábeis



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 10: Como você avalia o componente curricular contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no seu curso de Ciências Contábeis

Avaliação do CASP na formação acadêmica	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Insatisfatório	3	22%	3	22%	0	0%	0	0%	6	44%
Razoável	1	7%	2	14%	1	7%	1	7%	5	35%
Bom	2	14%	0	0%	0	0%	1	7%	3	21%
Muito bom	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Excepcional	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	6	43%	5	36%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Em relação à avaliação do componente curricular CASP ministrado no curso de Ciências Contábeis durante a formação acadêmica dos contadores, os resultados evidenciaram que 44% dos contadores consideraram como insatisfatório, 35% como razoável e 21% como bom. Além disso, os resultados revelam que a maioria dos contadores não se sente devidamente preparados com base nas normas e nos padrões internacionais. Depreende-se que esta lacuna curricular não deveria existir se houvesse um acompanhamento efetivo pelas instituições de ensino das mudanças ocorridas na regulamentação da CASP. Portanto, existe a necessidade de treinamento para que esses contadores obtenham conhecimentos sobre o componente curricular CASP, de conteúdos que deveriam ter sido oferecidos na graduação.

Considerando os processos de mudanças e todos os aspectos legais envolvidos na contabilidade pública, na formação dos contadores, o componente específico e obrigatório, o ensino dos conhecimentos das NBCASP deve estar contido no Projeto Pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis, com propósito de formar profissionais

que dominem o campo do conhecimento como um todo, tendo condições de aplicá-lo em ramos específicos, como a contabilidade do setor público, assim é que, segundo a DCN nº 10 (2004, p. 3) do curso de Ciências Contábeis estabelece que os:

conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.

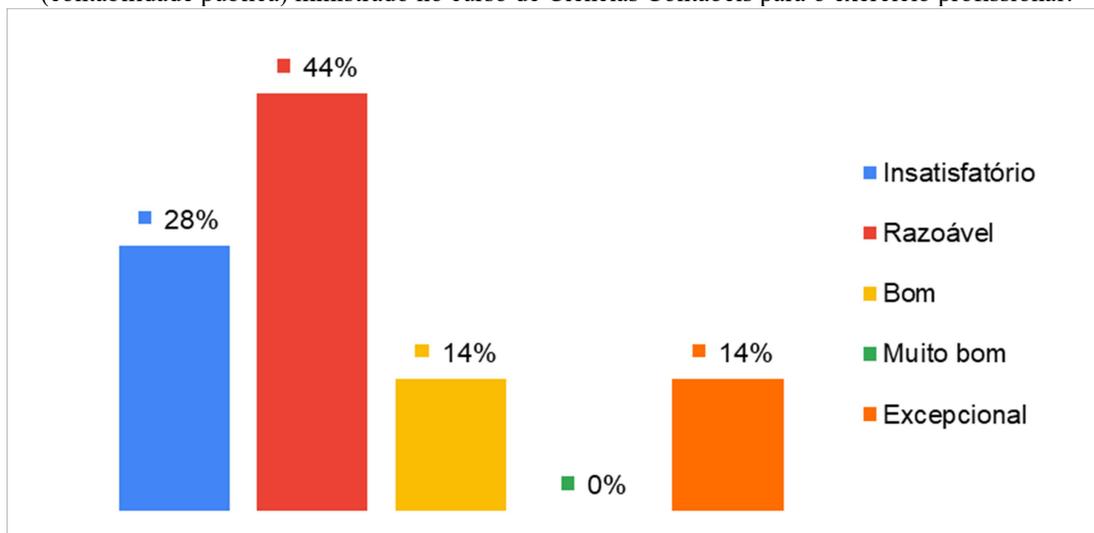
Neste mesmo sentido, Vicente, Moraes e Plantt Silva (2012) afirmam que inicialmente a adoção das NBCASP ocorreu de forma facultativa a partir de suas publicações no ano de 2008. Ainda em 2008, o CFC, visando à promoção do desenvolvimento conceitual, o fortalecimento institucional da gestão pública e as convergências às normas internacionais de Contabilidade, publicou as primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS). (CFC, 2012).

A partir de janeiro de 2010, a adoção dessas normas tornava-se obrigatória. Porém, existem casos em que legislações específicas orientam quando a adoção inicial das normas, onde os órgãos poderiam adotá-las a partir do prazo estabelecido pela legislação específica.

No que se refere ao processo de convergência internacional da Contabilidade, Santos, Domingues e Ribeiro (2011, p. 2), mencionam que “[...] o processo de convergência internacional da contabilidade dirigido pelo *International Accountant Standards Board* (IASB) também justifica a adoção de um currículo internacional de contabilidade”. No entanto, com a adoção das normas internacionais de contabilidade haveria uma necessidade ainda maior por profissionais capacitados e capazes de atender a demanda do mercado, em relação aos serviços de finanças e contabilidade. (MACIEL, *et al.*, 2015).

Corroboram Segantini *et al.* (2010) ao expressarem que, ao se criar uma referência na qualificação dos bacharéis em Ciências Contábeis em nível mundial, qualificando-os para melhor atender as economias globais, promoveria assim, harmonização contábil quanto à formação do profissional contábil.

Gráfico 9: Como você avalia a utilidade do conteúdo contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no curso de Ciências Contábeis para o exercício profissional?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 11: Como você avalia a utilidade do conteúdo contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no curso de Ciências Contábeis para o exercício profissional?

Utilidade do CASP na formação acadêmica	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Insatisfatório	2	14%	2	14%	0	0%	0	0%	4	28%
Razoável	2	14%	3	23%	0	0%	1	7%	6	44%
Bom	1	7%	0	0%	0	0%	1	7%	2	14%
Muito bom	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Excepcional	1	7%	0	0%	1	7%	0	0%	2	14%
Total	6	42%	5	37%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Ao buscar identificar na questão: Como você avalia a utilidade do conteúdo Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Contabilidade Pública) ministrado no curso de Ciências Contábeis para o exercício profissional, percebe-se a partir das análises das respostas dos contadores do IFSULDEMINAS, que 44% consideram razoável o conteúdo oferecido no componente curricular CASP para o exercício profissional, 28% consideram insatisfatório, 14% consideram bom e 14% excepcional. Para tanto diante dos resultados acima e considerando também o conteúdo da Contabilidade Pública constante nos PPCs de Ciências Contábeis das IES pesquisadas, pode-se observar a necessidade de aprimoramento do seu conteúdo não somente com a carga horária mas, principalmente com coerência entre o conteúdo programático e a disponibilidade de horário para o docente ministrá-lo. Vale ressaltar que tal afirmativa é feita com base na análise dos PPCs, ocasião em que constatamos insuficiência da carga horária em todas as instituições, exceto em uma.

Diante dos resultados apresentados pelos contadores do IFSULDEMINAS 72%

dos respondentes consideraram como insatisfatório e razoável o conteúdo da Contabilidade Pública oferecido na graduação. Consequentemente quando do exercício profissional, fica a sensação que ficou faltando algum conhecimento a ser ministrado. Ressalta-se que parte destes profissionais concluíram suas graduações antes da convergência aos padrões internacionais e não tiveram tais conteúdos programáticos na graduação de Ciências Contábeis. Isso se deve à época em que estes contadores concluíram seus estudos. Já os outros profissionais tiveram a disciplina CASP incluída nos conteúdos programáticos dos cursos Ciências Contábeis, porém, de forma superficial, com carga horária inferior à necessária, e ministrada logo nos primeiros semestres do curso, o que não é o ideal para ministrar tal disciplina como comentado anteriormente.

No entanto, devido à complexidade da disciplina Contabilidade Pública, o emaranhado de leis, portarias, regulamentos pertinentes a sua execução foi possível inferir a importância de uma carga horária compatível com o conteúdo mínimo deste componente curricular, para que se possam formar profissionais mais capacitados para atuação na área, além de atender de forma satisfatória o que é proposto pelo CFC e as NBCASP. Uma outra discrepância observada nos PPCs analisados foi a oferta da disciplina CASP nos primeiros semestres considerando sua especificidade e complexidade, ocasião que os alunos ainda estão sendo alfabetizados em relação a linguagem dos negócios. É recomendável que os núcleos docentes estruturantes dos cursos tenham autonomia e independências suficientes para construir um projeto pedagógico de acordo com as regras curriculares estabelecidas pelos instrumentos regulatórios. No que tange aos demais resultados da pesquisa, por meio das análises das ementas das IES, constatou-se que os contadores do IFSULDEMINAS tiveram a disciplina CASP incluída no conteúdo programático do curso de Ciências Contábeis, atendendo o que é proposto pelo MEC, CFC, em consonância com as normas nacionais e internacionais de contabilidade. Desta forma, esses profissionais vivenciaram e experimentaram “o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade para entidade pública, o qual se tornou realidade a partir de 2008”. (PICOLLI; KLANN, 2015, p. 427).

Conforme nos relata Andrade (2002), é necessário que o processo educacional além de formar ideologicamente o indivíduo, seja também competente, com o objetivo de recuperar a centralidade da educação para o desenvolvimento. O ensino da Contabilidade Pública é muito importante não devendo limitar-se tão somente à

prestação de contas aos cofres públicos, por meio de dispositivos legais e constitucionais, mas sim, mostrar a busca pela *compliance* e a transparência nos demonstrativos financeiros. Cabe destacar, que o perfil do profissional contador está relacionado com a sua formação acadêmica advinda do currículo prescrito.

Para melhor entendimento recorreremos a Franco *et al.* (2020, p. 3) para entender que “para o desenvolvimento do referido estudo, utilizamos da descrição, da compreensão, do significado, interpretando os fenômenos históricos e teóricos do conceito de currículo [...]”. As autoras se apoiam em diversos autores entre eles Aplle (2006) para analisar a relação entre currículo e pedagogia crítica, tendo como premissa a análise relacional e situacional envolvendo os aspectos curriculares, ideológicos, políticos, sociais e culturais. Justifica-se a necessidade de compreendermos melhor sobre currículo e educação escolar e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem que nas palavras de Aplle (2006, p.54),

Embora discutir a política do currículo escolar seja algo muito mais corriqueiro do que há vinte e cinco anos atrás discutir currículo é um dos assuntos mais instigantes e criteriosos de como a ideologia de fato permeia e trespassa todos os currículos escolares sejam eles manifestamente públicos ou fechados e obscuros.

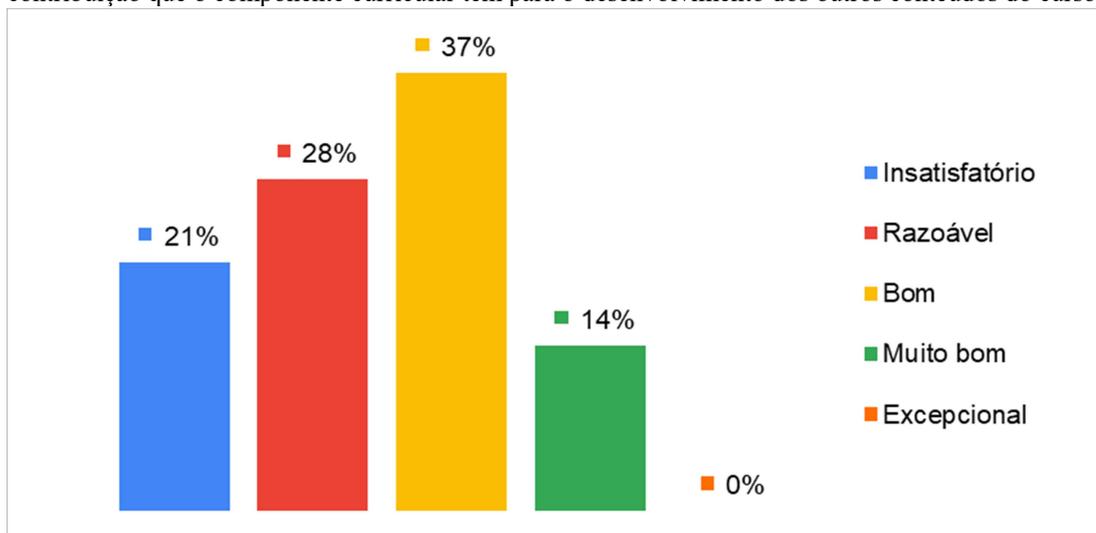
O autor ainda afirma que ao delimitar o papel social básico do componente curricular, o conteúdo oferecido deveria desempenhar “a questão fundamentalmente social e econômica a preocupar esses teóricos que formaram a área da era da industrialização e de sua concomitante divisão do trabalho” (APLLE, 2006, p. 108).

Portanto, entender como a elaboração do PPC define o perfil do egresso e conseqüentemente de qual tipo de sociedade se pretende construir, é fundamental para a formação basilar desse profissional.

No que se refere à questão de número 10, questionou-se quais as principais vantagens apresentadas no componente CASP e procurou-se saber qual o nível de concordância para didática magna, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos. E de ensinar com tal certeza, que seja impossível não conseguir bons resultados.

Nesta direção, esta questão foi subdividida em duas perguntas para se obter as informações relacionadas com a interação dos professores do componente curricular CASP em demonstrar a contribuição que esta disciplina tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso e que estão demonstradas a seguir:

Gráfico 10: Houve uma grande interação entre os professores que sempre procuraram demonstrar a contribuição que o componente curricular tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 12: Houve uma grande interação entre os professores que sempre procuraram demonstrar a contribuição que o componente curricular tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso?

Interação do professor: CASP/Demais conteúdos	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Insatisfatório	1	7%	2	14%	0	0%	0	0%	3	21%
Razoável	2	14%	0	0%	1	7%	1	7%	4	28%
Bom	1	7%	3	23%	0	0%	1	7%	5	37%
Muito bom	2	14%	0	0%	0	0%	0	0%	2	14%
Excepcional	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	6	42%	5	37%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Ao buscar identificar o resultado na questão: se houve uma grande interação entre os professores que sempre procuraram demonstrar a contribuição que o componente curricular tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso, percebe-se, a partir das análises das respostas dos contadores do IFSULDEMINAS, que 49% consideraram insatisfatório ou razoável, 37% consideraram bom e apenas 14% muito bom.

Na percepção dos contadores, a maioria não conseguiu perceber a integração que o componente curricular CASP poderia ter com os outros componentes da graduação.

Diante desse resultado, fomos impelidos a uma análise mais detalhada nos PPCs dos cursos em questão, a fim de conhecer se havia alguma referência a interdisciplinaridade:

Na reformulação deste projeto pedagógico, adotou-se a interdisciplinaridade como ação e prática pedagógica, tornando-a foco dos estudos na elaboração de projetos interdisciplinares, baseados em diversos autores, principalmente

Paulo Freire (1989) o<sup>4</sup> qual, como norteador dos estudos nessa perspectiva, entendia que a interdisciplinaridade é uma prática de integração de diversos componentes curriculares, passando de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária. (UNIVAS, 2018, p.43).

Como se observa no recorte acima há uma preocupação do núcleo docente estruturante do curso (NDE) com a adoção da interdisciplinaridade que, no dizer do documento, é o caminho possível “para promover a articulação dos saberes e considerar a complexidade das relações e a possibilidade da construção do conhecimento, a partir do diálogo entre as diferentes perspectivas pelas quais os indivíduos percebem a realidade” (UNIVAS, 2018, p.43). E ainda o PPC recorre à Fazenda (1991) que corrobora ao fundamentar a interdisciplinaridade no diálogo entre os conteúdos e os participantes do processo educativo.

Nessa mesma direção, foi verificado no PPC do CESEP (2018) que:

A metodologia de ensino-aprendizagem é baseada na “concepção programática de formação e desenvolvimento humano”. Está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos. (CESEP, p. 25).

Muito embora haja referência no PPC do CESEP (2018, p. 25) do “comprometimento com a interdisciplinaridade” não foi possível aprofundar a análise uma vez que foi encontrada nenhuma fundamentação científica para a afirmação.

Ainda, referente ao Projeto Pedagógico do Curso da Universidade Federal de Viçosa,

Na estrutura curricular há uma pluralidade de técnicas e ferramentas no processo de ensino-aprendizagem, bem como existe a preocupação com a interdisciplinaridade entre os diversos conteúdos, buscando-se a oferta de uma formação mais sistêmica e com interfaces entre os conhecimentos. Para a interdisciplinaridade, busca-se realizar debates ou seminários de conhecimentos para se integrarem, além da integração vertical entre as disciplinas, por meio da introdução de questões relativas aos saberes adquiridos pelo discente em semestres anteriores (UFV, 2018, pg. 19).

Observa no referido projeto um subitem tratando especificamente da interdisciplinaridade apenas como uma preocupação do corpo docente e não uma ação efetiva de tal prática, além do que, à semelhança do anterior, não há uma fundamentação teórica que sustente as afirmações das práticas preconizadas, com ausência total de citações no texto e nas referências neste caso inexistente.

---

<sup>4</sup> FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989. FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: um projeto em parceria. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

A interdisciplinaridade é uma preocupação constante do corpo docente, desde a elaboração detalhada dos planos de ensino das disciplinas, como também na utilização de outras metodologias de ensino-aprendizagem que, sempre que possível, poderão atender às necessidades de todas as disciplinas do semestre. A interdisciplinaridade é viabilizada entre os diversos conteúdos buscando coerência com a necessidade de ofertar institucionalmente uma formação mais sistêmica e comprometida com a construção de um profissional capaz de estabelecer relações e perceber as interfaces entre conhecimentos. São realizados debates ou seminários interdisciplinares e até mesmo viagens ou visitas técnicas em que as variadas facetas do conhecimento possam estar integradas e articuladas. A interdisciplinaridade pode ocorrer, também, por meio da adoção de avaliações interdisciplinares, elaboradas em conjunto por professores de um mesmo semestre letivo (UFV, 2018, pg. 27).

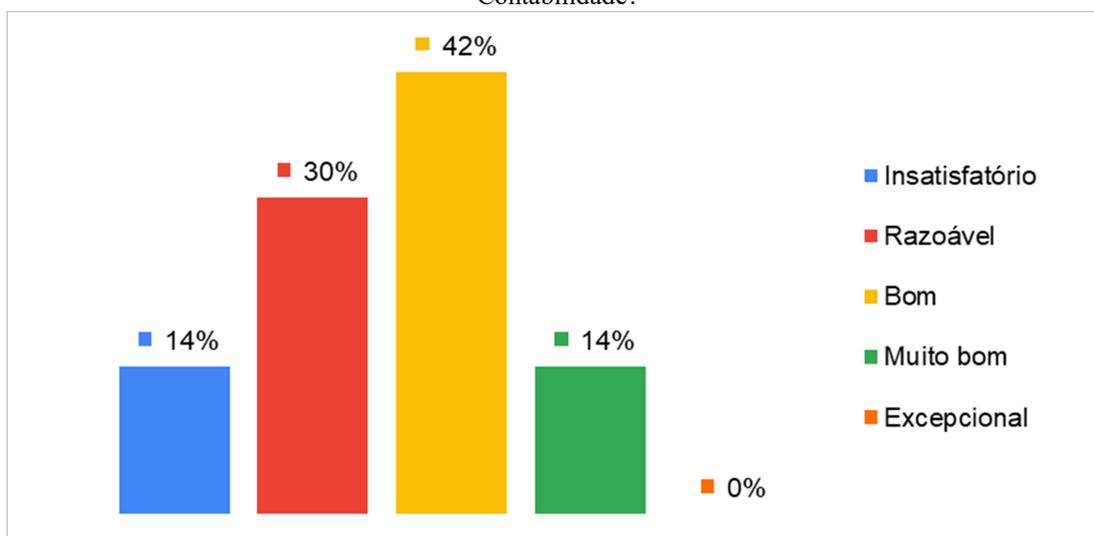
Por outro lado contrariando as determinações do órgão regulador não foram encontrados os projetos pedagógicos da UNIFEG, da ESTÁCIO e do CNEC embora tenha sido enviado após solicitação via e-mail, entretanto não há nenhuma menção sobre a interdisciplinaridade ao longo do projeto.

Diante dos resultados apresentados acima fica evidente a necessidade de se distinguir quais são as metas estabelecidas para o desempenho do professor ao ensinar, pois o interesse do professor ao se apropriar e do que é preconizado no PPC possibilita o exercício da interdisciplinaridade de uma maneira natural inclusive utilizando-se dos recursos do currículo oculto<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Para Apple (2006, p. 125), o currículo oculto incute no aluno disposições e propensões que possam ser funcionais, em sua vida futura, em uma ordem social e econômica. Apesar da ênfase na importância do conflito, tanto para a transformação da ciência como da sociedade, a análise tende a realçar o papel reprodutor do currículo oculto, refletindo o caráter determinista das teorias da reprodução.

Gráfico 11: Foi possível perceber a integração apenas nos componentes curriculares específicos de Contabilidade?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 13: Foi possível perceber a integração apenas nos componentes curriculares específicos de Contabilidade?

Integração componentes curriculares de contabilidade	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Insatisfatório	0	0%	2	14%	0	0%	0	0%	2	14%
Razoável	3	23%	0	0%	0	0%	1	7%	4	30%
Bom	2	14%	2	14%	1	7%	1	7%	6	42%
Muito bom	1	7%	1	7%	0	0%	0	0%	2	14%
Excepcional	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	6	44%	5	35%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Ao buscar identificar o resultado na questão, foi possível perceber a integração apenas nos componentes curriculares específicos de Contabilidade. Também se percebe, a partir das análises das respostas dos contadores do IFSULDEMINAS, que 44% consideraram insatisfatório ou razoável, 42% consideraram bom e apenas 14% muito bom.

Nesse sentido cabe uma análise mais acurada, em relação ao quesito anterior, se houve uma grande interação entre os professores que sempre procuraram demonstrar a contribuição que o componente curricular tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso, quando 49% consideraram insatisfatório ou razoável, 36% consideraram bom e apenas 14% muito bom. Parece haver uma discordância entre os que consideram insatisfatório ou razoável que merece ser destacado, enquanto entre os que consideraram bom houve concordância.

Para entender um pouco mais a importância da interdisciplinaridade como processo que envolve um caminho na forma de agir e de perceber as possibilidades,

vamos recorrer à Silva (2013, p. 119) que afirma que:

a interdisciplinaridade representa a possibilidade de promover a superação da dissociação das experiências escolares entre si, como também delas com a realidade social. Ela emerge da compreensão de que o ensino não é tão somente um problema pedagógico, mas também um problema epistemológico.

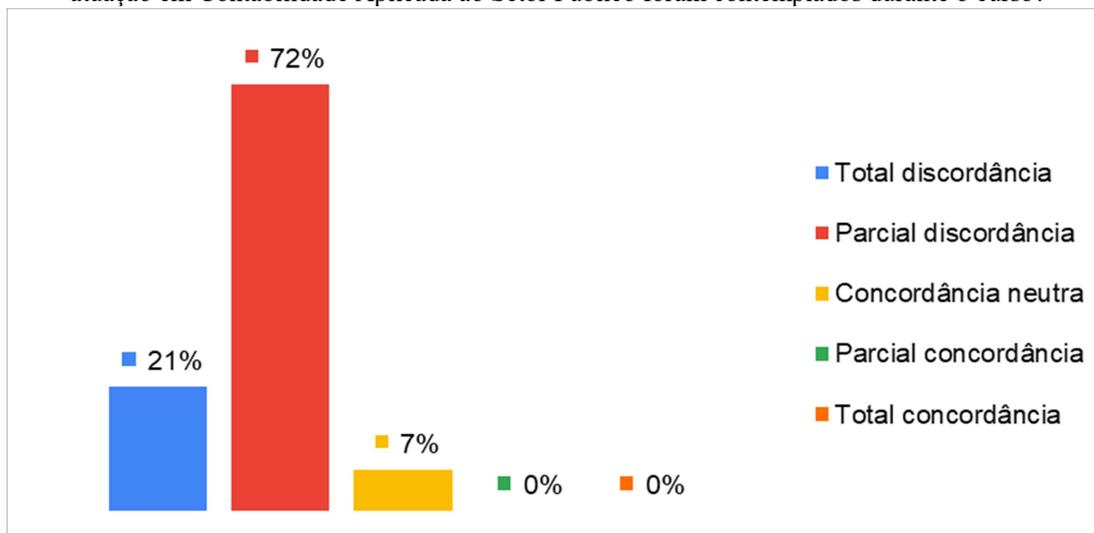
Nessas condições a autora amplia e amplifica o olhar sobre a interdisciplinaridade vaticinando que o ensino não é somente pedagógico, pois ele vai muito além a ponto de se constituir um problema epistemológico isto é, um problema da ciência como um todo.

A autora comenta que “a interdisciplinaridade impõe-se, pois, não só como forma de compreender e melhorar o mundo, mas também como uma exigência interna das ciências que buscam o restabelecimento da unidade perdida do saber”. (SILVA, 2013, p. 2).

Diante da necessidade demonstrada nas respostas dos contadores os cursos carecem de uma atitude interdisciplinar para que a prática de sala de aula seja mais efetiva e percebida pelos alunos no ensino superior.

Para Fazenda (1994, p. 23) “é o apoio à ciência e à pesquisa. Possibilita eliminar a distância existente entre a formação escolar e atividade profissional.” A professora Ivani Fazenda descortina novos olhares para que o professor bacharel compreenda melhor as situações da sala de aula na realidade e do aluno trabalhador, isto é, o aluno que trabalha durante o dia para estudar a noite.

Gráfico 12: Atualmente, como profissional, considero que todos os conhecimentos necessários para à atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram contemplados durante o curso?



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 14: Atualmente, como profissional, considero que todos os conhecimentos necessários para à atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram contemplados durante o curso?

Percepção profissional	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total discordância	0	0%	2	14%	0	0%	1	7%	3	21%
Parcial discordância	5	36%	3	22%	1	7%	1	7%	10	72%
Concordância neutra	1	7%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Parcial concordância	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total concordância	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	6	43%	5	36%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Como se observa nos resultados demonstrados acima há quase uma unanimidade em relação à qualidade do conteúdo componente curricular CASP uma vez que 93% dos contadores respondentes concordam que não há transmissão de todos os conhecimentos necessários para a atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público durante o curso.

Não obstante, recortamos dois PPCs das universidades que foram objetos de análise documental e que estabelecem no subitem perfil do egresso que:

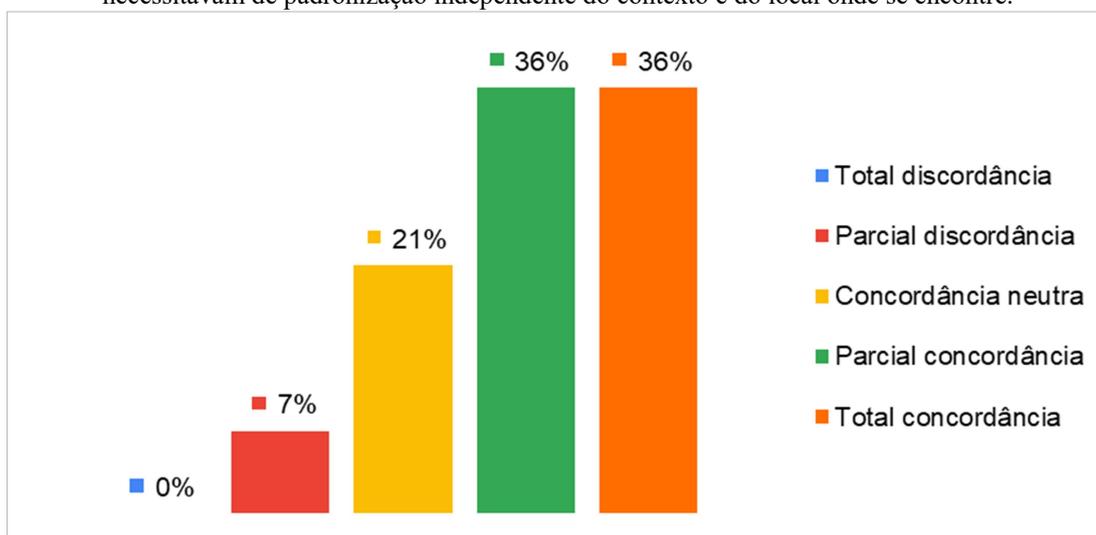
exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e **governamentais**, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou **institucional** o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à **prestação de contas** de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania (UNIVAS, 2019, p. 19), grifo nosso.

Neste recorte do PPC da segunda universidade há também referência à atuação do egresso na área pública:

O curso formará um egresso com possibilidades de atuar nos **mercados público** e privado, com conhecimentos que compreendam atividades de análise e interpretação dos fatos que afetam o patrimônio das **entidades** nos variados segmentos de atuação contábil, sendo: financeiro, tributário, gerencial, auditoria, perícia contábil, arbitragem e atuarial em distintas instituições. Tudo, em consonância e harmonia com as normas e padrões nacionais e internacionais aplicados à Contabilidade e áreas afins, e as peculiaridades das organizações. (UFV, 2018, p. 16), grifo nosso.

Como se observa na intencionalidade curricular os dois projetos contemplam conteúdos e a intenção de trabalhar tais conteúdos eficazmente, entretanto parece que tal não ocorreu durante o desenvolvimento no curso.

Gráfico 13: As informações contábeis devem ser de fácil compreensão para todo e qualquer usuário. A manipulação e análise de tais informações, bem como as avaliações das situações das entidades necessitavam de padronização independente do contexto e do local onde se encontre.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 15: As informações contábeis devem ser de fácil compreensão para todo e qualquer usuário. A manipulação e análise de tais informações, bem como as avaliações das situações das entidades necessitavam de padronização independente do contexto e do local onde se encontre.

Percepção de padronização	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total discordância	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Parcial discordância	1	7%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Concordância neutra	1	7%	1	7%	0	0%	1	7%	3	21%
Parcial concordância	3	22%	1	7%	1	7%	0	0%	5	36%
Total concordância	1	7%	3	22%	0	0%	1	7%	5	36%
Total	6	43%	5	36%	1	7%	2	14%	14	100%

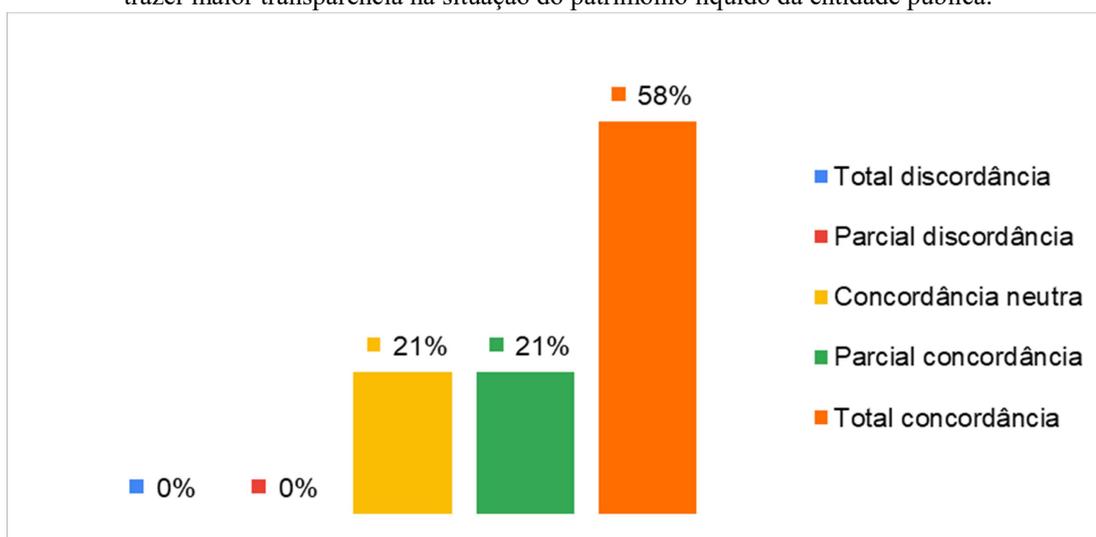
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Como se observa no resultado apresentado acima, acerca de como as informações contábeis devem ser de fácil compreensão para quaisquer usuários, à semelhança da

questão anterior cerca de 72% dos respondentes concordam que as peças produzidas pela Contabilidade Pública devem ser de fácil compreensão para qualquer leitor, sendo que 21% nem discordaram nem concordaram.

Carvalho (2019, p. 59), afirma que isso acontece no mundo a partir da padronização/globalização imposta pelos organismos internacionais. Ou seja: “tudo está relacionado à globalização, como um processo em funcionamento e por isso se fala em mudança de filosofia, postura e pensamento, essência sobre a forma”. Tal afirmação corrobora sobremaneira com o entendimento da maioria dos respondentes. E o autor conclui seu raciocínio destacando a importância da: “análise de riscos e benefícios sobre a propriedade jurídica e em normas que são determinadas por princípios, aquilo que não deve mudar, ou que se deve adotar”.

Gráfico 14: Com o processo de convergência às normas internacionais, foram instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional, os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, tendo como objetivo trazer maior transparência na situação do patrimônio líquido da entidade pública.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 16: Com o processo de convergência às normas internacionais, foram instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional, os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, tendo como objetivo trazer maior transparência na situação do patrimônio líquido da entidade pública.

Percepção de transparência	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total discordância	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Parcial discordância	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Concordância neutra	1	7%	1	7%	0	0%	1	7%	3	21%
Parcial concordância	1	7%	0	0%	1	7%	1	7%	3	21%
Total concordância	4	29%	4	29%	0	0%	0	0%	8	58%
Total	6	43%	5	36%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Como se observa no resultado apresentado com vistas ao processo de convergência às normas internacionais, instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional, 58% dos contadores respondentes manifestaram total concordância, 21% parcial concordância e 21% não concordam nem discordam de que os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, vão possibilitar maior transparência na situação do patrimônio líquido da entidade pública.

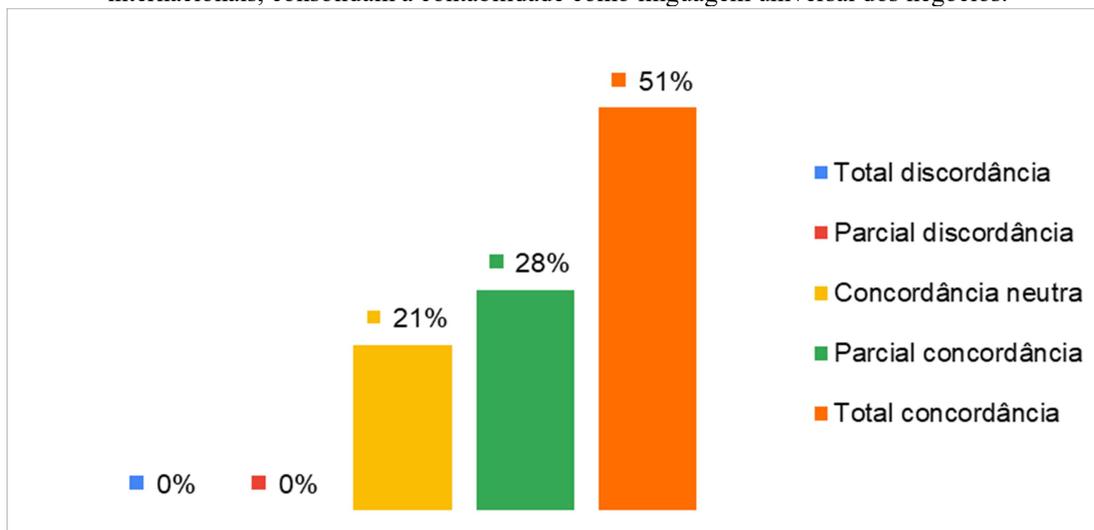
Fundamenta-se essa afirmativa em um recorte da Tese de doutorado de Carvalho (2019, p.58) quando afirmava que “essas novas normas brasileiras - convergentes às normas internacionais de contabilidade - estabelecem que as empresas do país busquem maior transparência nas suas demonstrações, com base em informações compreensíveis, relevantes, confiáveis e comparáveis”. Acrescenta-se a essa afirmativa as instituições públicas principalmente em razão da característica de sua receita.

Nesse mesmo sentido, o autor parece concordar que: “para o Brasil, convergir para as normas internacionais de contabilidade constitui vantagem importante porque proporciona aos investidores estrangeiros informações contábeis consideradas confiáveis e comparáveis”.

Isso posto, nos remete ao que o Banco Mundial define como governança: "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento." (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 1). Paiva (2018) também ressalta em sua Tese que esse conceito é pertinente à governança do setor público, e ainda destaca que o termo governança foi cunhado, primeiramente, na esfera pública. Assim, continua o autor, “a governança surgiu para reforçar as instituições da sociedade civil e tornar os governos mais responsáveis, transparentes e democráticos”. Cabe destacar que os conceitos definidos pelo Banco Mundial, bem como seus processos para uma boa governança na área pública, são bem próximos daqueles aplicados à área empresarial.

Na administração, independentemente de ser pública ou privada a *accountability* é considerada um aspecto central da governança, tanto na controladoria quanto na contabilidade de custos os agentes da governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões. (PAIVA, 2018, p. 56).

Gráfico 15: A necessidade de harmonização das práticas contábeis apresentadas pelos órgãos internacionais, consolidam a contabilidade como linguagem universal dos negócios.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 17: A necessidade de harmonização das práticas contábeis apresentadas pelos órgãos internacionais, consolidam a contabilidade como linguagem universal dos negócios.

Linguagem Universal	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total discordância	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Parcial discordância	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Concordância neutra	1	7%	0	0%	0	0%	2	14%	3	21%
Parcial concordância	2	14%	1	7%	1	7%	0	0%	4	28%
Total concordância	3	21%	4	30%	0	0%	0	0%	7	51%
Total	6	42%	5	37%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Como se observa no resultado apresentado, quando indagados se a prática das harmonizações contábeis apresentadas pelos órgãos internacionais, consolidam a Contabilidade como linguagem universal dos negócios, 51% dos contadores respondentes manifestaram total concordância e 28% parcial concordância o que nos leva a entender que a maioria concordou com afirmativa de que a Contabilidade é a linguagem dos negócios.

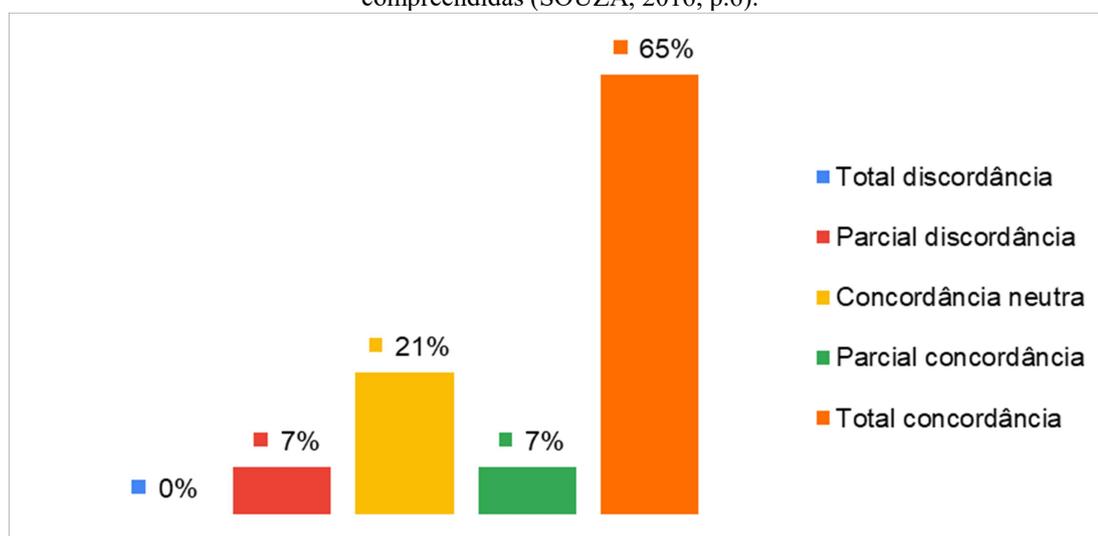
Em contrapartida Apple (2006) faz um importante alerta sobre a globalização, que tende a padronizar inclusive as vontades e as identidades dos homens e que os Estados Unidos se colocando como modelo único, verdadeiro e eficiente de cultura, desconsidera todas as especificidades das demais linhas de cultura do mundo.

Consoante a isso, Apple (2006, p. 178) mostra-se radicalmente contra o modelo educacional pautado na lógica de mercado, em que os parâmetros avaliativos de eficiência, excelência, qualidade, dentre outros estão distantes da realidade das “escolas de verdade”, ou seja, contra a mercantilização da educação, onde os interesses

econômicos de grandes grupos empresariais reduzem a escola a uma fábrica de profissionais qualificados e descarta aquele que não se adapta aos padrões preestabelecidos, deixando-o à marginalidade do processo.

Assim, a definição curricular pode acontecer de forma democrática na escola por meio da participação dos alunos, pais, funcionários, comunidade e sociedade civil e do poder público e só por meios de práticas democráticas e participativas da gestão escolar e de todos os atores envolvidos no sistema é possível se estabelecer uma seleção curricular mais justa. Não obstante, a escola é um dos locais onde o poder desigual pode ser reproduzido, pode se manter ou pode ser enfrentado. (APPLE, 2006).

Gráfico 16: O processo de harmonização das práticas contábeis tornará as relações comerciais/financeiras entre os países, de fácil relação na busca de melhorias e troca de informações que serão esclarecidas e compreendidas (SOUZA, 2016, p.6).



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Tabela 18: O processo de harmonização das práticas contábeis tornará as relações comerciais/financeiras entre os países, de fácil relação na busca de melhorias e troca de informações que serão esclarecidas e compreendidas (SOUZA, 2016, p.6).

Relação internacional	A		B		C		D		Geral	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total discordância	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Parcial discordância	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%	1	7%
Concordância neutra	2	14%	0	0%	0	0%	1	7%	3	21%
Parcial concordância	1	7%	0	0%	0	0%	0	0%	1	7%
Total concordância	3	21%	5	37%	1	7%	0	0%	9	65%
Total	6	42%	5	37%	1	7%	2	14%	14	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2020).

Percebe-se no resultado apresentado, que cerca de 72% dos participantes da pesquisa concordam total ou parcialmente que o processo de harmonização das práticas contábeis facilitará as relações comerciais/financeiras entre os países. Entretanto, 21%

dos contadores respondentes se mantiveram neutros, isto é, nem a favor nem contra e apenas 7% apresentaram uma discordância parcial.

Diante deste resultado parece-nos que há um entendimento da maioria de que a harmonização das práticas contábeis nada mais é que manter as particularidades de cada país, mas buscando ao mesmo tempo unir os aspectos contábeis e criar um modelo a ser seguido por todos, que visa à informação e compreensão de todos os modelos a serem seguidos, para que, por exemplo, as demonstrações contábeis produzidas nos países da Europa sejam entendidas por brasileiros e vice e versa.

Dessa forma, o que se observa, segundo o que Carvalho (2019, p. 14) afirma “é que a Contabilidade é tida como a *linguagem dos negócios* e a linguagem é constitutiva de todas as outras ciências, de todos os profissionais da Contabilidade e das outras áreas do conhecimento”. Logo, o autor continua reafirmando que todas as ciências “dependem da linguagem para construir, representar e comunicar sua arte e sua técnica aos seus pares e a toda a comunidade”.

Assim foi possível inferir nos resultados coletados que a harmonização objetiva uma prática estandardizada a fim de possibilitar uma redução das diferenças nas práticas contábeis, mas não na sua eliminação, visto que ela busca homogeneizar em termos internacionais, os princípios da Contabilidade, fazendo com que a linguagem se torne uniforme, possibilitando maior transparência na gestão pública ou privada sem se descuidar da prática do *compliance*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho buscou-se analisar o nível de compatibilidade entre os conteúdos do componente curricular CASP, constantes dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) de graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente da região do Sul de Minas Gerais, nas quais os contadores do IFSULDEMINAS concluíram suas graduações. Tais PPCs foram elaborados de acordo com a proposta curricular por um grupo de coordenadores de curso e publicados pelo CFC, as NBCASP e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Sobretudo, ao pesquisar e analisar os PPCs e os respectivos currículos das sete IES com o propósito de nos inteirarmos sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com fundamento no que foi pesquisado, procurou-se responder ao problema de pesquisa do presente trabalho, bem como, aferir em que medida os objetivos específicos foram alcançados.

Ao analisar os PPCs e os respectivos currículos das IES com intuito de inteirar-se sobre o grau de atualização da ementa do componente curricular CASP, concluímos ao longo da pesquisa realizada conforme textualizado na seção III, que tais resultados apontam que, algumas IES pesquisadas, estão comparativamente distantes das propostas curriculares sugeridas pelo CFC e dos conteúdos das NBCASP. Observou-se que da amostra das sete IES, apenas uma atingiu a proposta do CFC e das NBCASP, talvez em razão da participação da coordenação do curso em eventos nacionais e regionais da classe contábil.

Cabe ressaltar que a nomenclatura utilizada pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), difundida pelo CFC em suas normas e apoiada pela literatura para o componente de contabilidade relacionado à área pública é “Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, no decorrer da pesquisa foi constatado que as denominações utilizadas em alguns PPCs são ultrapassadas conforme demonstrado nos quadros analíticos dos PPCs. O período em que as disciplinas relacionadas à CASP são oferecidas também foi objeto de estudo nos cursos de Ciências Contábeis das IES, evidenciada nos quadros de um a nove. Observa-se que não há critério estabelecido na maioria dos PPCs, sendo as disciplinas oferecidas do segundo ao quarto ano. Entretanto, considerando os aspectos pedagógicos que devem nortear a elaboração do currículo, entende-se que deve haver uma consolidação da base teórica da disciplina nos primeiros anos, mas que, em

consequência, o oferecimento de componentes curriculares mais específicos como a auditoria, perícia e contabilidade aplicada ao setor público, por exemplo, devem ocorrer nos últimos períodos do curso.

Pode-se notar que, na maioria dos PPCs, o componente curricular CASP é oferecido entre o quinto ao oitavo período quando o discente já reúne conhecimentos básicos suficientes para um aprendizado mais específico e técnico. Vale ressaltar que em tais períodos, presume-se que os alunos possuam desenvolvimento cognitivo e experiencial suficientes sobre a ciência contábil e que lhes proporcione uma melhor apreensão do conhecimento técnico e da sua aplicação ao setor público, uma vez que os conceitos da Contabilidade Pública, por serem muito específicos, evidenciam variados aspectos decorrentes dos atos e fatos da gestão pública.

Diversos autores recomendam que as disciplinas relacionadas à CASP, tenham uma carga horária compatível e suficiente para aplicação do conteúdo programático de forma que permita ao aluno a aprendizagem com qualidade. Os autores recomendam que sejam ofertadas pelas IES a partir do quinto semestre, por entenderem que o aluno já reúne conhecimento necessário para o entendimento das práticas da Contabilidade Pública. Entretanto, foi observado na ementa curricular de uma IES a oferta da disciplina no terceiro período.

Ainda constatamos quando das análises dos PPCs que todos “revelam textualmente” que o curso “está em consonância” com a Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária e duração dos cursos de graduação, bacharelado e está no eixo de Conteúdos de Formação Profissional, porém, pode-se observar a necessidade de aprimoramento com a distribuição da carga horária entre os componentes curriculares. Foi possível inferir que o nível de conformidade entre as ementas utilizadas dos PPCs sob a ótica e à luz dos resultados obtidos na pesquisa, em média, é muito baixo. Confirmou-se a necessidade de uma reorientação curricular no que se refere à quantidade de horas oferecidas bem como ao conteúdo curricular constante do ementário. Também ficou evidenciado nos resultados da pesquisa que para a formação do conhecimento necessário para a atuação dos futuros profissionais na área pública há pouca transparência nos objetivos incutidos em cada componente curricular.

Os resultados da pesquisa demonstram que algumas destas IES pesquisadas estão comparativamente distantes das propostas curriculares pelo CFC e dos conteúdos das normas brasileiras de Contabilidade Pública. Portanto, desatualizados. Observou-se

que apenas uma atingiu a proposta do CFC e das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública. Torna-se uma boa prática que as escolas de graduação apontem seus direcionamentos para a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, recém-convergadas ao setor público, levando em conta, o grau de complexidade das mesmas.

Na sequência da análise foi realizada uma pesquisa com os servidores públicos da área contábil do IFSULDEMINAS, com o desígnio de identificar a percepção destes contadores sobre o processo de convergência às Normas Internacionais, além de conhecer a sua formação acadêmica.

Buscou-se analisar os resultados apresentados com relação aos aspectos, o perfil e as expectativas dos contadores em relação às propostas pedagógicas dos cursos investigados. Foi verificado que houve quase uma unanimidade em relação à qualidade do conteúdo componente curricular CASP uma vez que noventa e três por cento dos contadores respondentes concordaram que não houve o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público durante o curso. Depreende-se que esta lacuna curricular não deveria existir se houvesse um acompanhamento efetivo pelas IES das mudanças ocorridas na regulamentação da CASP. Portanto, conclui-se que existe a necessidade de maior capacitação para que esses contadores obtenham mais conhecimentos sobre o funcionamento da CASP, de conteúdos que deveriam ter sido oferecidos na graduação, que foram buscados por alguns dos respondentes na especialização da pós-graduação.

Neste exercício de identificar a percepção dos contadores do IFSULDEMINAS sobre o processo de convergência às Normas Internacionais e qual o nível de conhecimento sobre as convergências contábeis concluiu-se que a maioria, concordou que a Contabilidade Pública passa por um processo de convergência às normas internacionais e que prática da harmonização contábil apresentada pelos órgãos internacionais ainda não está consolidada em nosso país, ou seja: a contabilidade como linguagem universal. Como instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Considerando os processos de mudanças e todos os aspectos legais envolvidos na Contabilidade Pública, na formação dos contadores, o componente específico e obrigatório, o ensino dos conhecimentos das NBCASP deve estar contido no Projeto Pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis, com propósito de formar profissionais que dominem o campo do conhecimento como um todo, tendo condições de aplicá-lo em ramos específicos como, por exemplo, a Contabilidade do Setor Público.

Acreditamos que outras pesquisas poderão ser realizadas nesse contexto

verificando outros caminhos principalmente em relação ao currículo na acepção de Apple (2006), horário do curso, bem como, do conteúdo programático oferecido. Acresce a isso a importância do docente capacitado e especializado na área, sem esquecer-se da importância da atuação do MEC em relação às avaliações por ocasião do credenciamento de cursos e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Sabe-se que, no atual estágio da mercantilização do ensino é crescente a preocupação das IES com a redução de custos e, com isso, os aspectos econômicos e financeiros sobrepõem-se aos interesses pedagógicos. Neste processo dito de racionalização de custos as instituições criam currículos híbridos, à distância, com ofertas mirabolantes que deixam os alunos atraídos muito mais pelas ofertas financeiras do que pela qualidade do curso, inclusive com *slogam* “pague um e leve dois”.

Por fim, entendemos que essa é uma situação recente que não podemos desprezar, pois é um sistema que possui muitos aspectos mercadológicos, financeiros e, inclusive, de internacionalização da educação superior brasileira. Ainda que o processo de mercantilização restrinja-se a poucas instituições de educação superior, essas organizações educacionais representam uma concentração expressiva de matrículas e de cursos. Mais do que isso, deve ser um elemento central na análise acerca dos limites e das possibilidades da política pública educacional e mostra-se incompatível com o preceito constitucional de que a educação é um direito de todos; a educação é dever do Estado; a educação é dever da família e a educação deve ser incentivada pela sociedade. Torna-se necessário o acompanhamento e o aprofundamento das pesquisas sobre o tema e o planejamento de uma agenda de estudos que envolva levantamentos comparativos sobre o segmento mercantil da educação, uma vez que se trata de uma tendência internacional. Eis o ponto de chegada, que mais parece um ponto de partida!

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ANDRADE, Cacilda Soares de. **O ensino de contabilidade introdutória nas universidades públicas do Brasil**. 2002. 155p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ANDRADE, Nelson Lambert. **Autoavaliação a partir da ótica dos gestores de uma Instituição de Ensino Superior**. 2014. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ANDRADE, Nelson Lambert; CÁIRA, Neide Pena; ANDRADE, Laís Gonçalves. Contabilidade Introdutória: implicações curriculares. **Revista de Contabilidade e Controladoria, Curitiba**, v.8, n.2, p.66.67, maio/ago.2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/38511/28995>. Acesso em: 28 maio 2020.

ANTUNES, Cleber do Carmos. Fragmentos da história contábil e a importância da Academia de Comércio de Juiz de Fora no contexto da contabilidade brasileira. *Revista Mineira de Contabilidade. Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Ano 14, n.50, p. 25-29, abr./maio/jun. 2013. Acesso disponível em: <http://www.revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=download&path%5B%5D=232&path%5B%5D=61>. Acesso em: 15 mar. 2020.

APPLE, Michael W. *Ideologia e Currículo*. Tradução Vinícius Figueira. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, M. A. O; ANDRADE, N. L. Qualidade da Educação em... Licínio Lima. In: COIMBRA, C. L. [et al.] (orgs). *Qualidade em educação*. Curitiba: CRV, 2011.

AUGUSTINHO, Sonia Maria; LIMA Isaura, Alberton de. A Nova Contabilidade Pública Brasileira Como Instrumento De Transparência Sobre As Contas. **RBDP – Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 76-88, jul./dez. 2012.

BACHA, Maria de Lourdes; STREHLAU, Vivian Iara; ROMANO, Ricardo. Percepção: termo frequente, usos inconsequentes em pesquisa? In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação Em Administração. **Anais eletrônicos XXX Enanpad**, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2006-mkta-1332.pdf>. Acesso em 01 jan. 2020.

BARBOSA, Jorge Martins. **A harmonização contábil das NICSP na contabilidade pública: o caso do Brasil e Portugal.** Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão-2009. Disponível em:  
[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10660/1/Barbosa%20CJ.2009\\_Harmoniza%C3%A7%C3%A3o\\_Cont%C3%A1bil-Brasil\\_e\\_Portugal.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10660/1/Barbosa%20CJ.2009_Harmoniza%C3%A7%C3%A3o_Cont%C3%A1bil-Brasil_e_Portugal.pdf). Acesso em 15 jan. 2020.

BITTAR, Marisa. Apresentação. *In*: FERREIRA JR., Amárico. História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX. São Carlos : EdUFSCar, 2010. p. 9-11. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/270903884\\_Historia\\_da\\_Educacao\\_Brasileira\\_da\\_Colonia\\_ao\\_seculo\\_XX](https://www.researchgate.net/publication/270903884_Historia_da_Educacao_Brasileira_da_Colonia_ao_seculo_XX). Acesso em 16 abr. 2020.

BOARIN, Joaquim José. A Tendência da Formação em Ciências Contábeis no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, ed. Especial, p.09-14, nov. 2003. Disponível em:  
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/225>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BOSIO, Queila Francié le Fabris; SMANIA, Bruno; PETRI, Jéssica Naiara; MARTINS, Vinícius Abílio. Novas normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: uma evidência ao controle social. Congresso de Contabilidade 2015. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:  
[http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso\\_internacional/anais/6CCF/86\\_16.pdf](http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/86_16.pdf). Acesso em 20 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CES/CNE 0146/2002.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm). Acesso em 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei no 7.988, de 22 de setembro de 1945.** Dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Quadros/antiores%20a%201959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Quadros/antiores%20a%201959.htm) . Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm). Acesso em 05 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8948-8-dezembro-1994-349799-norma-pl.html>. Acesso em 05 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm). Acesso em 11 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm). Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda – **Portaria nº 184, de 25 de agosto de 2008.** Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministeriais/2008/portaria184>. Acesso em 05 dez 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945.** Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. **Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964.** Institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1.988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Manual de Pronunciamentos Contábeis do Setor Público Internacional. Contém o conjunto completo dos pronunciamentos do International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) sobre o IPSAS, publicado em 30 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.ipsasb.org/publications/2016-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements-8>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2015. **Instrumento de avaliação.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2015/instrumento\\_cursos\\_graduacao\\_publicacao\\_agosto\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf). Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepções e diretrizes da educação profissional e tecnológica: política da EPT 2003- 2010. 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Portaria n° 548, de 24 de setembro de 2015.** Dispõe sobre os prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/653221/Item+1+-+Portaria+548-2015+-+PIPCP.pdf/094a16c7-930a-47af-87d9-22ce78053514>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional**. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 8. ed. Brasília: STN, 2018. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU\\_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o+com+capa\\_3vs\\_Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o+com+capa_3vs_Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9). Acesso: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública: versão 2. Brasília: TCU, 2014. 80 p. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/84/34/1A/4D/43B0F410E827A0F42A2818A8/2663788.PDF>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CES/CNE 0146/2002**. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CES 289, de 6 de novembro de 2003**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004**. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis, e dá outras providências.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n. 02, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conheça a história da educação brasileira**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 05 set. 2019.

BREDA, Zulmir; NASCIMENTO, Leonardo; MOURA, Ayres. **O Brasil e as IPSAS**. 2017. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=4517>. Acesso em: 10 maio 2020.

BUENO, Cynthia Ferreira. **Educação e política de expansão do IFSULDEMINAS: uma análise da carreira de Técnico-administrativo em Educação**. 2020. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí, Programa de Pós-Graduação, Pouso Alegre, 2020.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante *et al.* **70 anos de contabilidade**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/70anos-cfc.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CABRAL, Natielli Pereira Santos; ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho. Ensino de contabilidade pública: um estudo no ensino superior no estado de Minas Gerais. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 13, n.1, p. 63-83, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/27705>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CABRAL, Natielli Pereira Santos; ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho. Nível de aderência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP: um estudo no ensino superior no estado de minas gerais. Congresso de Contabilidade, Uberlândia, MG, out./ 2017. Disponível em: [http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/9639\\_nivel\\_de\\_aderencia\\_das\\_normas\\_brasileiras\\_de\\_contabilidade\\_aplicadas\\_ao\\_setor\\_publico\\_nbcasp\\_um\\_estudo\\_no\\_ensino\\_superior\\_no\\_estado\\_de\\_minas\\_gerais.pdf](http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/9639_nivel_de_aderencia_das_normas_brasileiras_de_contabilidade_aplicadas_ao_setor_publico_nbcasp_um_estudo_no_ensino_superior_no_estado_de_minas_gerais.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (CNEC). **Manual Orientador**: novo perfil de Curso Ciências Contábeis. Disponível em: <http://educacaosuperior.cnec.br/varginha/cursos/graduacao/bacharelado/28/info>. Acesso em: 22 out. 2019.

CARDOSO, Rubia Caetano. **Ensino de contabilidade pública em IES da região do Norte do Brasil**: adequação às diretrizes propostas pelo CFC e às NBCASP. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2017. Disponível em: [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7160/R%C3%BAbia%20Caetano%20Cardoso\\_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7160/R%C3%BAbia%20Caetano%20Cardoso_.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 fev. 2020.

CARLIN, Everson Luiz; HOOG ZAPPA, Wilson Alberto. Normas Nacionais e Internacionais de Contabilidade. Curitiba: Juruá, 2011.

CARNEIRO, Juarez Domingues, et al.. **Proposta nacional de conteúdo de graduação em Ciências Contábeis**. 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.

CARNEIRO, Juarez Domingues, et al.. **Matriz curricular para cursos de Ciências Contábeis**: uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade. Brasília: FBC, 2017.

CARVALHO, Fábio Luiz de. **A Linguagem Contábil: uma abordagem discursiva**. 2019 150f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG, 2019.

CARVALHO, Luis Nelson Guedes de; COSTA, Patricia de Souza; OLIVEIRA, Alan Teixeira. Impairment no setor público: particularidades das normas nacionais e internacionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 44. n.4. p. 839-876. jul./ago. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6951>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CECCON, Paulo Roberto. **IFSULDEMINAS - da criação aos impactos da expansão**. 2017. 140f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade do Vale do Sapucaí, Univás, Pouso Alegre, 2017.

CENTRO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA DE. CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE MACHADO (CESEP). **Projeto Pedagógico do Curso**. Disponível em: <http://www.fem.com.br/novo/documentos/8e4859e96c02b84ddabd53417bb910fb.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE GUAXUPÉ (UNIFEG). **Matriz Curricular**. 2008. <https://www.unifeg.edu.br/webacademico/site/listargrade.jsp?codigocurso=3>. Acesso em: 22 out. 2019.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **A representatividade feminina na Contabilidade**. Disponível em: <https://cfc.org.br/sem-categoria/a-representatividade-feminina-na-contabilidade/>. Acesso em 05 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resgaste da memória contábil nos Estados**. CFC: Brasília, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n.º 1.128, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 16.1 – conceituação, objeto e campo de aplicação, 2008. Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao\\_Setor\\_Publico.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf). Acesso em: 22 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n.º 1.549, de 20 de setembro de 2018**. Institui a Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42371260/do1-2018-09-26-resolucao-n-1-549-de-20-de-setembro-de-2018-42371036](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42371260/do1-2018-09-26-resolucao-n-1-549-de-20-de-setembro-de-2018-42371036). Acesso em: 08 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero**. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em 22 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n.º 1.132, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 16.5 – registro contábil, 2008. Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao\\_Sector\\_Publico.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Sector_Publico.pdf). Acesso em: 22 mar. 2020.

CRUZ, Claudete Robalos da. **A Educação ao Longo da Vida: novas perspectivas para pensar o processo educativo**. Saberes, Natal (RN), v. 10, nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/5483>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo. UNESP: 2005.

CUNHA, Luisa Margarida Antunes da. Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes. Dissertação (Mestrado em Probabilidades e Estatística) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, 2007. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1229/1/18914\\_ULFC072532\\_TM.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1229/1/18914_ULFC072532_TM.pdf). Acesso em: 25 abr. 2020.

DAGOSTINI, Demilson. **A Reforma da Contabilidade do Setor Público Brasileiro: os casos do Brasil e da Justiça do Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) – Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/33022/1/DM%20Demilson%20Dagostim.pdf>. Acesso em 20 set. 2019.

DANNA, Cristiane Lisandra. O teste piloto: uma possibilidade metodológica e dialógica na pesquisa qualitativa em educação. *In: I Colóquio Nacional, 1. VII encontro do núcleo de estudos linguísticos (NEL) da FURB, 7., 2012. Anais [...]*. Blumenau: FURB, 2012. v. 6. Disponível em: <https://www.tecnoevento.com.br/nel/anais/artigos/art16.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

DELORS, Jacques. Educação um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.

ESPEJO, Marta Maria dos Santos Bortolucci; ESPELO, Robert Armando; CRUZ, Ana Paula Capuano; COSTA, Flaviano; COMUNELLO, André Luiz. Evidências Empíricas do Ensino no Curso de Ciências Contábeis Uma Análise das Respostas às Alterações Provenientes da Lei 11.638/07. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 22-39, jan./abril, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5506/4002>. Acesso em: 04 jul. 2020.

ESTÁCIO, Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Polo Pouso Alegre. Disponível em: <http://inscricoes.estacio.br/?uf=MG&po=novahome>. Acesso em: 16 mar. 2020.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

FEIJÓ, Paulo Henrique. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. [Entrevista concedida a Claudia Costa Araujo Fosco, Conceição Aparecida Ramalho Franca e Juliana Mara Marchesani]. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.85, n.4, p. 15-27, out./dez. 2012. Disponível em: <http://revista1.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1721.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2020.

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; LIMA, Diogo Henrique Silva; VIEIRA, Eduardo Tadeu; NIYAMA, Jorge Katsumi. Investigação empírica da percepção dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre a função e a atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *In*: Congresso USP Controladoria e Finanças, 10. 2010, São Paulo. **Anais[...]** São Paulo: USP, 2010.

FERREIRA, Carla da Costa, *et al.* Gestão de plano político pedagógico dos cursos de ciências contábeis em instituições de ensino superior: um estudo comparativo da influência institucional na formação do perfil profissional no interior de Rondônia. 2018. In: XVIII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA. **Anais**. Pelotas, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190730/103\\_00158.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190730/103_00158.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y). Acesso em: 04 ago. 2020.

FERREIRA, Eliana Lúcia; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discursos sobre a Inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. 286 p. : il. ; 21 cm. Inclui bibliografias. ISBN 978-85-7964-046-9.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Sônia Maria. O "Ensino Profissional" no Brasil Colônia: Apropósito de três planos de estudos e ensino - Nóbrega, Pombal e Lebreton. In: BATISTA, E. L, MULLER, M. T. (ORGS). **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas. Editora Alínea: 2013.

FORTES, José Carlos. **Desafios e Perspectivas para a Profissão Contábil**. Disponível em: <https://classecontabil.com.br/desafios-e-perspectivas-para-a-profissao-contabil/>. Acesso em 19 jul. 2020.

FRAGOSO, Adriana Rodrigues; MACÊDO, João Marcelo Alves; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; FILHO, José Francisco Ribeiro (in memorian); PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e o desafio da convergência: uma análise comparativa Ipsas e NBCTSP. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, nº 4, p. 434-447, out./dez. 2012.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires; ROCATELI, Adrielly; BARBOSA, Pâmela Cristina Guslen Rufino dos Santos; FERREIRA, Daniella Caroline Rodrigues Ribeiro; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. (2020). Currículo escolar: uma construção histórica, teórica e ideológica. **Argumentos Pró-Educação**, 5. <http://ojs.univas.edu.br/index.php/argumentosproeducacao/article/view/477>. Acesso em 30 jul. de 2020.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GAMA, Janyluce Rezende; DUQUE, Claudio Gottschalg; ALMEIDA, José Elias Feres de. Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias top-down e bottom-up. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n.1., p.183-206, jan./fev. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v48n1/a08v48n1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Educação ao Longo da Vida**. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao\\_Popular\\_e\\_ELIV\\_Gadotti.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELIV_Gadotti.pdf). Acesso em 01 ago. 2020.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santono. Questões de método na construção da pesquisa em educação. São Paulo. Cortez. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GOMES, Joaquim Ferreira. **Didática Mágna: Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos**. Versão para eBook, eBooksBrasil.com. 2001. Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: [https://www2.unifap.br/edfisica/files/2014/12/A\\_didactica\\_magna\\_COMENIUS.pdf](https://www2.unifap.br/edfisica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf). Acesso em 11 nov. 2019.

GUEDES, Therezinha Aparecida; ACORSI, Clédina Regina Lonardam; MARTINS, Ana Beatriz Tozzo; JANEIRO, Vanderley. **Projeto de ensino- aprender fazendo estatística**. 2016. Disponível em: [http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes\\_etal\\_Estatistica\\_Descritiva.pdf](http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva.pdf). Acesso em: 29 maio 2020.

GUERRA, Luciano. **A nova contabilidade: convergência ao padrão internacional (On-line)**. 2. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/78838837-A-nova-contabilidade-convergencia-ao-padrao-internacional-luciano-guerra.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. 1a Edição. São Paulo, Objetiva, 2002. CD-ROM.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em 20 jul. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS. **O Instituto**. 2018. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-instituto>. Acesso em: 03 fev. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS. **Resolução nº 004 de 17 de abril de 2020**. Dispõe sobre a aprovação de “ad referendum da alteração do Regimento Interno da Reitoria do IFSULDEMINAS. Disponível em: [https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho\\_Superior\\_/resolucoes/2020/004.2020.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/004.2020.pdf). Acesso em: 09 abr. 2020.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). **O estágio da internacionalização das normas contábeis**. 2018. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=5590>. Acesso em: 06 jan. 2020.

INTERNACIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público**. 2010. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas\\_internacionais\\_de\\_contabilidade/NornasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf](https://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas_internacionais_de_contabilidade/NornasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf). Acesso em: 18 maio 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 10ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

LEITE, Mariana Roquini; RESENDE, Leandro Lima; NASCIMENTO, João Paulo de Brito; NETO, João Estevão Barbosa; ALVARENGA, Franciane De Oliveira. As normas de contabilidade aplicadas ao Setor Público: um Estudo nos Municípios Sul Mineiros. *In*: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12., 2015. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/42022528.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LIMA, João Paulo Cavalcanti; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de; PELEIAS, Ivam Ribeiro. Estudos de caso e sua implicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.6, n. 14, p. 127-144, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2352/235223852007.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LIMA, Licínio Cantarino de. A EJA no contexto de uma educação permanente ou ao longo da vida: mais humanos e livres, ou apenas mais competitivos e úteis? *In*: NACIF, Paulo Gabriel Soledade; QUEIROZ, Arlindo Cavalcanti de; GOMES, Lêda Maria; ROCHA, Rosimere Gomes (Orgs.) **Coletânea de textos CONFITEA Brasil+6**: tema central e oficinas temáticas. Brasília: MEC, 2016.

LECHETA, Lucélia. **Carreira contábil**: a importância da formação continuada. 2018. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/carreira-contabil-a-importancia-da-formacao-continuada/>. Acesso em: 20 maio 2020.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Amélia; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva; OLIVEIRA, Dalila Andrade; HYPÓLITO, Álvaro Moreira (orgs.). **Trabalho docente e formação: políticas, práticas e investigação: pontes para a mudança**. [S.l.]: CIE, 2014. v. 10. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/trabalhodocenteformacao/assets/TrabalhoDocenteEFormacao.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARION, José Carlos; ROBLES JÚNIOR, Antônio. A busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo, v. 76, n. 476, p. 18-24, 1998.

MELLO, Roberta. **Setor público começa conversão às normas internacionais**. 2017. Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/noticias/setor-publico-comeca-conversao-as-normas-internacionais-1521/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MONTEIRO, Vera Suzana. **CRC Notícias**, p.7, dez. 2003.

MORAIS, Frederico Efigênio de Carvalho. **Educação profissional em ciências contábeis**: a visão do aluno sobre as exigências do Conselho Federal de Contabilidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre: 2019. Disponível em: <http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/149.pdf>.

Acesso em: 20 abr. 2020.

MOREIRA, Josicleide de Amorim Pereira. Entre a Teoria, a Prática e a Tecnologia: relação entre o saber teórico e o saber prático no contexto da formação contábil.

Disponível em:

<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5900/1/ArquivoTotalJosicleide.pdf>.

Acesso em: 08 jun. 2020.

MORENO, Marcia Moreira; SANTOS, Flávia Vianos dos; SANTOS, Cristina Barbosa. O fortalecimento da mulher na área contábil- crescimento e valorização profissional.

**Estudos**, Goiânia, v.42, n.2, p. 201-210, abr./jun.2015. Disponível em:

[http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/download/4018/2321&usg=AOvVaw2-4\\_mZcgEcbLj2y7Q8-N6x](http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/download/4018/2321&usg=AOvVaw2-4_mZcgEcbLj2y7Q8-N6x). Acesso em: 28 maio 2020.

MOTA, Érica Regina Coutinho Ferreira; SOUZA, Marta Alves de. **A evolução da mulher na contabilidade: desafios da profissão**. 2011. Disponível em:

[https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2013/11/artigo\\_mulher\\_contabilista\\_completo.pdf](https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2013/11/artigo_mulher_contabilista_completo.pdf). Acesso em: 15 jul. 2020.

NAKAGAWA, Masayuki. Accountability: a razão de ser da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 18, n. 44, p. 7, Aug. 2007. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772007000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 maio 2020.

NEVES, Fernando Henrique Tavares. **Mulheres na contabilidade: A atuação profissional das egressas do curso de ciências contábeis da FACIP/UFU de 2011 a 2017**. 2018. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22199/3/MulheresContabilidadeAtuacao.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

**O Brasil e as IPSAS. Revista Transparência do Ibracon** - edição nº 25. Disponível

em: <http://www.ibracon.com.br/revistatransparencia/index.php?edicao=bid>. Acesso em: 11 nov. 2019.

OLIVEIRA, Juliana. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CFC publica a norma Estrutura Conceitual da contabilidade pública**. 2016.

OTT, Ernani; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; JUNIOR, Edgard Bruno Cornacchione; LUCA Márcia Martins Mendes de. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v.22, n.57, p. 338-356, 2011. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34343>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: Um enfoque em sistema de informação contábil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PAIVA, Benedito Geovani Martins de. **Mensuração do grau de maturidade da governança corporativa em cooperativas de crédito pelo método Análise Hierárquica de Processos - AHP**. 2018. 154 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

PASINI, Adriana Kurtz. As Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS: adoção no Brasil. **RISUS - Journal on Innovation and Sustainability**, v.6, n.3, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/viewFile/20396/19159>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PELEIAS, Ivan Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v.18, spe, p. 19-32, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34221>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PICCOLI, Marcio Roberto; Klann, Roberto Carlos. A percepção dos contadores em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 66, n.3, p. 425-488, jul./set., 2015. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/410>. Acesso em: 05 jun. 2020.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional- IFSULDEMINAS 2019-2023**. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pdi>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PRADO, Joyce Dias do; PAIVA, Amanda Almeida. Convergência da Contabilidade Pública às normas internacionais. **Negócios em Projeção**, v. 8, n. 1, p.174, 2017. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/814>. Acesso em: 15 mar. 2020.

*R CORE TEAM*. **R**: a language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2018. Disponível em: <https://www.R-project.org>. Acesso em: 20 abr. 2020.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Expansão da Rede Federal**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional>. Acesso em: 19 jul. 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO. **Relatório de Gestão do IFSULDEMINAS 2019**. Disponível em:

[https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/auditoria/relatoriodegestao/Relatorio-de-Gestao-\\_2020-versao-web.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/auditoria/relatoriodegestao/Relatorio-de-Gestao-_2020-versao-web.pdf). Acesso em: 27 ago. 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO. **Relatório de Gestão do MEC 2011**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10635-relatorio-gestao-setec-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10635-relatorio-gestao-setec-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 23 jan. 2020.

RIBEIRO, Cintia de Melo de Albuquerque. Percepção de profissionais atuantes em Contabilidade Pública sobre a Proposta Nacional de Conteúdos do Conselho Federal de Contabilidade para a disciplina de Contabilidade Pública: uma análise com foco na formação profissional. **Anais[...]**, 2011. Disponível em: [www.sergiomariz.com/mcc.uerj/index.php?option=com\\_](http://www.sergiomariz.com/mcc.uerj/index.php?option=com_). Acesso em: 24 abr. 2020.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 21 ed. Campinas: Autores Associados: 2011.

RIGHES, Ana Paula; CALEGARI, Pricila. **Adesão, vantagens e dificuldades na adequação às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) nos municípios da região sudoeste do Paraná**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2014. Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3347/1/PB\\_COCTB\\_2014\\_2\\_03.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3347/1/PB_COCTB_2014_2_03.pdf). Acesso em: 07 fev. 2020.

SA, Antônio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANFELICE, José Luis. Prefácio. In: BATISTA, E. L. **Trabalho e Educação Profissional nas Décadas de 1930 e 1940 no Brasil**. Autores Associados. 2015.

SANTOS, Alexandre Corrêa dos; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza; RIBEIRO, Maria José. **Um estudo sobre o nível de aderência dos currículos de ciências contábeis das instituições paranaenses listadas no MEC, ao currículo mundial**. In: CONGRESSO ANPCONT, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPCONT, 2011. Disponível em: <http://anpcont.org.br/pdf/2011/EPC085.pdf>. Acesso em 08 jul. 2020.

SANTOS, Mauren Correa dos; CASTRO, Roberta Graziella Vivian. **O papel da contabilidade aplicada ao setor público na tomada de decisões**. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 15., 2015. Bento Gonçalves. **Anais[...]**. Bento Gonçalves, 2015. Disponível em: [http://www.crcrs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/tecnicos/o\\_papel\\_da\\_contabilidade\\_de\\_aplicada\\_ao\\_setor\\_publico.pdf](http://www.crcrs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/tecnicos/o_papel_da_contabilidade_de_aplicada_ao_setor_publico.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

SCARAMELLI, João Marcos. **Linha do Tempo das NBCASP: processo de Convergência às Normas Internacionais**. 2018. Disponível em: <https://www.webcasp.com.br/index.php>. Acesso em: 10 maio 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEGANTINI, Giovanna Tonetto; VIEIRA, Edzana Roberta Ferreira da Cunha; MELO, Clayton Levy Lima de; SILVA, José Dionísio Gomes da. **Uma análise comparativa entre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis nos países do MERCOSUL com o currículo Internacional proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR**. 2010. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/394.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020

SILVA, Ana Lúcia Gomes da. Interdisciplinaridade na temática indígena: aspectos teóricos e práticos da educação, arte e cultura. 2013. 169 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9726/1/Ana%20Lucia%20Gomes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 05 ago. 2020.

SILVA, Cátia Beatriz Amaral; MADEREIRA, Geová José; ASSIS, José Luiz Ferreira. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. a. 1, v. 1, no 1, jano/juno 2004.

SILVA, Géssica Israelle Alves; CAJAIBA, Kleber da Silva; FARIAS, Raissa Silveira de. Conteúdos programáticos *versus* proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade para o ensino da CASP : similaridade ou dissimilaridade? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v.18, p.1-18, p. e 2018, 2019. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SILVA, João Paulo Pereira. **Demonstrações Contábeis Aplicadas No Setor Público—As recentes mudanças e as possíveis dificuldades de implantação**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://ww2.faculdaescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CCO/DEMONSTRACOES%20CONTABEIS%20APLICADAS%20NO%20SETOR%20PUBLICO%20AS%20RECENTES%20MUDANCAS.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SILVA, Marli Auxiliadora da; QUILLICI NETO, Armindo. **O currículo do curso de ciências contábeis no Brasil e em Portugal: aproximações e adequações**. Revista Brasileira de História da Educação, v.18, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42063>. Acesso em: 31 maio 2020.

SITE CONTABIL. **Trabalhista: mais de 50% dos contadores são mulheres.** 2020. Disponível em: [https://www.sitecontabil.com.br/noticias\\_empresariais/ler/trabalhista---mais-de-50--dos-contadores-sao-mulheres](https://www.sitecontabil.com.br/noticias_empresariais/ler/trabalhista---mais-de-50--dos-contadores-sao-mulheres). Acesso em: 28 maio 2020.

SOARES, Sandro Vieira *et al.* Evolução do currículo de contabilidade no Brasil desde 1809. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 10, n.30, p. 27-42, ago./nov. 2011. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1225>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Silvia Helena dos Santos Costa e. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **Revista de Ensino Interdisciplinar**, Mossoro, v.2, n. 5, p. 17-26, jul., 2016. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1949>. Acesso em: 19 fev. 2020.

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ. **Projeto Pedagógico de Curso Bacharelado de Ciências Contábeis.** 2018. Disponível em: <https://www.univas.edu.br/docs/2020/graduacao/projetoPedagogico/3.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.** 2018. Disponível em: [http://www.cco.ufv.br/wp-content/uploads/2011/05/PPC\\_Atualização\\_Agosto-20184.pdf](http://www.cco.ufv.br/wp-content/uploads/2011/05/PPC_Atualização_Agosto-20184.pdf). Acesso em: 02 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Campus* Rio Paranaíba. **Projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.** 2013. Disponível em: <http://www.cco.crp.ufv.br/wp-content/uploads/2011/05/PPC-Ciências-Contábeis-Final.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

VEGA, Reginara Oliveira Macedonio *et al.* A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma análise nos municípios do COREDE-FO1. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, Floriano (PI), v. 2, n. 2 p.33-50, Jul-Dez. 2015. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/GECONT/article/viewFile/2688/2227>. Acesso em: 15 fev. 2020.

VIANA, Clilson Castro; TAMER, Carla Macedo Velloso dos Santos; ABBUD, Maria Emilia de Oliveira Pereira; LIMA, Mariomar de Sales. Ensino de contabilidade nas instituições de ensino superior do Amazonas: análise quanto á adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. **Gestão & Aprendizagem**, João Pessoa, v.1, n.1, p. 95-122, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/mpgoa/article/view/15082/9195>. Acesso em: 20 abr. 2020.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; MORAIS, Leandro Morais de; PLATT NETO, Orion Augusto. A reforma na contabilidade pública brasileira e o processo de convergência: implicações e perspectivas. **Revista de Informação Contábil (RIC)**, v. 6, n° 2, p. 01-20, abr./jun.2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7951/8028>. Acesso em 08 jul. 2020.

WORD BANK, Governance and development. Washington, Oxford University Press. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000154&pid=S0102-6909200300020000700051&lng=en](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000154&pid=S0102-6909200300020000700051&lng=en). Acesso em: 10 ago. 2020.

XERIQUE, Maria Rosangela Xavier. **A capacitação dos servidores Técnico-administrativos: desenvolvendo na UFPA competências por meio do conhecimento**. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2943>. Acesso em: 20 abr. 2020.

**APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados**  
**QUESTIONÁRIO PARA CONTADORES CONCURSADOS DO**  
**IFSULDEMINAS, DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA REDE**  
**PRIVADA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**\*Obrigatório**

1. Qual a unidade de ensino que você atua?

Campus Inconfidentes  
Campus Machado  
Campus Muzambinho  
Campus Passos  
Campus Poços de Caldas  
Campus Pouso Alegre  
Campus Três Corações  
Reitoria

2. Qual o cargo ocupado? (especificar).

**PERFIL DO CONTADOR**

3. Qual seu sexo?

Feminino  
Masculino

4. Em qual faixa etária você se enquadra?

26 a 35  
36 a 45  
46 a 49  
Acima de 50

5. Qual sua formação de maior nível acadêmica?

Doutorado em Contabilidade  
Mestrado em Contabilidade  
Especialização em Contabilidade Pública  
Especialização/MBA em Contabilidade  
Especialização em outras áreas  
Graduação em Contabilidade

6. Qual seu tempo de experiência como contador na área pública?

0 a 5 anos  
6 a 10 anos  
11 a 15 anos  
16 a 20 anos  
Mais de 20 anos

7. Após a divulgação das novas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, qual a carga horária que você realizou para aperfeiçoamento? (cursos, palestras, web conferências, literatura, entre outros)?

Sendo 1 para pouco preparado e 5 para muito preparado.

1      2      3      4      5

### **PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

8. Como você avalia o componente curricular contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no seu curso de Ciências Contábeis?

Sendo 1 para pouco conhecimento e 5 para muito conhecimento

1      2      3      4      5

9. Como você avalia a utilidade do conteúdo contabilidade aplicada ao setor público (contabilidade pública) ministrado no curso de Ciências Contábeis para o exercício profissional?

Sendo 1 para pouco adequado e 5 para muito adequado

1      2      3      4      5

10. Em relação as principais vantagens apresentadas no componente curricular contabilidade aplicada ao setor público, qual o seu nível de concordância para didática magna, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos. E de ensinar com tal certeza, que seja impossível não conseguir bons resultados (GOMES, 2001) às informações abaixo?

Sendo 1 para menor e 5 para maior concordância

- 10.1 Houve uma grande interação entre os professores que sempre procuraram demonstrar a contribuição que o componente curricular tem para o desenvolvimento dos outros conteúdos do curso.

1      2      3      4      5

- 10.2 Foi possível perceber a integração apenas nos componentes curriculares específicos de Contabilidade.

1      2      3      4      5

11. Atualmente, como profissional, considero que todos os conhecimentos necessários para à atuação em Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram contemplados durante o curso?

Sendo 1 para menor e 5 para maior concordância

1      2      3      4      5

12. As informações contábeis devem ser de fácil compreensão para todo e qualquer usuário. A manipulação e análise de tais informações, bem como as avaliações das situações das entidades necessitavam de padronização independente do contexto e do local onde se encontre.

Sendo 1 para menor e 5 para maior concordância

1      2      3      4      5

13. Com o processo de convergência às normas internacionais, foram instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional, os Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, tendo como objetivo trazer maior transparência na situação do patrimônio líquido da entidade pública.

Sendo 1 para menor e 5 para maior concordância

1      2      3      4      5

14. A necessidade de harmonização das práticas contábeis apresentadas pelos órgãos internacionais, consolidam a contabilidade como linguagem universal dos negócios

Sendo 1 para menor e 5 para maior concordância

1      2      3      4      5

15. O processo de harmonização das práticas contábeis tornará as relações comerciais/financeiras entre os países, de fácil relação na busca de melhorias e troca de informações que serão esclarecidas e compreendidas (SOUZA, 2016, p.6).

Sendo 1 para menor e 5 para maior concordância

1      2      3      4      5

**E-mail para retorno dos resultados:** [elizangela.pimentel@ifsuldeminas.edu.br](mailto:elizangela.pimentel@ifsuldeminas.edu.br)

## APÊNDICE B – Termo de anuência institucional

### TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (Autorização para coleta de dados)

Pouso Alegre, 26 de junho de 2019

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**

Prezado Senhor Reitor Marcelo Bregagnoli

Elizângela Maria Costa Pimentel pesquisadora, Nelson Lambert orientador, Mestranda em Educação, doutor em Educação, respectivamente, vimos por meio desta solicitar autorização para realizar a coleta de dados nesta instituição em vista da realização da pesquisa intitulada "A visão dos contadores públicos do IFSULDEMINAS acerca do desempenho do professor de Contabilidade Aplicada ao Setor Público."

**Os dados de identificação da pesquisa são:**

- **Título:** A visão dos contadores públicos do IFSULDEMINAS acerca do desempenho do professor de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- **Tipo de pesquisa:** Quanti-Qualitativa, exploratória.
- **Orientador:** Nelson Lambert
- **Objetivo:** O estudo objetiva identificar informações que caracterizam o ensino do componente curricular Contabilidade Aplicada ao Setor Público, permitindo avaliar de que forma essa área do conhecimento é apresentada no curso de Ciências Contábeis.
- **Participantes da pesquisa:** Contadores do IFSULDEMINAS.
- **Tipo de coleta:** Questionário semiestruturado (15 questões fechado).

- **Local de estudo:** Instituições Privadas de Ensino Superior do Sul de Minas Gerais, nas quais os profissionais participantes concluíram suas graduações.

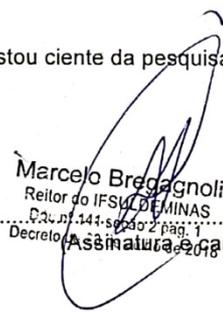
O projeto de pesquisa será cadastrado na Plataforma Brasil que o encaminhará ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), para apreciação do estudo.

Agradecemos a atenção dispensada

Atenciosamente,

Elizângela Maria Costa Pimentel

Estou ciente da pesquisa e autorizo:

  
Marcelo Bregagnoli  
Reitor do IFSULDEMINAS  
P. 2, n.º 144 - seção 2 - pag. 1  
Decreto 1.444/2018  
Assinatura e carimbo

Data: ...../...../.....

### **APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido**

O senhor(a) é contador(a) do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Sul de Minas Gerais e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: “A percepção dos contadores do IFSULDEMINAS acerca da influência do conteúdo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em seu desempenho profissional” que tem como objetivo identificar informações que caracterizam o ensino do componente curricular Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP, com fim de avaliar de que forma essa área do conhecimento é apresentada no curso de Ciências Contábeis e em que aspectos o perfil e as expectativas dos estudantes se relacionam com as propostas pedagógicas do curso investigado.

Este estudo está sendo realizado por Elizângela Maria Costa Pimentel do curso de Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), juntamente com o pesquisador responsável professor orientador Nelson Lambert de Andrade.

A pesquisa terá duração de seis meses, com o término previsto para dezembro de 2019. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, respeitando assim sua privacidade. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos ou revistas científicas. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o(a) senhor(a) pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento, o que garante sua autonomia. Sua participação nesta pesquisa consistirá em identificar em que medida os profissionais da contabilidade tem acompanhado o processo de convergência às Normas Internacionais, verificar se o que o professor tem ensinado no componente curricular CASP condiz com essas normas, visando contribuir para melhoria da qualidade dos professores no que tange ao ensino e aprendizagem do componente curricular “Contabilidade Aplicada ao Setor Público” e que podem auxiliar na atualização da ementa do Componente Curricular, segundo o Projeto Pedagógico do Curso.

Os riscos relacionados a este estudo serão mínimos e relacionados à exposição durante aplicação dos questionários e observação. Serão tomados todos os cuidados para que esses riscos sejam minimizados. Os benefícios relacionados à concretização deste estudo referem-se à produção de conhecimentos em relação ao componente curricular “Contabilidade Aplicada ao Setor Público.”

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa e ficarão

arquivados com o(a) pesquisador(a) responsável por um período de cinco anos, e após esse tempo serão descartados de forma que não prejudique o meio ambiente.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e o senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento que comprova a sua permissão. Será necessário a sua assinatura para oficializar o seu consentimento. Ele encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida para o senhor(a).

Para possíveis informações e esclarecimentos sobre o estudo, entrar em contato com a pesquisadora Elizângela Maria Costa Pimentel, pelo telefone: (35) 999451124 ou com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Univás pelo telefone (35)3449-9232, no período das 8h às 11h e das 13h às 16h de segunda a sexta-feira.

Ressalta-se que a sua valiosa colaboração é muito importante e, a seguir, será apresentada uma Declaração e, se o senhor(a) estiver de acordo com o conteúdo da mesma, deverá assiná-la, conforme já lhe foi explicado anteriormente.

### **DECLARAÇÃO**

Declaro estar ciente do inteiro conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

NOME COMPLETO DO(A) PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO(A) PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO(A) PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:

\_\_\_\_\_

Pouso Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE D - Parecer do CEP – Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos

FACULDADE DE CIÊNCIAS  
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO  
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A percepção dos contadores do IFSULDEMINAS acerca da influência do conteúdo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em seu desempenho profissional

**Pesquisador:** Elizângela Maria Costa Pimentel

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 20270819.8.0000.5102

**Instituição Proponente:** FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAI

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.629.543

#### Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa investiga o currículo para a formação do contador para o exercício na área pública da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), com foco nas mudanças ocorridas a partir da adoção das práticas internacionais às normas da CASP, à semelhança do que ocorreu desde 2008 com a contabilidade em geral. Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório que busca responder a seguinte questão: em que medida os profissionais da contabilidade tem acompanhado o processo de convergência às Normas Internacionais? O que o professor tem ensinado no componente curricular CASP condiz com essas normas? O que o aluno aprendeu no componente curricular CASP condiz com essas normas? Na percepção dos contadores a educação do componente curricular CASP despertou o interesse para sua carreira? Portanto, o objetivo é identificar informações que caracterizam o ensino do componente curricular CASP, com fim de avaliar de que forma essa área do conhecimento é apresentada no curso de Ciências Contábeis e em que aspectos o perfil e as expectativas dos estudantes se relacionam com as propostas pedagógicas do curso investigado. Adotou-se como metodologia a pesquisa de campo com os profissionais que atuam como contadores concursados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS. Esses participantes responderão a um questionário estruturado envolvendo conceitos de ensino aprendizagem referentes à CASP

**Endereço:** Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470

**Bairro:** Campus Fátima I

**CEP:** 37.554-210

**UF:** MG

**Município:** POUSO ALEGRE

**Telefone:** (35)3449-9232

**E-mail:** pesquisa@univas.edu.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS  
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO  
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



Continuação do Parecer: 3.629.543

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Identificar informações que caracterizam o ensino do componente curricular CASP, com fim de avaliar de que forma essa área do conhecimento é apresentada no curso de Ciências Contábeis, e, simultaneamente, avaliar como os procedimentos da Contabilidade têm influenciado a gestão dos mais diversos entes federados, incluindo no processo de gestão a produção de conhecimento, os relacionamentos governados e governantes.

**Objetivo Secundário:**

Identificar em que aspectos o perfil e as expectativas dos estudantes se relacionam com as propostas do curso investigado. Como se dá a ensinagem nesse componente curricular.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Os riscos dessa participação são mínimos e relacionados à exposição durante as entrevistas e observação. Serão tomados todos os cuidados para que esses riscos sejam minimizados.

**Benefícios:**

Os benefícios referem-se à produção de conhecimentos em relação ao componente curricular "Contabilidade Aplicada ao Setor Público." Eventualmente, reorientação curricular.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Introdução apresenta dados necessários ao entendimento do tema. Apresenta procedimentos de coleta de dados, porém não como estes serão analisados. Quanto aos procedimentos éticos foram mencionados. Apresenta Cronograma e Orçamento

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termo de autorização do local do estudo foi apresentado e assinado.

Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado.

**Recomendações:**

Divulgar os resultados do estudo à comunidade escolar onde o mesmo foi realizado e à comunidade acadêmica, possibilitando a continuidade de estudos sobre o tema.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O presente projeto atende aos dispositivos da resolução 466/2012 e pode ser aprovado.

**Endereço:** Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470

**Bairro:** Campus Fátima I

**CEP:** 37.554-210

**UF:** MG

**Município:** POUSO ALEGRE

**Telefone:** (35)3449-9232

**E-mail:** pesquisa@univas.edu.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS  
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO  
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



Continuação do Parecer: 3.629.543

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ao término do estudo apresentar relatório ao CEP.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1425480.pdf	28/09/2019 20:49:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDO.pdf	28/09/2019 20:44:05	Elizângela Maria Costa Pimentel	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto por inteiro.pdf	28/09/2019 20:43:27	Elizângela Maria Costa Pimentel	Aceito
Outros	Paginas iniciais.pdf	30/08/2019 21:02:32	Elizângela Maria Costa Pimentel	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeanuenciainstitucional.pdf	30/08/2019 07:27:03	Elizângela Maria Costa Pimentel	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	30/08/2019 07:25:53	Elizângela Maria Costa Pimentel	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

POUSO ALEGRE, 08 de Outubro de 2019

Assinado por:  
Sílvia Mara Tasso  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470  
**Bairro:** Campus Fátima I **CEP:** 37.554-210  
**UF:** MG **Município:** POUSO ALEGRE  
**Telefone:** (35)3449-9232 **E-mail:** pesquisa@univas.edu.br

## APÊNDICE E: Termo de Permissão para Publicação

### TERMO DE PERMISSÃO PARA PUBLICAÇÃO

(cessão de direitos)

Declaro, com este Termo, permitir a publicação da dissertação de minha autoria pela Universidade do Vale do Sapucaí, em versão eletrônica e (para fins de uso exclusivamente acadêmico) a ser disponibilizada no site oficial dessa Universidade.

Título da dissertação: **“Percepção de Contadores do IFSULDEMINAS sobre Educação Contábil e suas Aplicações na Gestão Pública”**

Autoria: **Elizângela Maria Costa Pimentel**

Por ser verdade assino o presente Termo em meu nome.

Assinatura: \_\_\_\_\_

ELIZANGELA MARIA  
COSTA  
PIMENTEL:84176482672

Assinado de forma digital por  
ELIZANGELA MARIA COSTA  
PIMENTEL:84176482672  
Dados: 2020.09.29 12:35:59 -03'00'

Pouso Alegre, 29 de setembro de 2020.